

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 852
27 de Abril de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Para continuar Abril

todos
ao
**10
MAIO**



Wembley

«Não desistam!», gritaram milhares de jovens no concerto de homenagem a Nelson Mandela — Talhe de Foice/Pág. 2 — Semana

Reportagem fotográfica da manifestação de Lisboa nas págs. 1, 2 e 3/Em Foco

**A EP para a Festa
do «Avante!»
já está à venda**

**XIV Festa
Avante!**

Sexta 7 entrada

**XIV Festa
Avante!**

Sábado 8 entrada

**XIV Festa
Avante!**

Domingo 9 entrada

**XIV Festa
Avante!**

Quinta da Atalaia
7, 8 e 9
Setembro
1990

**XIV Festa
Avante!**

Quinta da Atalaia
7, 8 e 9
de Setembro
1990

**XIV Festa
Avante!**

**XIV Festa
Avante!**

**XIV Festa
Avante!**

Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 852
27 de Abril de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

25 de Abril empolgante jornada de unidade

As comemorações nacionais do 25 de Abril, com destaque para a empolgante manifestação de Lisboa, são reveladoras das fundas raízes da Revolução dos Cravos na alma do nosso Povo e conclusivas no significado político mais geral.

Na ebulição do contraditório processo de mudanças que em profundidade remove a História dos nossos dias, o 25 de Abril português de 90 de novo encheu de calor humano as ruas de Portugal, de novo fez trepidar com mais força os corações dos que, maioria imensa dos portugueses, se lêem nos grandes ideais que há 16 anos inspiraram e acenderam a gesta audaciosa dos capitães de 74.

O tempo histórico de uma revolução não se mede em anos - mede-se pela profundidade e o ritmo dos acontecimentos; pelo carácter das transformações produzidas; pela relação dos avanços e recuos do processo revolucionário e da sua tradução concreta na natureza e no funcionamento ulterior das instituições criadas. Mede-se também nas formas e na força da passagem do testemunho entre gerações.

Ao cabo de dezasseis anos, catorze dos quais sob uma contumaz e destruidora ofensiva de direita a nível do Poder, necessariamente sofrendo os influxos de uma conturbada conjuntura, as celebrações do 25 de Abril de 1990 constituiram uma significativa afirmação democrática de que é imprescindível extrair indicações políticas e conclusões práticas como o enfrentamento das novas realidades.

E desde já uma elementar conclusão deve ser tirada das comemorações deste ano: entre os democratas portugueses de naturais diferenças de opinião é mais forte aquilo que une do que aquilo que separa.

Fortemente inflectida pelos acontecimentos dos últimos três meses - e mesmo dos últimos dias - uma nítida linha em visível progressão separa na hora actual a sociedade portuguesa.

Reduz-se de um lado a massa dos portugueses que deram por meio do voto legitimidade institucional ao governo cavaquista;

Amplia-se do outro, em termos claramente maioritários, o contingente de forças que na hora actual lhe negam legitimidade política.

Disso mesmo foi espelho a evocação do 25 de Abril neste seu 16.º Aniversário.

O Governo PSD/Cavaco Silva - que parece ter entrado, por força das suas contradições internas, em remodelação permanente, mudando ministros do núcleo duro de inteira confiança

de Cavaco de um ministério para outro - cava cada vez mais fundo, pelo seu activo empenhamento na restauração dos monopólios, o fosso que o separa das classes e camadas mais representativas da população portuguesa.

Depois do aval jurídico dado pelo Tribunal Constitucional, sob solicitação do Presidente da República, à Lei-Quadro das Privatizações - que enfraquece perigosamente os obstáculos constitucionais à indiscriminada alienação ao capital privado e em medida quase ilimitada ao capital estrangeiro das empresas públicas mais rentáveis e de maior incidência na vida do povo - foi agora vetada pelo Presidente da República a lei que criava a Alta Autoridade para a Comunicação Social que, se a maioria do PSD a impuser de novo na Assembleia da República, atingirá a um dos aspectos mais sensíveis que ao povo português Abril abriu no exercício das liberdades democráticas.

A pedida verificação da constitucionalidade da primeira daquelas leis e o veto presidencial da segunda representam sem dúvida uma reacção salutar do órgão de soberania Presidente da República. São, contudo, medidas insusceptíveis de inviabilização legislativa à luz da última revisão constitucional a que o PS deu a força do seu voto em resultado do seu acordo de revisão com o PSD. A actual oposição formal do PS às leis reguladoras dos novos preceitos constitucionais impostos pelo PSD revela-se inoperante.

Continuam a assumir a sua verdadeira expressão os efeitos práticos, objectivamente antidemocráticos, do acordo de revisão constitucional entre o PSD e o PS.

Na Lei-Quadro das Privatizações, a aprovação por maioria simples mesmo depois de submetter à verificação de constitucionalidade, retira todos os limites legais à acção discricionária da direita governante e maioritária na Assembleia da República.

Certo já da sua entrada em vigor o Governo PSD/Cavaco Silva calendarizou as reprivatizações para 1990 e prepara agora sem entraves a privatização do que é essencial no Sector Público e Empresarial do Estado.

As coisas chegaram a um ponto tal que, mesmo ainda sob o estatuto de nacionalizadas, se estão já projectando e operando a fusão e a concentração em grandes grupos financeiros e económicos na perspectiva da privatização total de empresas públicas (como a UBT, agrupando a UBP, a Seguros Bonança e a Tabaqueira) como sociedade de «engenharia financeira».

No caso da Alta Autoridade para a Comunicação Social, círculos do PSD propõem-se fazê-la passar na AR por maioria simples, na sequência do veto do PR, o qual nega, por exemplo, validade constitucional à extinção do Conselho de Imprensa e à eliminação do voto favorável dos Conselhos de Redacção à designação dos directores dos respectivos órgãos de Comunicação Social.

E no plano financeiro começam já a assumir a sua expressão social as medidas do novo ministro das Finanças na aplicação da política cavaquista.

A redução de 40 milhões de contos nas despesas orçamentais é agora acompanhada das solicitações do ministro para o corte das despesas das empresas públicas e das autarquias locais noutros 40 milhões, ao passo que a verba ostentadamente apreçoada por Cavaco para o «combate à pobreza» - uma autêntica «esmola» para os gigantescos aspectos de miséria de muitos milhares de famílias portuguesas - não ultrapassa os 4 milhões de contos!

A recente elevação das rendas de casa (oscilando de 1 000 a 3 000 por cento) do bairro de pescadores de Matosinhos decidido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social mostra como ao corte das despesas sociais do Orçamento se junta o aumento efectivo das receitas sociais arrancadas aos trabalhadores.

As comemorações do 25 de Abril constituíram, além da sua força simbólica, uma verdadeira e grandiosa jornada de unidade que não pode deixar de ser encarada e considerada à luz da concretização de uma alternativa democrática ao governo e à política de direita sob a chefia de Cavaco.

A mesma luz devem encarar-se as lamentáveis declarações de círculos dirigentes do PS que centram as suas ambições de hegemonia no «esvaziamento do PCP», na transferência de votos de comunistas para listas do PS nas legislativas de 1991.

Seria de todo erróneo e perigoso para a causa da democracia em Portugal que se visse na força das manifestações do 25 de Abril uma confirmação das concepções bipolarizadoras e não da reunião de forças que no seu conjunto e unicamente podem garantir uma alternativa democrática à direita governante.

Como seria irrealista transferir automaticamente e indevidamente para o PCP, para a sua base de apoio eleitoral, as consequências dos graves acontecimentos e alterações que se verificam nos países do leste europeu que até há pouco constituíam o campo socialista.

Os que se deixam enganar por «sondagens» de encomenda - de que umas dão o PCP e a CDU em queda de força, outras em número sensivelmente iguais às das últimas eleições autárquicas - deveriam seriamente atentar no significado de uma pequena amostra eleitoral que vale pelas circunstâncias em que se produziu.

Referimo-nos à eleição intercalar da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, provocada pela sabotagem dos eleitos do PS e do PSD para se apossarem - agrupados agora em lista conjunta de «cidadãos independentes» - da presidência da autarquia e que redundou na transformação da maioria relativa em maioria absoluta, no substancial ganho de votos pela CDU e na mais substancial perda de votos pelo PS e o PSD reunidos.

Façamos a leitura realista das manifestações do 25 de Abril; estejamos atentos às que vão assinalar o 1.º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores - e daí partamos para uma visão também realista das condições para uma alternativa democrática à direita governante que não pode ser fruto de um só partido, mas da convergência, da acção comum e do entendimento entre as forças democráticas.

Que não se iludam os que centram as suas esperanças no abandono dos princípios, da natureza de classe e da identidade do PCP, os que sonham com o desmoramento e a desarticulação orgânica do PCP, com o abandono das suas grandes linhas gramáticas.

Para os comunistas portugueses continuam inteiramente válidos os princípios ideológicos expressos no Programa e nos Estatutos saídos do XII Congresso de Dezembro de 88 reafirmados nas Teses e documentos para o XIII Congresso (extraordinário) de 18 a 20 do próximo mês.

A democracia avançada para o limiar do Século XXI, como base necessária para o Socialismo em Portugal, com tudo o que recolheu do impetuoso processo de mudanças que em profundidade remove a História dos nossos dias, constitui a base ideológica e política da acção e das propostas do PCP para o triunfo definitivo e a consolidação da democracia instaurada com o 25 de Abril de 74.

Com o 1.º de Maio construímos, em consonância com o radioso Dia da Liberdade, a base da aliança política para o futuro democrático de Portugal.

Resumo

18

Quarta-feira

Cavaco Silva e Franz Vranitzky concordam, no primeiro dia da visita oficial do primeiro ministro à Áustria, em intensificar o ritmo das relações bilaterais ■ O ministro do planeamento e Administração do Território anuncia, em Setúbal, que os municípios desta península vão ter brevemente à sua disposição uma linha de crédito bonificado ■ Decorre o 25 de Abril organizado pelo «Diário de Lisboa» ■ O porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, anuncia que a administração norte-americana apoia o sistema um homem um voto para África do Sul, após o presidente De Klerk ter anunciado que rejeita uma tutela de maiorias ■ O reverendo Flah Abernathy, antigo braço-direito do pastor Martin Luther King, falece com 64 anos, em consequência de uma paragem cardíaca ■ O vice-ministro soviético da Indústria do Gás e do Petróleo desmente categoricamente que o seu ministério tivesse recebido instrução para cortar o fornecimento de energia à Lituânia.

19

Quinta-feira

Álvaro Cunhal participa numa reunião com artistas preparatória do XII Congresso ■ O Sindicato de Telecomunicações dos CTT declara uma semana de luta no sector que terá início a 30 do corrente e culminará com uma greve de dois dias a 3 e 4 de Maio ■ O Conselho de Ministros aprova o estatuto do desportista de alta competição, que consagra numerosas regalias e incentivos para esta área do desporto ■ É assinado um acordo de cessar-fogo com entrada em vigor imediata, entre o Governo sandinista e os «contras» nicaraguenses ■ A Santa Sé e Praga restabelecem relações diplomáticas, nas vésperas da viagem de João II à Checoslováquia ■ O presidente soviético Mikhail Gorbachov evoca a possibilidade de as repúblicas bálticas obterem um estatuto especial no seio da URSS ■ O presidente francês François Mitterrand e o chanceler alemão-federal Helmut Kohl, apelam à aceleração da União política e monetária da Europa dos Doze.

20

Sexta-feira

O Conselho Nacional da CGTP-IN define cinco objectivos de luta para as comemorações do 1.º de Maio ■ Jorge Sampaio critica o Governo e o primeiro-ministro, considerando que o PSD e a sua maioria parlamentar deixaram atrás de si um rasto imperdoável de oportunidades perdidas ■ O ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, declara que Portugal está sujeito a um «tríplice choque», ou seja a extinção do período de adesão, aceleração da unificação europeia, e o aumento da concorrência por via da abertura a Leste ■ Um Seminário internacional dedicado à função pública, promovido em Lisboa

21

Sábado

Decorre no Porto um encontro pluridistrital dos Sindicatos do Comércio ■ Realiza-se o VI Festival «Amar o Tejo Viver a Paz» contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete, no pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa ■ O Papa João Paulo II apela durante uma visita oficial à Checoslováquia, à criação de uma nova unidade na Europa ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade acolhem favoravelmente um relatório da Comissão Europeia sobre o processo de integração da RDA na CEE ■ Um cidadão português é dado como desaparecido na sequência de um ataque da UNITA contra uma coluna de camiões, norte de Angola ■ O chanceler alemão-federal Helmut Kohl declara que a união monetária das duas Alemanhas se realizará o mais tardar a 2 de Julho ■ Lech Walesa é reeleito para a presidência do Solidariedade por uma maioria de 77,3 por cento dos delegados ao 2.º congresso da central sindical.

22

Domingo

O secretário-geral do PCP debate com as organizações das Cidades da Rainha, Alcobaca, Marinha Grande e Leiria, questões relacionadas com o próximo Congresso do Partido ■ CDU alcança a maioria absoluta nas eleições intercalares para a Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, no concelho de Palmela ■ Milhares de pessoas formam um «cordão humano» que percorreu a distância entre o Montijo e Alcochete, numa acção de protesto contra o alargamento do Campo de tiro de Alcochete ■ Realiza-se o 2.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores ■ A tentativa de golpe de Estado para derrubar o general Ibrahim Babangida ■ O presidente da África do Sul, Frederik De Klerk promete no Parlamento o desmantelamento do apartheid, mas recusa revogar de imediato as principais leis que constituem os pilares jurídicos da segregação racial ■ A OLP solicita oficialmente a convocação de uma cimeira extraordinária da Liga Árabe para apreciar os perigos da imigração dos judeus soviéticos em Israel ■ O relêem norte-americano Robert Polih, de 55 anos, é libertado pelo agrupamento fundamentalista Jihad Islâmica, depois de 39 meses de cativeiro.

23

Segunda-feira

O Presidente da República vota a Lei da Alta Autoridade para a Comu-

nicação Social, tendo remetido o diploma à Assembleia da República para nova apreciação ■ O chefe de Estado jugoslavo, Janez Drnovsek, é condecorado com a Ordem do Infante no primeiro dia da sua visita oficial a Portugal ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta um projecto-lei à comunicação social que garante e incentiva o exercício do direito de petição ■ O primeiro-ministro chinês, Li Peng, chega a Moscovo para a primeira visita de um alto dirigente daquele país à URSS nos últimos vinte cinco anos ■ O governo alemão-federal propõe à RDA um tratado de união monetária onde se prevê que os salários e pensões de reforma dos seus cidadãos sejam convertidos em marcos da RFA ■ Milan Kucan, presidente da Liga dos Comunistas Eslovenos, é eleito presidente da Eslovénia com 58,3 por cento dos votos.

24

Terça-feira

Milhares de pessoas assistem no Rossio, em Lisboa, ao espectáculo-festa promovido pela Câmara Municipal como início das comemorações do 25 de Abril ■ É anunciado que os maquinistas da CP vão recomeçar um novo período de greves a partir da próxima quinta-feira ■ Termina a visita a Portugal do presidente da Jugoslávia, que manteve encontros com os órgãos de soberania e delegações dos principais partidos políticos portugueses ■ Uma proposta de resolução sobre os campos de tiro militar na Península Ibérica e as suas implicações ambientais, sociais e regionais é apresentada no Parlamento Europeu pelos deputados Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda, Barros Moura e Maria Santos, entre outros ■ A China e a União Soviética chegam a acordo sobre a redução das suas tropas ao longo da fronteira comum no momento em que o primeiro-ministro, Li Peng, mantém um encontro com Mikhail Gorbachov, em Moscovo.

25

Quarta-feira

Comemora-se em todo o País dezasseis anos de liberdade ■ Milhares de pessoas participam no desfile da Avenida da Liberdade que iniciou a comemoração popular do 25 de Abril. No comício no Rossio que se lhe seguiu, os oradores defendem o aprofundamento da democracia ■ Nas comemorações oficiais, o Presidente da República Mário Soares, afirma que «podemos orgulhar-nos da democracia que fomos capazes de construir» ■ Nas comemorações militares, o Chefe de Estado Maior General Soares Carneiro, delega a leitura da mensagem protocolar no seu chefe de gabinete ■ Na Nicarágua Violeta Chamorro toma posse da presidência, substituindo Daniel Ortega que se mantém na chefia das Forças Armadas, razão invocada pelos «contras» para não depor armas, desrespeitando os acordos realizados.

Avante!

Próximo de todos os países UNIL VOS
O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soares
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL - AVANTE!, SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL - Serviços Centrais,
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 73/75 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02
ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICAÇÃO CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e impresso na Hestia
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Por um grandioso Dia do Trabalhador

Melhores salários
Mais protecção social
Trabalho com direitos

Além de reivindicações gerais, a CGTP reclama a actualização do salário mínimo por semestre e a alteração do sistema de cálculo das pensões

1.º
MAIO

O Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido sexta-feira passada na sede central em Lisboa, aprovou para as várias capitais de distrito e outras localidades diversas concentrações, manifestações e outras formas tradicio-

esses grandes objectivos que se referem à redução do horário de trabalho, actualização do salário mínimo, pensões de reforma, defesa dos direitos e actualização salarial na Função Pública.

Os horários semanais devem ser reduzidos para um máximo de 40 horas, e o **salário mínimo actualizado todos os semestres**. Entre as reivindicações apresentadas saliente-se a **alteração do sistema de cálculo** das pensões de reforma que pela primeira vez figura entre os grandes objectivos de luta da CGTP.

Na sua mensagem do Dia Internacional do Trabalhador, a Central apresentará propostas concretas sobre esses cinco grandes objectivos de luta.

As comemorações do 1.º de Maio são subordinadas ao lema geral de **«Melhores salários, mais protecção social, trabalho com direitos»**.

O Conselho Nacional da Inter, que aprovou uma saudação ao 25 de Abril e apelou aos trabalhadores para que participem nas comemorações da data, pediu com urgência duas reuniões com o Primeiro-Ministro e com o ministro do Emprego e Segurança Social.

Pretende a CGTP que o Governo efective deveras o seu compromisso de «negociar com os sindicatos». Em questão há problemas muito concreto relacionados com a segurança social e a protecção dos jovens no emprego e na formação.

Encontro com o ministro da Indústria

Quinta-feira passada, o gabinete de Imprensa da CGTP-IN divulgou um comunicado sobre a audiência de uma delegação da Central com o ministro da Indústria, Mira Amaral.

O problema económico e

social de Castanheira de Pera, concelho de mono-indústria de lanifícios, foi discutido na reunião com o ministro, que se realizou a pedido da CGTP-IN.

O gabinete de Imprensa (DIF) recorda no comunicado que aquele concelho «está a atravessar uma grave crise de imprevisíveis consequências». Daí que tenha sido entregue ao ministro Mira Amaral «um programa de emergência local, que já obteve a aprovação da Assembleia Municipal daquele concelho».

O ministro mostrou-se sensível, acrescenta o DIF, «aos problemas expostos, deu as explicações solicita-

das e, dado que a problemática envolvia, em muitos aspectos, a componente de desenvolvimento regional, sugeriu promover uma reunião urgente com os ministros do Emprego e do Planeamento, a fim de serem estudadas as soluções adequadas».

A delegação da CGTP-IN, composta por Kalidás Barreto, Manuel Freitas e José Fernando, da Federação dos Têxteis, sugeriu ao ministro algumas medidas incentivadoras quanto a projectos de grande impacto económico-social nas regiões, previstos na Portaria 381/88, mas que foram considerados «inelegíveis ou condicionados»,

por se verificarem atrasos em candidaturas e ausências de medidas complementares previstas naquele diploma.

Entre as intervenções da CGTP destacam-se, ainda na semana passada, o desenvolvimento da cooperação com os sindicatos suíços no que respeita à emigração portuguesa e aos acordos de Portugal com aquele país,

uma moção aprovada pelo Conselho Nacional a favor do Dia Mundial da Terra e a participação da Central no Congresso da CSC (Confederação dos Sindicatos Cristãos) da Bélgica. A delegação da Central é constituída por Carlos Trindade, da CE do Conselho Nacional e por Fernando Maurício, do departamento internacional.

Elevado o grau de descontentamento na Função Pública

Os sindicatos estão contra os drásticos cortes orçamentais, preconizados pelo ministro das Finanças, e anunciam vasta movimentação dos trabalhadores

Numa nota à Imprensa, intitulada «Ministro das Finanças afronta TFP's», a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) protesta contra «a intenção governamental de efectuar drásticos cortes orçamentais» e regista «o elevado grau de descontentamento», sentido nos locais de trabalho.

A FNSFP, que reuniu o seu plenário de dirigentes e activistas sindicais quinta-feira passada em Lisboa, «exige abertura de negociações», pois o Governo continua a não cumprir os compromissos que ele próprio assumiu.

Ao referir-se a declarações do ministro das Finanças, feitas no dia anterior, a Federação dos TFP's considera que Miguel Beza, quando afirma «ser tempo de a Administração também contribuir para o combate à inflação», está a lançar sobre os TFP's em geral «o labéu de privile-

giados» — uma «afronta», no entender dos sindicalistas.

As reduções do ministro não afectarão apenas bens e serviços. É por essas verbas que são pagos tarefeiros e contratados a prazo. A FNSFP está segura de que, a serem aplicados cortes orçamentais desse tipo, os trabalhadores naquelas condições terão que suportar «novas e acrescidas dificuldades».

Entretanto, segundo a FNSFP, «o novo sistema retributivo deixou tudo na mesma para a grande maioria dos trabalhadores». Nessa grande maioria estão naturalmente incluídos os «administrativos, os auxiliares, os operários e os técnico-profissionais».

A Federação, que enumera os compromissos que o Governo não cumpre, acrescenta:

— A inflação disparou muito além dos 9,5/10 por cento que o Governo previa, quan-

do em 1989 impôs o último aumento salarial;

— Do decreto de descongelamento dos escalões, que deveria ser publicado até meados de Junho e previamente negociado, ainda nem as primeiras propostas são conhecidas;

— O compromisso de abrir os *dossiers* da revalorização das carreiras está também por cumprir;

— A estabilidade de emprego não está assegurada para muitos trabalhadores com vínculos precários;

— Desde Janeiro que os sindicatos aguardam a marcação de uma reunião para negociar essas matérias.

Tudo isso que está por cumprir, salienta a Federação, tem sido objecto de propaganda governamental centrada numa suposta «vontade para o diálogo» que, pelos vistos, nunca existiu.

Formas de luta

O plenário de dirigentes e activistas sindicais da FNSFP decidiu, por isso, «reforçar a exigência da abertura de negociações».

Para tanto, irão ser feitas diligências, entre 23 e 27 do corrente, todos os dias, junto da Secretaria de Estado do Orçamento.

De 3 a 10 de Maio, haverá uma **semana nacional de luta**. Para ela convergirão «as várias lutas sectoriais» em curso. A semana «culminará com um cordão humano em Lisboa».

Se o Governo não iniciar conversações e não manifestar a vontade de satisfazer as principais exigências dos sindicatos e dos TFP's, não está afastado o recurso à greve, após «ampla consulta aos trabalhadores».

Numa síntese das acções sindicais, divulgada quinta-feira passada, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores anunciou uma **semana de luta da FP entre 3 e 10 de Maio, uma greve dos assistentes sociais a 26 e 27 do corrente, movimentação dos ajudantes de creche e jardins de infância (dependentes da Segurança Social), greve em 25 de Abril nos museus e palácios, um dia de protesto (25 de Maio) dos guardas florestais, o 1.º Encontro Nacional dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, e um plenário em 5 de Maio, em Évora, dos inspectores-examinadores e agentes técnicos da Direcção-Geral de Viação.**

nas de comemorações do 1.º de Maio.

«Cinco grandes objectivos de luta» foram aprovados pelo CN. Em conferência de Imprensa no dia da reunião, em que participaram Manuel Carvalho da Silva, José Ernesto Cartaxo, Manuel Lopes e Ruben Rolo, o primeiro coordenador da Comissão Executiva e os restantes membros da mesma direcção da Central, foram apresentadas aos trabalhadores



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO
DO PARTIDO
COMUNISTA PORTUGUÊS

edições
Avante!



Trabalhadores

Comércio e Serviços

Soluções caso a caso

Ao debaterem no Porto as teses para o 4.º Congresso da Fepces, os sindicatos destacam a importância fundamental dos horários e do emprego, mas recusam soluções uniformes e fixistas — afirma a Federação

«Don't give up!»

A televisão deu as imagens. A RTP teve algum pudor em fazê-lo, diferiu, trincou, enfim, o costume, mas a televisão deu as imagens.

Wembley estava cheio. Nelson Mandela estava lá. Tendo em conta que há alguns meses Wembley se enchera para exigir a libertação do leader do ANC, não surpreende que, vitorioso esse concerto, vitoriosa a luta em todo o mundo conduzida para libertar um homem símbolo da luta contra o *apartheid*, os que lutaram celebrassem agora a vitória.

Que Wembley de novo se enchesse talvez tenha surpreendido apenas os que acham que a História acabou e a luta não vale a pena. Mas só esses. Aquele estádio cheio e o que ali se passou merece reflexão.

É claro que se os milhares e milhares de jovens que vimos são a condição de grandeza da jornada, os que passaram em cima do palco foram para ela decisivos: o seu prestígio, a sua popularidade, o seu nome têm directa responsabilidade no êxito.

É claro que essa popularidade foi obtida antes de mais nada à custa do talento de cada um e talvez não seja descabido sublinhar que se Peter Gabriel é Peter Gabriel ou os Simple Minds são os Simple Minds isso não se fica a dever a engenharias de *marketing*: é seguramente significativo que no palco de Wembley tenham passado consistentes e sólidos talentos ancorados em trabalho profissional com anos e anos de persistência e dignidade.

Mas a questão é que todos estes nomes chegam até nós mediante a gigantesca máquina da indústria cultural do imperialismo, todos eles pertencem a esse hegemónico universo sonoro que é o da indústria discográfica anglo-americana. Todos eles gravam para companhias que se movem a milhões, cuja política é ditada antes de tudo o mais pela lógica do lucro. É o peso dessa enorme máquina de dólares e padronização de gostos que faz dos homens e mulheres que subiram ao palco em Wembley nomes conhecidos em Cincinatti e em Almada, em Liverpool e em Matosinhos.

Sucede então que essa mesma máquina é afinal responsável também pelo facto de que homens e mulheres que ela tornou famosos façam dessa fama um elemento de mobilização na luta por causas que se perfilam contra os próprios interesses dela, máquina... É mais uma prova de que elas, máquinas, são importantes - mas o homem é mais importante.

Entretanto o que se passou agora é apesar de tudo diferente do que se tem passado nos últimos anos em iniciativas de igual teor. Não estivemos face a um puro acto de solidariedade, uma participação exclusivamente motivada por um acto solidário: o que se passou em Wembley foi um importante acto político não apenas pelas suas consequências, mas como tal assumido, desejado e concretizado.

Os artistas que fizeram o concerto não subiram ao palco para lançar apenas um grito de protesto ou, libertado Mandela, um grito de alegria: usaram palcos, microfones, instrumentos, luzes e ecrãs para lançarem uma lúcida, firme e combativa palavra de ordem política: «Don't give up», cantaram em coro no final, deram como título a todo o concerto. Ou seja, não se rendam, não desistam. Não era para a África do Sul que este grito era lançado: o povo negro sul-africano sabe bem que se perder uma batalha não é perder a guerra, ganhar uma batalha também não é ainda ganhar a guerra. A quem os artistas de Wembley quiseram dirigir-se é aqueles a quem afinal chegam através dos meios que o seu nome coloca ao serviço da luta contra o *apartheid*: ao público da Europa, dos EUA.

É a todos esses, aos que terão sido sensibilizados pelo seu apelo para a libertação de Mandela, que Little Steven, Tracy Chapman, Bonnie Raitt ou Neil Young dizem o que o que o «Expresso» ou o «Público» seguramente consideram uma «cassete»: que a luta continua!

E é pena que ainda não haja tecnologias que permitam enviar daqui, de Portugal, um telegrama que chegasse a casa de todos os que estiveram em Wembley subscrito pelos portugueses que comemoraram o 25 de Abril e descerão de novo à rua no 1º de Maio. Qualquer coisa do género: Nós também não desistimos, nós também não nos rendemos. E, assim como se fosse assinatura, 25 de Abril - sempre.

R.C.

Um encontro pluridistrital efectuado no último sábado no Porto, num sector que ocupa hoje cerca de meio milhão de portugueses — escritórios, comércio e serviços —, contou com a participação dos quatro sindicatos representativos da Região Norte, que englobam filiados com «anseios e reivindicações crescentemente diversificados».

A Federação sindical, que representa alguns dos maiores sindicatos dos sectores e subsectores, com Congresso marcado para 8 e 9 de Junho próximo em Lisboa, acrescenta que «não existe uma resposta-tipo» para as reivindicações dos trabalhadores dessas actividades.

O encontro contou com a participação dos sindicatos do Comércio e Serviços do Porto; Comércio e Serviços de Braga, Escritórios e Serviços de Viana do Castelo, e Serviços e Escritórios do Norte (Sesn), todos filiados na Fepces.

Desafio global

Convocado para discutir as teses a apresentar ao 4.º Congresso daquela Federação sindical, o encontro pluridistrital do Porto salientou o profundo desafio global que hoje enfrenta um sector necessitado de modernização e que, quanto aos interesses dos trabalhadores, conta com um vasto conjunto cada vez mais diversificado.

Assim, os sindicalistas reunidos sábado no Porto, depois de salientarem «a crescente importância estratégica do sector» no desenvolvimento do nosso país, referiram a dificuldade que existe em representar ao nível sindical interesses no fundamental comuns, mas diversificados como são os dos trabalhadores dos super e hiper-mercados, dos estabelecimentos do comércio tradicional e, «ao mesmo tempo, por exemplo, os dos trabalhadores das clínicas de estomatologia, ou dos serviços administrativos do FC do Porto».



Acompanhar as transformações do comércio e serviços (foto de arquivo)

É necessário «um conhecimento profundo de realidades muito diversas e uma significativa flexibilidade na procura das melhores soluções para as quais não existe uma resposta-tipo» — salientaram aqueles sindicalistas do Norte do País.

Só através de respostas distintas — «uma nova resposta sindical», como salienta a Federação — que a Fepces considera um «desafio global» (modernização no quadro da realização do Mercado Único em 1993), é que se conseguirá enfrentar esse desafio, que «exige uma profunda reestruturação sindical».

O departamento de comunicação social da Fepces, que emitiu sobre o assunto um serviço de Imprensa, datada de 22 do corrente, refere apenas sobre esta matéria da reestruturação que a mesma deve encaminhar-se «no sentido de garantir uma organização sindical, regional e local mais eficaz e interviniente».

Abandono do fixismo

No entanto, aquele serviço de Imprensa de 22 do cor-

rente, que não deixa de sublinhar, «no plano da política reivindicativa, as questões relacionadas com os horários de trabalho, o descanso semanal e o emprego», acrescenta, ainda sobre essa matéria, que as teses a apresentar ao IV Congresso da Fepces preconizam «o abandono de soluções uniformes e fixistas».

Devem ser defendidas «caso a caso as medidas que melhor possam, efectivamente, corresponder aos interesses e aos anseios dos trabalhadores com realidades laborais muito diversas».

Isso porque, como as teses também registam, existe «uma crescente diversidade» de situações no comércio e serviços em Portugal, quer a nível subsectorial, quer no plano das regiões.

Daí a necessidade de «um salto qualitativo na representação», que a Fepces pretende dar com o seu IV Congresso, tendo em conta a «defesa global dos interesses cada vez mais diversificados do vasto conjunto de trabalhadores que laboram no comércio e serviços em Portugal».

STAL e Quadros

O STAL (Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais) promoveu quinta-feira passada uma «jornada de luta nacional» que abrangeu todo o País. Segundo nota de 19 do corrente, as acções sindicais abrangeram Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, e Funchal.

Essas acções concretizaram-se em vigílias, concentrações, conferências de Imprensa, reuniões sindicais e uma greve de duas horas em Évora.

O STAL defende o direito à negociação e ao salário revisto, de acordo com as expectativas criadas pelo novo regime para a Função Pública.

Mínimo de 115 contos

A Confederação sindical «Quadros» reivindicava, entretanto, um salário mínimo de 115 mil escudos mensais para os trabalhadores que se reclamam daquela designação.

Outras reivindicações: aumentos salariais de 18 por cento, mínimo de cinco semanas anuais de férias e máximo de 35 horas de trabalho semanal.

Estas e outras reivindicações foram aprovadas pela direcção nacional da Confederação, que se reuniu no passado dia 12 e emitiu sobre o assunto um comunicado.



Trabalhadores

Condição do artista

Emprego, formação do actor, fiscalidade, reforma, situação social do artista são as questões a debater em 3 e 4 de Maio no Forum Picoas, em Lisboa

«Devíamos aproveitar o Seminário Internacional sobre a Condição do Artista, para lançar um verdadeiro debate na Comunicação Social portuguesa, sobre a condição do artista em Portugal. Vários órgãos de comunicação social já contactaram connosco nesse sentido, mas existem, hoje condições para um debate aprofundado» — declarou Mário Jacques da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e membro da comissão organizadora do Seminário Internacional da Condição do Artista que, se vai realizar em 3 e 4 de Maio, no Forum Picoas, em Lisboa.

O Seminário, que pela primeira vez se realiza em Portugal, tem o apoio da Unesco e da Federação Internacional de Actores.

«Os artistas portugueses do teatro, de cinema, do circo, das variedades, da música ou do bailado merecem, de facto, que a opinião pública faça uma profunda reflexão sobre a condição do artista em Portugal» — concluiu Mário Jacques.

Por sua própria iniciativa alguns órgãos de comunicação social estão a ouvir artistas sobre a «condição do artista», não só sobre questões como a dignificação do artista na sociedade, mas também outras que serão abordadas a 3 e 4 de Maio: o emprego, a formação do actor, a fiscalidade, a reforma, a situação social do artista ou até questões como o papel do artista na actual sociedade portuguesa.

Os artistas portugueses querem participar no debate e estão disponíveis para reflectirem sobre as dificuldades do artista em Portugal, não só em dias festivos como o Dia Mundial do Teatro, mas

em dias de reflexão, como os que se preparam a 3 e 4 de Maio, no Forum Picoas, com



A primeira iniciativa do género a efectuar em Portugal (foto de arquivo)

Iniciativa do Sindicato

O facto do Seminário, organizado na base de um contrato entre a Federação Internacional de Actores e a Unesco, se realizar em Lisboa, deve-se ao apelo feito nesse sentido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, com o objectivo de chamar a atenção dos parceiros europeus para a grave situação dos artistas portugueses.

A Recomendação da Unesco, data já de 1980, e inscreve-se no quadro não só das actividades da Unesco no domínio do estímulo à criação e à criatividade artística, mas também dos instrumentos existentes para a protecção dos artistas: a Convenção de Berna para a protecção das obras literárias e artísticas (1886); a Convenção Universal sobre os Direitos do Autor (1952), e a Convenção Internacional de Roma (1961) sobre a protecção dos artistas-intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão.

A importância desta reunião está no facto de ser a primeira de nível internacio-

o patrocínio da Federação Internacional de Actores e da Unesco.

nal que se realiza no nosso país, e ainda no facto de Portugal continuar a não ratificar a Convenção de Roma. Mas, ganha também especial importância por se realizar num momento em que a Europa se prepara para a abertura das fronteiras à livre circulação de serviços e de pessoas, e por, no âmbito interno, se discutir a abertura da televisão à iniciativa privada, com a natural preocupação da quota de produção portuguesa.

Encontro que vai, por certo, mobilizar o interesse dos nossos artistas, em particular, actores, cantores, bailarinos, músicos, que vão poder confrontar a sua situação com a situação dos seus colegas da Europa, e fazer o balanço da sua condição, quer no plano do estatuto social, quer no que respeita à formação, ao emprego, à segurança social, à fiscalidade, etc.

Enfim, um balanço geral sobre a efectiva realidade dos artistas portugueses que tanto passam por viverem em condições indignas, como aparecem por vezes como classe privilegiada.

Saudação da CGTP-IN

O Conselho Nacional, órgão dirigente da CGTP, saúda com entusiasmo o 25 de Abril e apela a um grandioso 1.º de Maio. Transcreve-se na íntegra a saudação:

A CGTP-Intersindical Nacional, na passagem do décimo sexto aniversário do 25 de Abril, saúda fraternalmente todos os trabalhadores portugueses e todos aqueles que, com a sua luta, tornaram possível o 25 de Abril, que se mantêm identificados com os seus ideais, que estão dispostos e determinados em defendê-lo e prosseguir-lo.

Num mundo em acelerada mudança, os valores do 25 de Abril continuam hoje tão vivos e actuais como há 16 anos atrás.

Hoje, como ontem, continuamos a lutar pela solidariedade entre os trabalhadores e os povos, pela liberdade, pelos valores democráticos do 25 de Abril, pela Paz, pela dignidade e pela justiça social.

Os trabalhadores portugueses vão comemorar o 25 de Abril de 1990, num contexto de luta pela redução do horário de trabalho, por mais e melhores salários, por mais protecção social e por trabalho com direitos.

A redução do horário de trabalho é imprescindível, para que os trabalhadores tenham a disponibilidade de tempo que a vida familiar cada vez mais exige e possam, por

outro lado, gozar de tempos de lazer, indispensáveis para uma vida equilibrada.

As desigualdades acentuam-se na sociedade portuguesa, como fica demonstrado pela constante quebra do peso dos salários no Rendimento Nacional.

Há, este ano, condições efectivas para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

A continuação da luta será determinante para a promoção e defesa dos direitos dos trabalhadores e para um efectivo progresso e justiça social.

A CGTP-IN apela a todos os trabalhadores para que participem activamente, em unidade, solidariedade e determinação nas comemorações do 25 de Abril na perspectiva de realização de um grandioso 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalho.

Para a CGTP-IN, os ideais, os valores e as conquistas do 25 de Abril continuarão a ser o suporte básico do regime democrático português.

Viva o 25 de Abril!

Assembleia da República

Direito de petição

Assegurar o adequado acolhimento e atendimento dos cidadãos que desejem exercer o direito de petição, responsabilizando para o efeito as entidades competentes na esfera dos serviços públicos pela criação de estruturas que possibilitem com eficácia o exercício desse direito, constituiu um dos aspectos inovadores do projecto de lei do PCP, tal como outros sobre esta matéria analisado na sessão plenária de ontem.

Ao todo foram cinco projectos em debate — para lá do apresentado pelo PCP estiveram no centro dos trabalhos quatro outros apresentados pelo PSD, PS, PRD e deputados da ID —, existindo de comum entre todos eles a consagração da norma constitucional que prevê a obrigatoriedade da discussão em plenário da petição dirigida à

Assembleia da República que seja subscrita por um mínimo de mil cidadãos.

Entre essas estruturas que a Administração Pública porá à disposição dos cidadãos «de forma inteiramente original», como haviam já salientado no início da semana os deputados José Magalhães e José Manuel Maia em conferência de imprensa realizada para a apresentação do diploma do PCP, contam-se «impressos normalizados que permitam apresentar facilmente petições, reclamações, representações ou queixas e folhetos explicativos sobre a respectiva utilização.

Ainda neste quadro, será também assegurada nos serviços e organizações da Administração Pública responsáveis pela defesa dos consumidores, da saúde pública, do ambiente e do património cultural a existência de

linhas telefónicas especiais para a prestação gratuita de informações aos cidadãos.

Elaborado com a preocupação de não ser restritivo, o projecto-de-lei do PCP assume-se ainda como «activo e militante» na promoção do direito de petição aos mais variados grupos, não tendo sido esquecidos neste domínio nem o direito de petição dos menores nem, por exemplo, os emigrantes ou o tratamento de petições dirigidas a organizações internacionais.

Registo final para o facto de este projecto, na óptica dos parlamentares comunistas, se inserir num leque mais vasto de iniciativas de que se destacam o direito de queixas dos militares, o projecto de revisão do Regimento da AR e a carta de garantia do direito de petição perante o poder local.

PCP avança com propostas para a produção leiteira

A criação de um plano de desenvolvimento da produção leiteira e a adopção de uma estratégia negocial com a Comunidade que conduza à defesa e expansão da produção de leite nacional, estimulando simultaneamente o seu maior consumo e o de produtos lácteos, constituem dois dos aspectos mais relevantes que constam de um projecto de resolução da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, a submeter em breve à apreciação do plenário da Assembleia da República.

que satisfaça o mercado interno, evitando que o mesmo seja «palco exclusivo para o escoamento dos excedentes da Comunidade».

«Só assim estaremos em condições de abordar as negociações com a Comunidade em posição que nos permita reivindicar que a adop-

Concluído e entregue na Mesa da Assembleia na semana finda, acompanhado de duas outras iniciativas legislativas com idênticos fins, este projecto de resolução vem ao encontro da necessidade de melhorar a estrutura da agricultura portuguesa, objectivo que na perspectiva dos parlamentares comunistas passa pela diminuição das assimetrias existentes e pela participação de todos os segmentos do tecido agrícola nacional, sem exclusões nem marginalizações.

Este é aliás, um aspecto considerado essencial por forma a poder enfrentar-se nas melhores condições possíveis o final do período de transição da nossa integração na Comunidade Europeia, processo onde nem sempre têm sido devidamente acautelados os interesses nacionais.

Acautelar interesses nacionais

É disso mesmo exemplo a agricultura, sector com especialidades próprias que não têm sido tomadas em conta sempre que se trata do acesso dos agricultores aos fundos estruturais comunitários e onde os apoios e estímulos a áreas estratégicas da produção agrícola — como é o caso da produção leiteira — têm sido manifestamente escassos.

Detendo-se neste aspecto em particular na conferência de imprensa que realizaram para apresentação pública dos projectos, os deputados comunistas Lino de Carvalho, Jerónimo de Sousa e Joaquim Teixeira chamaram a atenção para a circunstância de com o final da primeira etapa do período de transição para a nossa agricultura e o início da segunda etapa prevista para 1991 passaram



Deputados do PCP dão a conhecer o conteúdo de três projectos de lei da sua iniciativa destinados a melhorar a estrutura da agricultura portuguesa

a ser aplicadas ao nosso País as disciplinas comunitárias para os produtos nessas condições.

Equivale isto a dizer, que no que se refere ao leite, por exemplo — onde a concorrência entre os diversos países produtores da Comunidade é mais acesa — que uma das regras que vai estar em cima da mesa é a eventual aplicação do sistema de quotas e das taxas de co-responsabilidade que são instrumentos de penalização para os países e produtores que ultrapassarem as «qualidades máximas garantidas» que lhes forem atribuídas.

Recorde-se, entretanto que a produção de leite no nosso País ronda os 1,3 milhões de toneladas ao nível da recolha, enquanto o consumo per capita de leite e produtos lácteos se situa em cerca de 40 por cento abaixo da média comunitária e a produtividade média não ultrapassa os 2400 kgs/leite/vaca/ano contra os 4524 quilos na Comunidade.

Valores que falam por si e que colocam de forma imperativa a necessidade de o Governo — antes de esgotado o período e transição e da aplicação do sistema de quotas — promover uma política de defesa e expansão da produção leiteira nacional

ção as negociações com a Comunidade em posição que nos permita reivindicar que a adopção do sistema de quotas leiteiras nunca seja aplicada em Portugal antes de 1996 e que a quantidade máxima a garantir ao nosso País tenha um texto suficientemente elevado que permita expandir a produção leiteira nacional sem o perigo imediato da aplicação de penalizações, designadamente das taxas de co-responsabilidade», salientaram a propósito os deputados do PCP.

A eliminação da cláusula do Decreto-Lei que condiciona o acesso aos financiamentos comunitários apenas aos produtores com mais de 15 vacas, (deixando de fora 90 por cento dos produtores) constitui, por sua vez, a principal medida preconizada num dos outros dois projectos de lei que o PCP entregou na Mesa a acompanhar o projecto de resolução.

No outro projecto de lei — tal como o primeiro destinado a conferir eficácia ao projecto de resolução — eliminam-se os obstáculos que têm impedido o acesso de milhares de pequenos agricultores e rendeiros a projectos de investimentos que promovam o desenvolvimento e a modernização das explorações agrícolas.

Tomam a palavra as organizações do PCP

Tondela

Temas da actualidade política, social e partidária estiveram em foco na recente reunião da Comissão Concelhia do PCP de Tondela, do distrito de Viseu. A SIP-Distrital divulgou aos jornalistas um breve apanhado das conclusões mais salientes dessa reunião.

Assim, aquela Concelhia do PCP verificou que se continuam a degradar as condições de vida dos trabalhadores, originando situações de justa revolta como no caso dos trabalhadores administrativos da Escola Secundária de Tondela, que através de um abaixo-assinado se dirigiram ao Primeiro-Ministro reclamando a melhoria das condições de vida e de trabalho. A Concelhia de Tondela do PCP decidiu manifestar o seu apoio a estas reclamações.

Também os agricultores do concelho vêem a sua situação agravada. O incêndio que deflagrou em circunstâncias pouco claras, indicando responsabilidades da CELBI, no dia 30 de Março junto da Quinta da Reguenga (Vale de Besteiros), queimando mais de 80 ha de mata, onde predominava o pinhal, provocou a indignação popular, esperando agora os proprietários que as responsabilidades sejam assumidas e que sejam compensados dos elevados prejuízos sofridos. Na Lagoesa do Dão vários agricultores têm-se queixado dos prejuízos causados nas suas propriedades pelos despejos de resíduos, efectuados por uma empresa de produção vinícola.

A Concelhia de Tondela faz notar que, em contradição com as grandes promessas feitas durante a campanha eleitoral, o Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano de 1990 não aponta para a resolução dos principais problemas e para o desenvolvimento do concelho. Continua por resolver, apesar das promessas, a instalação da Escola C+S do Caramulo. Também o Plano Director Municipal continua por elaborar. A discussão pública prevista na lei, porque não é feita pela Câmara atempadamente, virá atrasar ainda mais a sua execução, adiando os eventuais benefícios que adviriam da sua entrada em vigor.

No âmbito da preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, a C. Concelhia de Tondela marcou reuniões de militantes em várias freguesias, nomeadamente Guardão (Caramulo), Campo de Besteiros, Tondela, Tonda e Canas de S. Maria. Foi ainda convocada a Assembleia Plenária Concelhia para o dia 5 de Maio, no Caramulo, tendo como objectivo a continuação da discussão das Teses apresentadas pelo CC para debate nas organizações e a eleição dos delegados ao Congresso.

Situação na Torralta

Num recente encontro realizado em Setúbal, a Comissão Concelhia do PCP recebeu os representantes dos trabalhadores da Torralta. Estiveram presentes a Comissão de Trabalhadores, a Comissão Inter-sindical e o Sindicato da Hotelaria, que deram conhecimento da grave situação em que a administração pretende colocar a empresa.

Os representantes dos trabalhadores deram a conhecer a intenção da administração de reduzir o pessoal com o despedimento colectivo de 209 trabalhadores, isto só no complexo turístico de Tróia, tendo sido já rescindido o contrato com 8 trabalhadores das instalações do porto e tendo-se também pela sorte de uma centena que labora em Lisboa.

Estas medidas, tomadas sob a capa de «reestruturação» da empresa, não levam em consideração as propostas das O.R.T.S. A administração pretende resolver com o desemprego os problemas criados pela sua incompetência.

Com efeito, a administração da Torralta, empresa que detém 70% das camas de hotelaria no distrito, iniciou já a alienação do seu património.

As instalações degradam-se enquanto a falta de planeamento não permite a rentabilização das unidades.

O Executivo da Comissão Concelhia de

Setúbal do PCP solidariza-se com os trabalhadores da Torralta e com as suas organizações representativas, alertando a opinião pública para a grave situação, apoiando as suas propostas e a luta em defesa dos seus postos de trabalho.

Aveiro

Ao tomar conhecimento das manifestações de descontentamento social — expressas pelas recentes acções de rua convocadas pela CGTP-IN e pela Associação de Pais e direcção da Escola Preparatória de Esgueira, e as tomadas de posição pública, através dos órgãos de comunicação social, dos intervenientes na produção do sal — a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, em nota divulgada à Imprensa, sublinha que aquelas manifestações são exemplos vivos do crescente descrédito do actual Governo.

As expressões de descontentamento assumidas por sectores e camadas sociais bastante diversificados, de que os exemplos referidos são uma pequena amostra, provam a urgência de uma alternativa democrática ao Governo de direita liderado por Cavaco Silva, salienta aquela Concelhia do PCP.

Vila Nova da Barquinha

Recentemente foi eleita a Comissão Concelhia do PCP de Vila Nova da Barquinha, órgão de direcção que assume desde já como «principal objectivo» o reforço da intervenção do Partido neste concelho ribatejano.

Para aprofundar o debate preparatório do Congresso e eleger o delegado, foi decidido efectuar nova reunião geral de militantes.

Esposende

«Manifestamos algumas preocupações com o aprominar da nova época balnear. As nossas praias necessitam de ser limpas num prazo o mais urgente possível e é necessário, o que não tem acontecido, que pelo menos na época balnear, sejam limpas todos os dias.

Devia avançar este ano a campanha de sensibilização para a limpeza das nossas praias», destaca um breve apontamento da Comissão Concelhia do PCP de Esposende, que esteve reunida com o objectivo de apreciar os problemas locais, o trabalho preparatório para o XIII Congresso (extraordinário) do PCP, o andamento da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do Avante! e as comemorações do 25 de Abril.

Depois de acentuar que se torna urgente «a criação do circuito turístico na época balnear para possibilitar aos visitantes um melhor conhecimento da nossa terra», a Concelhia do PCP interroga:

«Para quando o início da construção de mais parques de campismo, pelo menos um a norte e outro a sul do Cávado?»

Beja

O maior distrito do País — Beja, onde o PCP é a mais influente força política, vai eleger 100 delegados ao XIII Congresso (Extraordinário) do Partido.

Os delegados são eleitos, de acordo com o Regulamento preparatório do Congresso, em 64 assembleias plenárias, durante as quais são também debatidas as Teses.

Além das 64 assembleias plenárias os comunistas do distrito realizam ainda cerca de 80 outras reuniões e plenários de militantes para aprofundamento dos debates. Como se sabe, os problemas em debate inscrevem-se «entre as mais graves e complexas questões do mundo contemporâneo que estão no centro do intenso debate ideológico que se trava praticamente em todos os países. No que respeita a Portugal, abordam a questão crucial de uma alternativa democrática», refere o Secretariado daquela Distrital do PCP.

O Congresso do PCP e os Congressos dos outros partidos

«Uma boa oportunidade para comparar...»

• Balanço do Executivo da DORP

Reunida em plenário no passado dia 18, a Direcção da Organização Regional do Porto (ORP) tomou importantes medidas com vista a «assegurar desde já uma intervenção mais rápida e enérgica para a resolução de problemas de organização e de quadros existentes aos vários níveis, criando assim condições para uma maior dinamização do trabalho do Partido».

Na Resolução então aprovada avultam, «no quadro da consideração do trabalho de organização de quadros como preocupação fundamental de toda a estrutura partidária e como atribuição de todos os organismos», decisões como a realização até final do ano de pelo menos uma reunião plenária dedicada a esta temática e de três encontros distritais de quadros destinados a debater, respectivamente, o traba-

Realidade diversa

Entretanto, em conferência de imprensa realizada no passado dia 20 a Comissão Executiva da DORP fez o balanço do trabalho preparatório do XIII Congresso no dis-

trito. Do texto então distribuído à Comunicação Social destacamos os seguintes extractos:

O XIII Congresso (Extraordinário) do PCP que vai realizar-se dentro de um mês em Loures, pelos seus objectivos, pelo vasto e rico debate de ideias que tem assinalado a sua preparação, pelas decisões que é convocado a tomar, representa já um dos mais marcantes acontecimentos da vida política nacional.

Tendo tido lugar nos últimos meses os Congressos do CDS e do PSD e estando também previsto para final de Maio o Congresso do PS, o povo português tem agora uma boa oportunidade para comparar o que discutem, que ideias apresentam, como trabalham e funcionam os principais partidos e como

participam os seus membros nas decisões que os congressos tomam.

A incapacidade de aprofundar os principais problemas nacionais e internacionais, à pobreza do debate de ideias, à nula participação dos militantes na discussão e definição das orientações, à redução dos congressos a jogos de bastidores e ao tráfico de influências de grupos de pressão, que têm caracterizado os outros partidos, contrapõe o PCP uma realidade completamente diversa — uma intensa vida democrática interna exclusivamente animada pelo propósito de contribuir para a luta dos trabalhadores e do povo português, um debate marcado pela riqueza e pela diversidade dos pontos de vista, uma preocupação pelo rigor da

análise dos novos problemas e fenómenos, e uma discussão orientada no sentido do apuramento final em Congresso da orientação e das decisões correspondentes à vontade do conjunto do colectivo partidário.

E mais adiante: Apesar da violenta e orquestrada campanha contra o PCP conduzida através de poderosos meios de comunicação social, que recorrem à falsificação e à mentira para deformar e mistificar a imagem do Partido e o conteúdo real das suas análises, orientações e práticas, também, das actividades de natureza fraccionária em que têm estado envolvidos alguns membros do Partido que procuram compensar a falta de apoio interno às suas posições com a inserção das suas críticas e

ataques na campanha em curso — o funcionamento interno democrático e a participação dos militantes na vida do PCP é uma realidade que não tem qualquer paralelo no quadro partidário nacional.

Só no distrito do Porto e de acordo com o balanço incompleto realizado pela DORP, até ao dia 10 de Abril, a mais de um mês do XIII Congresso, já tinham sido realizadas mais de 200 reuniões e debates preparatórios, com a participação de mais de 3 mil e quinhentos militantes do PCP.

Do balanço político do debate preparatório até agora realizado a DORP sublinha os seguintes aspectos: o interesse e empenhamento na discussão; a grande riqueza do debate, caracterizado pela diversidade de opiniões e

contribuições; e o acordo ou a convergência nos pontos essenciais com as Teses que o Comité Central apresentou para a discussão no Partido, designadamente no que respeita à análise dos acontecimentos nos países socialistas e à reafirmação do ideal comunista e da natureza e identidade do PCP.

Foram entretanto já marcadas e muitas delas estão em fase de convocação, as 110 Assembleias Plenárias em que todos os militantes do PCP do distrito são chamados a finalizar o debate preparatório do Congresso e a eleger, na proporção de 1 delegado por cada 100 militantes inscritos, os 244 delegados que representarão os militantes do PCP da Organização Regional do Porto.

Grupo de Estudos sobre Política de Ambiente

Em conferência de Imprensa realizada ontem de manhã em Lisboa, o PCP apresentou publicamente o seu Grupo de Estudos sobre Política de Ambiente.

No encontro com os jornalistas foram abordadas questões relacionadas com o programa de trabalhos daquele Grupo e de algumas iniciativas legislativas do PCP nos domínios das áreas protegidas, avaliação do impacto ambiental e «condições mínimas exigidas aos navios que transportam mercadorias perigosas ou poluentes embaladas, em águas da Zona Económica Exclusiva (ZEE) Portuguesa».

O camarada Luis Sá, membro do Executivo da Comissão Política do PCP e daquele Grupo de Estudos, avançou uma análise global da política do Governo relativa ao ambiente, enquanto outros camaradas se detiveram em temas de viva actualidade como a floresta e o ambiente, os problemas actuais do associativismo ecológico, o ambiente urbano e os recursos hídricos.

Saudação do PCP à ZANU — Frente Patriótica

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central da ZANU-Frente Patriótica a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas

Por ocasião das celebrações do 10.º Aniversário da Proclamação da Independência do Zimbábue, transmitimo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses. Valorizando altamente o papel desempenhado pelo Zimbábue no quadro da luta dos povos da África Austral e de todo o continente africano pela sua emancipação nacional e social, fazemos votos dos melhores sucessos na edificação na vossa pátria de uma nova sociedade orientada pelos ideais da liberdade, do progresso social, da paz e do socialismo.

Abril 1990

O Comité Central do Partido Comunista Português

Camaradas Falecidos

Rogério Pedro

Membro da Comissão Concelhia de Alcochete do PCP desde 1974, faleceu recentemente o nosso camarada Rogério Pedro, vereador em dois mandatos naquele Município da margem sul do Tejo e membro da Assembleia Municipal no anterior mandato.

Francisco Cebola

Responsável pela distribuição do «Avante!» na freguesia da Azinhaga, concelho da Golegã, faleceu o militante comunista Francisco Carvalho Cebola, camarada bastante activo e dedicado. Contava 86 anos.

Aos familiares, e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» e as organizações a que pertenciam manifestam sentidas condolências.

FAIAL (Açores) Nova Comissão de Ilha

Em assembleia plenária realizada no passado sábado os comunistas faialenses elegeram uma nova Comissão de Ilha composta por 10 elementos, aprovaram novas medidas internas de funcionamento e adoptaram um importante conjunto de orientações sobre política local. Na mesma altura foram eleitos os delegados do Faial ao XIII Congresso (Ext.) do PCP.

Na resolução aprovada no final dos trabalhos a 3.ª assembleia da ilha do Faial do PCP acusa o PSD e o Governo Regional «pela ausência de claras políticas de desenvolvimento económico e social para esta ilha, com graves repercussões nos sectores produtivos e em praticamente todas as actividades potencialmente geradoras de progresso».

O PSD e o Governo Regional são também acusados pelo adiantamento sistemático e inaceitável de diversas medidas há muito prometidas e contempladas em diferentes programas como é o caso da valorização do porto da Horta e áreas envolventes, orla marítima, aeroporto de Castelo Branco, CIFOP da Horta, matadouro industrial, protecção e valorização do património cultural e arquitectónico e apoio aos diferentes graus de ensino, entre outros aspectos.

A assembleia dos comunistas faialenses tomou também posição sobre a nova gestão autárquica do concelho, afirmando que «se o período de tempo já decorrido após as eleições poderá ser ainda insuficiente para a formação de um juízo global sobre a actuação dos novos responsáveis da Câmara Municipal e da maior parte das Juntas de Freguesia, começa, porém, a ser preocupante a falta de atitudes concretas e pensadas, dirigidas às múltiplas situações de carência existentes e que foram objecto de promessas durante a campanha eleitoral».

A este propósito o PCP do Faial considera ser urgente a definição de critérios claros de actuação em áreas prioritárias como são a habitação, o saneamento básico, vias de comunicação, trânsito citadino, caminhos de penetração para a lavoura, transportes públicos aos fins de semana, revitalização dos espaços verdes e zonas de lazer, defesa do ambiente, apoio à juventude e à terceira idade e melhoria do processo de atendimento aos cidadãos.

Viagens à Bulgária e a Avis (coop. 1.º de Maio)

A Comissão Concelhia de Almada do PCP está a organizar uma excursão à Bulgária, a realizar entre os dias 10 e 17 de Julho. Sófia, a capital, Lovech, Veliko-Tarnovo, Etara, Stara Zagora, Plovdiv, Velingrad e Rila contam-se entre os pontos do aliciente programa desta viagem especial, com óptimas condições de pagamento, como vos explicaremos com todo o pormenor no «Avante!» da próxima semana.

Para muito mais perto, entretanto, vão viajar os camaradas de Setúbal, e especialmente os da freguesia de Santa Marla, que já no próximo dia 6 de Maio (domingo) vão visitar a Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, em Avis. Preço, incluindo almoço: 2250\$00. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho do Partido. Amigo leitor, ainda val a tempo!

Na Madeira é assim

«Um evidente agravamento da situação dos trabalhadores» é constatado pela DORAM do PCP na análise que faz à actualidade social na Região Autónoma da Madeira. Aquele organismo de direcção do Partido esteve reunido recentemente no Funchal, tendo feito também um balanço dos trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Ext.).

Nos últimos meses — revela a DORAM — sucederam-se na Região factos como estes:

- Os despedimentos ilegais de grupos de trabalhadores, quer devido a encerramento de empresas, quer a manobras patronais. Sendo bem conhecido da opinião pública o caso da Leacock, verificam-se situações idênticas em vários sectores, com destaque para os similares da indústria hoteleira, para vários subempreiteiros da construção civil, algumas fábricas de bordados, a UCALPLIM, etc;
- O assustador aumento dos contratos a prazo;

- O aumento de situação de super-exploração dos trabalhadores, à margem de toda a legalidade, como no caso dos «supermercados Cavalinho», a intensa utilização de jovens entre os 14 e 17 anos na Construção Civil que rondarão os cerca de dois milhares e servem de «pau para toda a obra»;

- O incentivo de um clima de intimidação nas empresas, a coberto do «pacote laboral» aprovado pelo PSD de Cavaco Silva com o expresso apoio do PSD de Alberto João Jardim.

A DORAM constata que esta situação de prepotências e ilegalidades patronais beneficia da ineficácia e passividade da Inspeção Regional do Trabalho e do apoio do governo Regional, que, por vezes, é o primeiro a tomar a iniciativa no desrespeito pela lei como é claro exemplo o despedimento ilegal de quatro trabalhadores do Bar Restaurante do Aeroporto de Porto Santo.

Do Gabinete de Imprensa do PCP:

• Iniciativas sobre a Área Metropolitana de Lisboa

1. O PCP deliberou submeter à consulta e participação das Câmaras e Assembleias Municipais envolvidas o projecto de lei de criação da autarquia Área Metropolitana de Lisboa.

2. Neste quadro, o PCP vai endereçar pedidos de entrevistas a todos os presidentes dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

3. Dando início a este processo, foram já solicitadas entrevistas ao dr. Jorge Sampaio e a Maria Emília Sousa, respectivamente presidentes das CMs de Lisboa e Almada.

4. A escolha destes dois Municípios para os primeiros contactos põe em evidência a necessária ligação das margens norte e sul do Tejo que a própria ideia de Área Metropolitana envolve e justifica.

5. Recordar-se que o projecto de lei do PCP cria uma nova autarquia com uma Assembleia eleita directamente pela população, com poderes e meios até hoje pertença da administração central e com plena salvaguarda e respeito pelas actuais competências municipais.

20.04.90
O Gabinete de Imprensa do PCP

• O veto do PR à Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social

O veto presidencial à Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social constitui uma justa e oportuna decisão que dá expressão institucional a um vasto movimento de preocupação, crítica e protesto em relação ao conteúdo do referido diploma, o qual contou desde início com a firme oposição do PCP que, já no debate da segunda revisão constitucional, tinha alertado para as nefastas consequências de o PS ter consentido em oferecer ao PSD vastas possibilidades de governamentalização daquele órgão.

Com efeito, o diploma prepotentemente imposto pela maioria do PSD na AR, ao proceder a uma escandalosa governamentalização da

composição daquele órgão, à despropositada extinção do prestigiado Conselho de Imprensa e à inadmissível liquidação de importantes direitos dos jornalistas, afrontava princípios e valores democráticos essenciais.

O veto do Presidente da República cria uma grande oportunidade para que, com base na acentuação do movimento de opinião contrário à actual versão do diploma, se obrigue o PSD a abandonar a sua postura autoritária e se proceda a uma reapreciação séria da lei e a uma rectificação profunda das suas mais negativas e injustas disposições.

23.4.90
O Gabinete de Imprensa do PCP

Quinta do Anjo

Vitória da CDU

• Maioria absoluta!

A eleição intercalar realizada na freguesia da Quinta do Anjo (Palmela), provocada pelo boicote do PS e PSD à Junta e Assembleia de freguesia de maioria relativa da CDU eleita em Dezembro de 1989, constitui um importante acontecimento que permite ensinamentos e liacções políticas gerais — sublinha o Executivo da Comissão Política do CC do PCP em breve nota de Imprensa, onde se pode ler

«Com efeito, depois de se terem juntado para inviabilizar o funcionamento dos órgãos da freguesia, o PS e o PSD coligaram-se sob a forma de lista de cidadãos eleitores. Esta lista de aliança do PS com a direita perdeu mais de um quarto dos votos enquanto a CDU aumentou mais de 10% e obteve a maioria absoluta.

«Ficou assim uma vez mais provada a rejeição popular dos entendimentos do PS com a direita e o prestígio e influência do PCP e da CDU, tanto mais de notar quanto é conduzida uma intensa campanha contra a sua natureza e objectivos.

«O PCP, ao mesmo tempo que reitera a sua política favorável a uma alternativa à direita assente na convergência das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, renova a sua condenação das alianças e coincidências do PS com a direita e apela para a ampliação de um grande movimento de opinião favorável à unidade e convergência das forças democráticas.»

Por sua vez, a CDU da Freguesia da Quinta do Anjo, numa breve posição divulgada aos jornalistas, refere a dado passo: «A CDU venceu as eleições intercalares de 22 de Abril com 53,3% dos votos, obtendo a maioria absoluta contra a lista do PS-PSD que obteve 46,7%. A CDU para além da subida percentual, subiu também em número de votos.»

«Mais uma vez a aliança do PS com o PSD com o objectivo de retirar a CDU da gestão autárquica, não resultou, mostrando que as alianças do PS à direita são condenadas pelos eleitores.

«A vitória da CDU, por maioria absoluta veio redobrar as nossas responsabilidades para a resolução dos problemas da freguesia. Apresentámos um programa de trabalho para desenvolver a nossa freguesia. Assim faremos, com trabalho, honestidade e competência.»

MARN/Beiras: Emparcelamento à margem dos interessados

A recente regulamentação da nova lei de emparcelamento rural foi discutida sem a participação dos agricultores, sublinha a direcção do MARN/Beiras, em telex emitido de Coimbra e divulgado aos órgãos da Comunicação Social.

A breve nota de Imprensa refere a dado passo:

«Na realidade, não temos conhecimento que qualquer organização de agricultores tenha participado na referida regulamentação e nomeadamente o MARN-Beiras que, como organização representativa dos rendeiros, tem acompanhado activamente o processo de emparcelamento no Baixo-Mondego.

Por outro lado, se é uma realidade a necessidade de medidas que melhorem a

produção agrícola nacional isso será inviável se uma regulamentação de diplomas que visam essencialmente a concentração de terras e não o melhoramento de explorações agrícolas e apoio ao associativismo de produção.

O MARN-Beiras contesta que na referida regulamentação as comissões de trabalho tenham a participação de dois proprietários e apenas de um rendeiro (art.º 30) e que nas comissões de apreciação o representante dos rendeiros só participe quando tal se justifique pelas outras partes (art.º 32), quando a realidade da importância dos agricultores-rendeiros é efectivamente maior, pois cerca de 50 por cento da produção agrícola nacional é feita sob a base de arrendamento.

Agricultores de Lisboa

«Propomos às entidades oficiais que considere o distrito de Lisboa, de futuro, no ponto de vista agrícola, zona desfavorecida», sublinha a moção aprovada no passado dia 22 por agricultores reunidos na Cooperativa de Torres Vedras.

Nesse encontro, recorde-se, foi eleita a comissão instaladora da Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa.

Parlamento Europeu

Indústria do calçado pode ficar descalça com o Mercado Interno

Carlos Carvalhas, na sua qualidade de membro da Comissão Económica, Monetária e de Política Industrial do Parlamento Europeu, vai apresentar em breve naquela instituição comunitária um relatório sobre a indústria do calçado. Como já vem sendo hábito dos deputados comunistas, Carlos Carvalhas deslocou-se em visita de trabalho ao distrito de Aveiro, onde contactou com representantes dos sectores directamente interessados nesta matéria, designadamente a Associação Industrial (APICCAPSS) e o Sindicato dos Trabalhadores do Calçado.

O interesse desta visita de trabalho, bem como do relatório a apresentar em Estrasburgo sobre a indústria do calçado, é tanto mais importante quando se sabe que o sector é um dos que mais sofrerão com a entrada em funcionamento do Mercado Interno a partir de 1993, segundo revela um estudo realizado pelo Ministério do Emprego.

O estudo, que avalia as consequências do mercado único ao nível do emprego em Portugal, conclui que os sectores em que se farão sentir mais dificuldades são justamente os de maiores tradições na indústria portuguesa, tais como os têxteis e o calçado.

O estudo do Ministério do Emprego e Segurança Social refere como sectores particularmente sensíveis ao merca-

do interno, em termos de consequências negativas, o da **caldeiraria, construção naval, indústria alimentar, fabrico de máquinas de escritório, contabilidade e computadores, rádios, televisores e aparelhos de telecomunicações, produtos farmacêuticos, têxteis, fição, tecelagem, acabamento de lã, vestuário, artigos de borracha e plástico, calçado e cortumes, tabaco.**

De acordo com este trabalho, os sectores apontados exigem avultados investimentos para poderem enfrentar não apenas a forte concorrência europeia que se fará sentir a partir de 1993, bem como a concorrência de países terceiros que, embora com produção de menos qualidade, vendem no exterior os seus produtos a preços muito competitivos.

A indústria do calçado é justamente uma das que sofre directamente esta concorrência.

Cabe lembrar que nos últimos dez anos a indústria do calçado «deslocou-se» dos países industrializados para os países em vias de desenvolvimento, vivendo sobretudo da mão-de-obra barata. Neste âmbito, os processos de *dumping* social e de formas degradantes de trabalho (trabalho de menores, trabalho precário, trabalho ao domicílio, etc.) têm vindo a falsear cada vez mais as regras da concorrência.

Uma situação preocupante

Uma comunicação recente da Comissão das Comunidades sobre a indústria do calçado referia a quebra de 15 por cento da produção comunitária de calçado, desde 1986, atribuindo o facto à penetração das importações originárias de países terceiros, que passaram de cerca de 300 milhões de pares para mais de 500 milhões, isto é, um aumento de 73 por cento em volume e uma subida da taxa de penetração de 26 por cento para 43 por cento.

Em termos sociais, a importância do sector pode ser

afetada pelo facto de empregar directa e indirectamente cerca de meio milhão de trabalhadores.

Com a realização do mercado interno a situação do sector tende a agravar-se, até porque conta com um prazo bastante limitado para proceder às necessárias adaptações. Os países periféricos do sul, de economia mais débil, em particular os últimos a integrar a Comunidade, como Portugal, Grécia e Espanha, são os que mais dificuldades vão enfrentar.

Inovação tecnológica, melhoria da qualidade, formação profissional, melhor acesso aos mercados internacionais, são algumas das ideias gerais dominantes para fazer face aos problemas da indústria do calçado. Mas a tomada de medidas concretas urge, tanto a nível nacional como comunitário. E se é de toda a conveniência que os industriais e trabalhadores do sector se pronunciem sobre o assunto, o mesmo se poderá dizer quanto à conveniência de exigirem do Governo uma tomada de posição enérgica em defesa dos interesses nacionais. Para já, e tanto quanto se sabe, o único que se preocupou em ouvir os directamente interessados foi o deputado do PCP.

Em defesa da ilha de Faro

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, apresentaram uma proposta de resolução sobre a «consolidação e defesa da ilha de Faro e do património ambiental do ecossistema da Ria Formosa».

O texto chama a atenção para a importância da Ria, designadamente em relação aos recursos piscícolas com influência na Bacia do Mediterrâneo e refere os recentes estragos pelo mar na ilha de Faro, bem como os riscos a que está sujeita toda a área em questão.

Para os eurodeputados comunistas, é urgente a elaboração de «um relatório completo em coordenação com as autoridades competentes portuguesas sobre a consolidação e defesa da ilha de Faro e a defesa do património ambiental do ecossistema da Ria Formosa», pelo que solicitam à Comissão e ao Conselho «a concessão de meios financeiros que permitam materializar» aquele objectivo.

Direitos dos emigrantes

A Comissão das Comunidades Europeias afirma-se disposta a «prestar especial atenção à situação das crianças filhas de emigrantes», mas continua a não dar uma resposta concreta às propostas da OIT que, em recente relatório, preconiza a integração plena dos emigrantes de segunda geração na sociedade onde vivem.

Esta a conclusão que se pode tirar da resposta da Comissão a uma questão do deputado Barros Moura sobre a matéria. O deputado do PCP, recordando a existência de cerca de 7 milhões de jovens filhos de emigrantes (10 por cento dos europeus com menos de vinte anos), questionou a Comissão sobre a política a seguir para a sua integração, incluindo «o direito de voto e o pleno acesso aos sistemas de ensino e formação». Em resposta, a comissária Papan-dreu assinalou o facto de a Comissão ter acompanhado de perto o «projecto regional europeu PNUD/OIT a favor dos migrantes da segunda geração», e de ter apoiado certas acções-piloto, para além de ter tido em conta sugestões de Barros Moura «tanto na orientações para uma política comunitária das migrações como nas iniciativas relativas à aplicação das mesmas». No entanto, no respeitante à questão colocada, a Comissão apenas garante «que não deixará de prestar especial atenção» à situação dos filhos dos emigrantes, o que parece manifestamente pouco face ao proposto pela OIT.

Portugal prejudicado nas exportações para os EUA

Nas negociações da Comunidade com os EUA sobre as exportações de produtos siderúrgicos, não foi tido em conta o acordo Portugal/EUA de 1982, pelo que as quotas portuguesas ficaram prejudicadas em cerca de 20 000 toneladas. Segundo a Comissão, em resposta ao deputado Carlos Carvalhas sobre quais as medidas a tomar para que os interesses portugueses não sejam prejudicados, tal deveu-se ao facto daquela instituição só ter tomado «conhecimento das pretensões portuguesas numa fase muito adiantada das negociações com as autoridades dos EUA sobre as novas disposições relativas ao comércio de tubos de aço e de certos produtos siderúrgicos».

A Comissão - que não esclarece se o seu desconhecimento se deve a negligência por parte das autoridades portuguesas - afirma que «nessa altura já não era possível negociar maiores quotas com os EUA nem conseguir o apoio do Conselho a uma alteração da proposta da Comissão da partilha do encargo a assumir».

Face a esta situação, a pretensão portuguesa de uma quota adicional de 19 600 toneladas não foi aceite, embora a Comissão garanta que «as disposições do Acordo permitirão, caso se venha a revelar necessário, fazer face a quaisquer problemas específicos de exportação que Portugal venha eventualmente a ter».

Problemas com o urânio não se devem a práticas de dumping

O comissário Cardoso e Cunha garante que «nada na actual fisionomia do urânio natural permite à Comissão pensar que ocorram práticas de *dumping*» feitas por países terceiros na venda daquele produto, e que em todo esse mercado funciona «a lei da oferta e da procura normalmente».

A questão foi levantada pelo deputado Carlos Carvalhas, que interrogou a Comissão sobre as medidas que pensa tomar para compensar a ENU pelos prejuízos sofridos. Aquele deputado recordava a propósito que a ENU, empresa portuguesa de urânio, acusou a Comissão de negligência no controlo da aplicação do Tratado Euratom, alegando que este facto lhe originou, nos últimos anos, prejuízos que ascendem a cerca de 23 milhões de ecus, ou seja cerca de 4 milhões de contos.

Segundo Cardoso e Cunha a Comissão já se comprometeu, no âmbito do referido Tratado, «a procurar uma solução para o problema do escoamento da produção portuguesa de urânio, cuja competitividade é preocupante no actual contexto do mercado».

O défice orçamental português

Atingindo a dívida pública portuguesa quase o valor do PIB do País e verificando-se que os défices orçamentais voltaram a agravar-se pela via da comparticipação nacional nos fundos comunitários (para este ano prevê-se um agravamento de 43,3 milhões de contos), pretende Carlos Carvalhas saber se a Comissão tenciona aumentar o grau de comparticipação dos fundos para Portugal. A resposta não foi animadora; segundo afirma, «cabe a Portugal procurar controlar melhor a sua política orçamental e o nível das despesas públicas a fim de otimizar os efeitos dos auxílios comunitários».

Portugueses expulsos de França

O diferendo entre Portugal e França, resultante das sucessivas ordens de expulsão de trabalhadores portugueses de território francês, foi levado pelo deputado do PCP, Barros Moura, ao Conselho e à Comissão das Comunidades Europeias, cuja intervenção se solicita na defesa dos interesses dos direitos dos nossos conterrâneos.

Numa pergunta escrita dirigida àqueles dois organismos comunitários, Barros Moura interroga como são apreciadas as expulsões de dezenas de portugueses de território francês, registadas nos últimos meses, por ordem do governo daquele país, tendo em conta o exercício do direito de estabelecimento reconhecido aos cidadãos dos Estados membros da CEE. O deputado comunista recorda que apesar de tal direito já ter sido reconhecido pelo Tribunal de Justiça, as autoridades francesas persistem em recusá-lo, não obstante esse direito não estar condicionado pelo Tratado de Adesão a nenhum período transitório.

A expulsão de trabalhadores portugueses arrasta-se desde o ano passado, tendo o assunto sido já debatido, sem resultados, na última reunião da comissão mista franco-portuguesa, realizada em Dezembro, e abordado também por Cavaco Silva durante a sua recente visita a França.

Nenhuma das diligências efectuadas até ao momento fez alterar a posição das autoridades francesas que continuam a notificar os trabalhadores portugueses «convidando-os» a deixar a França. Registe-se que são actualmente cerca de 100 000 os portugueses instalados em França a coberto da legislação comunitária relativa aos trabalhadores por conta própria em regime de prestação de serviços, o que dá bem a dimensão do problema.

Segundo notícias vindas recentemente a público, o próprio secretário de Estado das Comunidades portuguesas, Correia de Jesus, reconhece que «o direito comunitário no que respeita à liberdade de estabelecimento está a ser objecto de uma aplicação lacunosa em relação aos nacionais portugueses; situação discriminatória para a qual não se encontra qualquer justificação, já que

o direito de estabelecimento não está sujeito a período transitório». No entanto, apesar desta posição e da situação se ter vindo a agravar nestes últimos meses, uma das empresas que presta assistência jurídica à comunidade lusa, a Luz Portuguesa, afirma que a Embaixada de Portugal em Paris «não tem dado qualquer apoio» aos seus repetidos pedidos de auxílio.

Ainda segundo a mesma empresa, as prefeituras da Polícia de Paris, Val de Marne e de Seine St. Denis são as que maiores dificuldades criam, não respondendo no prazo legal de seis meses aos pedidos de títulos de residência; acusando os portugueses de serem «imigrantes clandestinos assalariados e não trabalhadores independentes», as prefeituras demoram dois ou três anos a responder aos pedidos, acabando normalmente por se pronunciar pela expulsão.

Racismo

Mas de França chegam outras manifestações preocupantes. Após a eliminação do Marselha pelo Benfica com a passagem deste ao final da Taça dos Campeões Europeus de futebol, o Pri-

meiro Ministro francês, Michel Rocard, contestando os resultados do jogo realizado em Lisboa, apareceu publicamente a apoiar o presidente do clube eliminado, o qual se permitira fazer despeitadas afirmações de teor racista contra os portugueses.

Tal comportamento, somado às expulsões de portugueses de França e ao notório recrudescimento do racismo e da xenofobia na Europa, especialmente em França, fazem temer pelo futuro que se avizinha.

Barros Moura chamou igualmente a atenção do Conselho e da Comissão para este facto. Que repõe uma vez mais na ordem do dia o debate sobre o racismo e a xenofobia, tanto mais importante quanto se aproxima o mercado interno, com o seu pressuposto de livre circulação de pessoas, bens e serviços. Se agora as questões *menores* provocam manifestações tão negativas, como será em 1993, quando o aumento da concorrência colocar problemas como o do desemprego?

A Europa dos cidadãos é um projecto louvável. Mas a sua concretização passa por vontades políticas que estão ainda longe de se encontrar conjugadas.

Internacional

Nicarágua

Um novo período de vida

A Nicarágua iniciou dia 25 de Abril um novo período da sua vida. Como resultado das eleições de Fevereiro, que deram a vitória (inesperada) à heterogénea coligação da oposição — a UNO — Violeta Chamorro tomou posse como presidente e vai formar o primeiro governo não-sandinista desde o derrube do ditador Somoza.

com tal presença continuaram as mortes.

Mais de 30 mil mortos, é o balanço sumário desta guerra, e a dor e o cansaço por ela gerados terão sido um elemento fundamental na votação na UNO.

los Carrison, considerou como causas fundamentais desses resultados o descontentamento com a difícil situação económica do país e o medo de que, em caso de derrota da UNO, os EUA prosseguissem com a sua

Em vésperas deste acto, foi possível obter um acordo de desmobilização dos «contra». Quase em simultâneo, o presidente americano Bush, levantou o embargo comercial que desde 1985 constituiu uma das armas contra a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSNL) então no poder, e objectivamente contra o povo nicaraguense.

Muitas são as questões que hoje se colocam. A paz será finalmente possível, com este último acordo? Que perspectivas se abrem para a Nicarágua?



Um instrutor americano com um grupo de «contra». A ingerência dos EUA foi um factor fundamental numa guerra que custou dezenas de milhar de vidas

O acordo de desmobilização

No passado dia 19 de Abril, depois de difíceis debates nas instalações da OEA em Manágua, foi estabelecido um cessar-fogo definitivo entre os «contra» e o Exército sandinista. Simultaneamente, os representantes de Violeta Chamorro estabeleceram com os representantes dos «contra» um plano de desmobilização que deverá prolongar-se entre 25 de Abril e 10 de Junho. Os «capacetes azuis», das Nações Unidas, estão encarregados da recolha das armas, e pela sua destruição, nas zonas de concentração destinadas à apresentação dos contra.

De recordar que, em parti-

cular desde 1988, quando formalmente os americanos interromperam a ajuda militar aos «contra», os sandinistas têm vindo a exigir o desmantelamento da guerrilha, conforme os acordos estabelecidos com o grupo de Contadora (Panamá, Venezuela, Colômbia e México).

Os «contra», e com eles a guerra, têm sobrevivido, graças à «ajuda humanitária» dos EUA e à recusa de facto do governo das Honduras em encerrar os campos de guerrilha instalados nas fronteiras nicaraguenses.

Depois das eleições de Fevereiro, os «contra» aumentaram a sua actividade. Em poucas semanas milhares de guerrilheiros, até então nas Honduras, passaram as fronteiras da Nicarágua. Nunca a sua presença tinha sido tão visível no país. E

No célebre discurso pronunciado por Ortega, quando já eram conhecidos os resultados eleitorais, desfavoráveis à Frente Sandinista, disse o dirigente da FSNL: «Iremos para estas eleições de 25 de Fevereiro de 1990 com a convicção de que esta batalha no campo eleitoral devia decidir de uma vez por todas o fim da guerra e trazer um pouco de paz, estabilidade e tranquilidade ao povo nicaraguense». No que depender dos sandinistas, esta será sem dúvida a perspectiva.

Que perspectivas?

Numa das primeiras entrevistas após a divulgação dos resultados das eleições de Fevereiro, o presidente do município de Manágua, Car-

política de boicote económico, e de guerra.

A situação económica e o estado de guerra são de facto as questões que estão no fulcro da vida social e política da Nicarágua de hoje. Não surgem por acaso as promessas da UNO, de fim do serviço militar obrigatório (esta, muito popular), e de maiores investimentos estrangeiros no país (naturalmente sem referir os seus possíveis custos).

De par do quadro dos problemas, há que considerar o quadro das forças políticas.

De referir, antes do mais, que a UNO (União Nacional Opositora), integra 14 forças políticas que vão desde partidos que se reclamam da esquerda até forças claramente de direita, e mesmo ligadas aos «contra».

Um outro facto muito importante para o futuro político da Nicarágua — talvez mesmo determinante — é a grande força que a Frente Sandinista continua a ser, apesar da derrota eleitoral.

Neste momento a FSNL é, sem dúvida, o mais importante partido político do país, o que maior votação obteve, concorrendo isoladamente — mais de 40 por cento dos votos.

Pelo que a sua posição, pura e simplesmente não pode ser ignorada, e o seu peso no quotidiano da vida do país, vai necessariamente fazer-se sentir.

«A maior vitória de que me orgulho como presidente dos nicaraguenses, como dirigente sandinista e de que nos devemos sentir orgulhosos todos os militantes sandinistas — disse Ortega no discurso já referido — é a de estar, neste dia 26 de Fevereiro, abrindo à Nicarágua um novo caminho como o que abrimos em 19 De Julho de 1979; mas agora um novo caminho de onde desapareça a guerra, a «contra», em que os interesses nacionais prevaleçam sobre as políticas intervencionistas. Nós, os sandinistas, estamos dando à Nicarágua esta democracia e esta paz e trabalhando por essa estabilidade e esse futuro melhor».

Uma acção que prossegue, e que sem dúvida vai também imprimir a sua marca na vida política da Nicarágua.

URSS — Sindicatos optam por confederação

Em reunião plenária, o Conselho Central dos Sindicatos da URSS aprovou um projecto de Declaração sobre a formação de uma Conferência, a apresentar ao 19.º Congresso, que se vai realizar em Outubro próximo.

A criação de uma Confederação, destina-se a adequar as formas de organização da central sindical à renovação da própria federação soviética, e a dar melhor liberdade de iniciativa e autonomia aos sindicatos.

A criação de estruturas sindicais com base na divisão da URSS em Repúblicas vinha já a manifestar-se como tendência do socialismo soviético. Em Março passado foi constituída a Federação dos Sindicatos da Rússia.

O plenário também debateu o papel dos sindicatos no contexto da passagem da economia soviética para um sistema de mercado socialista. Muitos dos intervenientes nos debates defenderam a existência de «amortizadores sociais», sob a forma de garantias jurídicas e económicas, sobretudo para as camadas mais desfavorecidas.

Os sindicatos propõem-se ainda lutar pela aprovação de leis anti-inflação, de protecção do trabalho e de pensões e assinar anualmente com o governo acordos especiais referentes aos problemas socioeconómicos, uma espécie de contratos colectivos nacionais.

URSS-China

No quadro das relações bilaterais entre a União Soviética e a China, deslocou-se a Moscovo o actual primeiro-ministro chinês, Li Peng, numa visita que decorreu entre 23 e 26 deste mês de Abril.

Em entrevista ao «Pravda», imediatamente antes da visita, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, disse que a cooperação económica entre os dois países e a «superação definitiva da contraposição militar», ocupariam um lugar importante nas conversações.

A normalização das relações entre Moscovo e Pequim ocorreu quando da visita de Gorbachov à China, em Maio do ano passado, coincidindo com as manifestações dos estudantes chineses, particularmente centradas na Praça Tien an Men.

Angola — conversações com a Unita

Em recente conferência de imprensa, em Luanda, o ministro angolano das Relações Exteriores, Van-Dunen «Loy», condicionou a concretização de contactos directos com a Unita ao reconhecimento do seu governo e ao fim do terror contra as populações.

«Enquanto a Unita persistir com a escalada de terror contra as populações indefesas e não reconhecer o governo angolano e as suas instituições, não será possível trabalhar para a prossecução dos contactos directos», disse o ministro.

Por isso, «Loy» apela aos dirigentes da Unita para que assumam posições que se coadunem com os interesses da paz e sublinha que «perante a atitude confusa da Unita (...) deve-se permanecer em vigilância para que se não repitam episódios idênticos aos que caracterizaram o período que se seguiu aos entendimentos de Gbadolite».

Como afirmou «Loy», o governo angolano quer contactos directos com a Unita, mas «contactos úteis à paz, à estabilidade é ao reforço do Estado angolano reconhecido internacionalmente».

«Não se pode, ao mesmo tempo, negociar e promover novas acções de guerra cuja agressividade aumente de forma sistemática «quando se sabe que «o cessar-fogo é uma das condições básicas para o fim do conflito», reiterou.

Na mesma entrevista, o ministro angolano abordou ainda outras questões da política nacional, com uma particular referência à possibilidade de vir a ser instituído o pluripartidarismo.

Nas palavras de «Loy», «se conseguirmos ganhar a paz, poderemos continuar a desenvolver os esforços no sentido da ampliação da democracia, que poderá inclusive evoluir para o multipartidarismo, desde que as populações assim o queiram».

Uruguai — Montevideo vai ter a sua praça 1.º de Maio

O novo presidente do Município da capital do Uruguai, Tabaré Vasquez, propôs, para uma praça situada ao pé do Palácio do Parlamento, a designação de «praça dos Mártires de Chicago — 1.º de Maio». Desta forma a cidade de Montevideo, que em resultado das eleições de 26 de Novembro de 1989 tem pela primeira vez na sua história uma municipalidade de esquerda, vai juntar-se aos actos de homenagem mundial por ocasião do centário da jornada internacional dos trabalhadores.

Esta praça foi testemunha, no passado, de importantes concentrações de trabalhadores, nomeadamente por ocasião do 1.º de Maio de 1983, quando da realização de uma concentração de cerca de meio milhão de manifestantes, facto que precipitou a queda da ditadura.

África em notícias

Mandela defende luta armada para impor conversações

Nelson Mandela defendeu a intensificação da luta armada contra o regime de apartheid, afirmando ser o único meio para que Pretória inicie conversações para a elaboração de uma nova Constituição e o fim da discriminação racial.

Nelson Mandela, que falava da cidade de Omtata, bantustão do Transkei, sublinhou que a luta armada deve ser organizada de forma a não dar pretexto a uma recusa das conversações por parte do governo. «O ANC prosseguirá a sua linha estratégia até ser criado um clima favorável para as conversações», afirmou.

Mandela condenou a arbitrariedade policial contra os africanos que participam em mani-

festações de protesto, declarando que não se pode falar em conversações enquanto continuarem os massacres.

O vice-presidente do ANC informou que tenciona avistar-se, este Verão, com o presidente norte-americano Bush, em Washington, e depois com Margaret Thatcher, em Londres.

Entretanto, o presidente sul-africano Frederik De Klerk continua a prometer o desmantelamento do apartheid, mas recusa revogar de momento leis fundamentais que constituem os pilares legais do sistema, como é o caso da lei que classifica a população de acordo com as raças.

Nigéria e Sudão — tentativas de golpe

Nestes últimos dias ocorreram tentativas de golpe militar em dois países africanos — a Nigéria e o Sudão.

Na Nigéria, e segundo os comunicados transmitidos pela rádio, antes da acção militar ter sido sufocada, o objectivo seria acabar com o «regime ditatorial» do general Babangida e com a «escravatura interna» a que estão submetidos os povos do Sul e do centro do país, dominados pelo Norte islâmico, feudal e aristocrático.

No Sudão, as autoridades militares esmagaram uma tentativa de golpe de Estado promovida por oficiais de todas as armas.

O general Omar Hassan Al-Bashir, chefe da Junta militar que actualmente governa o país, tomou o poder em Junho de 1989 atra-

vés de um golpe de estado, o quarto desde a independência do país, em 1956.

Na sequência desse golpe, foram proibidos os partidos políticos, suspensa a Constituição e dissolvido o parlamento e os sindicatos.

De lembrar que múltiplas têm sido as denúncias da repressão, utilizada pelo regime como resposta a todas as reivindicações populares. Em Dezembro de 1989 foram presos vários médicos, na sequência de uma greve desencadeada pela Associação Médica do Sudão pelo restabelecimento dos direitos democráticos e liberdades. Na Universidade de Cartum, uma manifestação estudantil foi então brutalmente reprimida, de que resultaram mesmo vários mortos.

Internacional

URSS CC do PCUS apela à consolidação da Federação

No Apelo do CC do PCUS para o 1º de Maio, nestes dias divulgado em Moscovo, a transformação radical e a consolidação da Federação Soviética é considerada como a via mestra para a prosperidade de todos os povos da URSS e apela-se a um enérgico «Não» às «forças nacionalistas e separatistas».

Um elemento que testemunha, não apenas das profundas preocupações do PCUS com as tendências separatistas que se têm vindo a afirmar, mas ainda das razões de fundo em não facilitar o seu curso. É um projecto de uma nova Federação, que poderá abrir novas e melhores perspectivas para todos os povos da União (com as correspondentes consequências no plano internacional), que está em causa.

Ainda no Apelo para o 1º de Maio, exorta-se os soviéticos a conjugar esforços na criação do socialismo humano e democrático, à participação no Estado socialista de direito e ao apoio às iniciativas presidenciais tendentes à normalização da situação no país.

O documento apela aos trabalhadores para que dinamizem a implementação da reforma económica, condições do bem-estar da sociedade.

Dirigindo-se à comunidade internacional, o CC do PCUS exorta a multiplicar esforços para a solução dos problemas universais, a defender a liberdade e a dignidade humana, para que triun-

fem os valores comuns, e se afirme a paz, a confiança e a cooperação entre os povos do planeta.

A mensagem dirige ainda saudações aos partidos comunistas e operários e a todas as forças democráticas no estrangeiro.

Lituânia

No passado dia 19 de Abril, Moscovo decidiu o corte parcial de energia à Lituânia, como forma de pressão para que seja suspensa a declaração de independência, a negociar na base da Constituição da URSS.

A decisão de corte de energia vem na sequência da apreciação feita pelo consel-

ho presidencial em relação às posições assumidas em Víliaus, em que se afirma que esta «conduz, de facto, a um impasse». Concretamente, na declaração do conselho diz-se que «a actual direcção lituana bloqueia qualquer saída para a crise pelos seus actos anticonstitucionais e a escalada de medidas ilegais».

De notar que qualquer solução de facto em relação ao futuro estatuto da Lituânia, ou um eventual processo de independência, tenderão a funcionar como exemplo para outros problemas e exigências nacionais, e nomeadamente nos países bálticos.

Enquanto a situação permanece num impasse, fazem-se ouvir opiniões no sentido de uma cuidada ponderação das consequências no plano económico.

Se a Lituânia se separar da União Soviética, muitas empresas desta República báltica terão grandes dificuldades em escoar os seus produtos, defende nas páginas do «Izvestia» o economista soviético Otto Latsis. E Latsis exemplifica.

As Repúblicas do Báltico importam principalmente matérias-primas e exportam artigos acabados. Esta estru-

tura do intercâmbio entre a Lituânia e a Federação Russa e outras Repúblicas Federadas Soviéticas levará a que a República, se fora da URSS, se veja obrigada a pagar 90 dólares por tonelada de petróleo, em vez dos actuais 30 rublos.

Por outro lado, se a Lituânia pedir o preço mundial pelos seus electrodomésticos, qualquer empresa soviética poderá responder, por exemplo: a este preço posso comprar artigos japoneses.

Esta uma de entre outras muitas questões que seria essencial resolver. Mas que, de qualquer forma, só serão solúveis pela via do diálogo, na consideração das realidades objectivas.

Reforma económica

O Soviete das Nacionalidades, uma das Câmaras do Parlamento soviético, aprovou a lei do imposto de renda pago pelos cidadãos.

Trata-se de um imposto progressivo, que atinge no fundamental os altos rendimentos.

Entretanto foi concedida uma isenção de impostos, nos primeiros dois anos, às empresas agrícolas individuais e reduzidas as taxas

para famílias com três e mais filhos.

Esta nova lei insere-se em todo um processo de reforma da economia soviética. A lei dos impostos, conjuntamente com as leis da propriedade, da terra e do arrendamento, são importantes componentes do novo sistema económico em vias de formação no país.

Pavel Bunitch, presidente do Comité do Soviete Supremo da URSS para a reforma económica, disse em Moscovo, em recente conferência de imprensa, que cerca de 70 por cento das empresas estatais serão entregues a proprietários individuais ou passará a ser arrendadas. Num futuro próximo, o mercado livre determinará cerca de 70 por cento dos preços. Ficará sob o controlo do governo os preços dos bens de primeira necessidade e de algumas mercadorias estratégicas.

Todas as medidas a ser tomadas para a adopção de um sistema de mercado socialista serão examinadas pelo Parlamento. A reforma de preços deve ser submetida a referendo popular. Este mês ainda, o chefe do governo soviético apresentará um programa de reformas.

Vladimir Ilitch Ulianov, que adoptou na clandestinidade o nome de **Lénine**, nasceu na cidade de Simbirski em 22 de Abril de 1870. Seu pai era professor do ensino secundário, de ideias progressistas; sua mãe, uma mulher culta e devotada à educação dos seus filhos (três rapazes e três raparigas), que vieram a ser, todos eles, revolucionários.

Em 1887, o irmão mais velho de Lénine, Alexandre, foi preso e executado por participar num atentado contra o czar. Seguindo o exemplo de seu irmão, Lénine decidiu consagrar todas as suas energias à luta revolucionária. Não porém pelos métodos terroristas. «Nós seguiremos outro caminho», disse.

Expulso da Universidade de Kazan pelas suas actividades, dedicou-se ao estudo intenso e à difusão da obra de Marx e Engels. Em 1891 concluiu o curso de direito e começou a exercer a profissão de advogado em Samara, desenvolvendo entretanto uma intensa actividade revolucionária. Em 1893 foi para a capital, Petersburgo (hoje Leningrado), onde depressa se destacou nos círculos marxistas clandestinos.

Na sua obra «Quem são os inimigos do povo» (1894) combateu as concepções reformistas («populistas») que então tinham na Rússia larga influência e demonstrou a missão histórica da classe operária russa e a necessidade da sua aliança com o campesinato. Na sequência de um intenso trabalho de agitação de massas e de organização dos operários industriais, criou em 1895 a «União da luta pela emancipação da classe operária», primeiro embrião do partido revolucionário marxista.

Preso em 1895, foi condenado a três anos de desterro na Sibéria. Ali escreveu o seu livro «O desenvolvimento do capitalismo na Rússia», que veio a ser publicado em 1899. Começa então o combate contra os «economistas», que defendiam que a classe operária devia limitar-se à luta económica, deixando a luta política à burguesia. (...) Findo o desterro em 1900, Lénine lançou-se à tarefa da organização do partido revolucionário do proletariado.

(...)No livro «Que fazer?», publicado em 1902, Lénine critica o oportunismo e expõe detalhadamente o plano de organização do partido: armado com uma teoria revolucionária, centralizado e unido, dispõe de um núcleo de revolucionários profissionais, capaz de conduzir a classe operária à vitória sobre a autocracia, à conquista da democracia, à revolução socialista (...).

«O centenário do nascimento de Lénine» - «Avante!», VII série, nº 414 (especial), Abril de 1970



«Toda a história contemporânea está ligada ao nome de Lénine, genial continuador da doutrina revolucionária de Marx e Engels. Se Lénine foi o mais profundo teórico e continuador do marxismo, é porque foi ao mesmo tempo homem de acção e revolucionário. Precisamente porque o marxismo não é um dogma morto, uma doutrina acabada, imutável, mas um guia vivo para a acção», como ele afirmava, repetindo a fórmula clássica de Marx e Engels. «Perdendo de vista este aspecto do marxismo (dizia Lénine) tornamos o marxismo uma coisa unilateral, disforme e morta; despojamo-lo da sua quinta-essência, solapamos as suas bases teóricas fundamentais - a dialéctica, doutrina da evolução histórica, multiforme e plena de contradições; enfraquecemos a sua ligação com os problemas práticos e concretos da época, susceptíveis de se modificarem a cada viragem da história».

Partindo dos princípios fundamentais elaborados por Marx, Lénine procedeu à análise do imperialismo, última fase do capitalismo, e daí concluiu a possibilidade da vitória do socialismo num ou noutro país capitalista, isoladamente.

«Teórico, homem de acção e revolucionário» - «Avante!», VI série, nº 401, Abril de 1969

ESLOVÉNIA

Milan Kucan eleito presidente

Milan Kucan, o presidente da Liga dos Comunistas Eslovenos — Partido da Renovação Democrática, foi eleito presidente da Eslovénia (República da Federação Jugoslava), nas eleições realizadas no domingo passado. Para o presidente eleito, foram 58,3 por cento dos votos do eleitorado, enquanto o candidato da coligação «Demos» contou com 41,7 por cento dos votos.

Entretanto, a coligação nacionalista «Demos» obteve a maioria dos lugares no

Parlamento, o que lhe dá o direito de formar governo. Também neste domingo e

segunda-feira decorreram eleições, noutra República Jugoslava — a Croácia. Os resultados eleitorais da primeira volta apontam para uma maioria de deputados da organização nacionalista Comunidade Democrática Croata (CDC), em duas câmaras do parlamento.

De par da importância que assume a eleição de um

comunista para a presidência da Eslovénia, parece evidente, nestes resultados eleitorais, o peso dos problemas nacionalistas. Problemas que na verdade não são novos, mas hoje assumem renovada acuidade.

Já nos tempos de uma Jugoslávia monárquica e centralizada, foram frequentes os problemas nacionais. Recentemente, os conflitos nacionais assumiram particular relevância após a morte de Tito.

Em Maio de 1980 estalaram no Kosovo sérias perturbações.

O Kosovo — em que 90% da população é muçulmana, de origem albanesa — pretende um estatuto de República Federal, num país predominantemente eslavo. Na região, integrada da Sérvia, a população sérvia é minoritária.

Sucedem-se manifestações, confrontos, e também intervenções militares, de que já resultaram vários mortos.

Uma outra dimensão do problema, é de carácter económico. Em causa, concretamente, o contributo financeiro de cada República para o orçamento federal e para um fundo especial de apoio às regiões menos desenvolvidas, entre as quais se destaca o Kosovo.

A Eslovénia defende que deve ser a Sérvia a suportar integralmente os custos daquela província autónoma, já que ela é parte integrante da

República Sérvia. O diferendo acabou por assumir mesmo o carácter de um boicote económico mútuo entre as duas Repúblicas.

Problemas tanto mais difíceis quanto é complexo conseguir soluções equilibradas em que distintos interesses sejam considerados.

Eslovénia

A Eslovénia é a mais desenvolvida República da Federação. Produz 22% do produto nacional federal, contando entretanto apenas com 8% da população. Localizada no extremo setentrional da Jugoslávia, tem fronteiras com a Húngria, Áustria e Itália.

A Eslovénia tem vindo a concretizar com relativa celeridade as reformas em curso no país, tanto no plano político como económico. Por exemplo, o primeiro banco misto criado na República. A existência de várias formações políticas é um facto comum. No seu congresso extraordinário de Janeiro de 1990, a Liga dos Comunistas Eslovenos pronunciou-se pelo pluripartidarismo. São de referir, entre as diferentes formações políticas, a União Social-democrata, a Aliança camponesa, a União democrata-cristã, os Verdes, entre outras.

Tanto mais significativa é a eleição, para presidente da Eslovénia, do candidato da Liga dos Comunistas.





25



de Abril



dezasseis anos depois



... e de novo o Povo desceu à rua nas ruas de Lisboa





Simplemente Abril

A simplificação está na moda, neste mundo em mudança onde, como sempre, emergem logo os que têm tanto medo dela que começam por se mudar a si próprios e com um único critério: não ficar no mesmo sítio. Simplifiquemos também. Mas aqui, e já agora a propósito da Revolução do 25 de Abril que comemora o seu 16.º aniversário.

Podemos começar por nós, caros leitores; em tal familiaridade havemos de encontrar a maneira mais simples de chegar às coisas. Eu, por exemplo, estou agora a escrever sobre o 25 de Abril mas, sobretudo, graças ao 25 de Abril; há 16 anos não podia fazê-lo, não apenas porque o acontecimento ainda não tinha ocorrido mas, fundamentalmente, porque até então o escrever livremente era algo que fora asfixiado há meio século, no País.

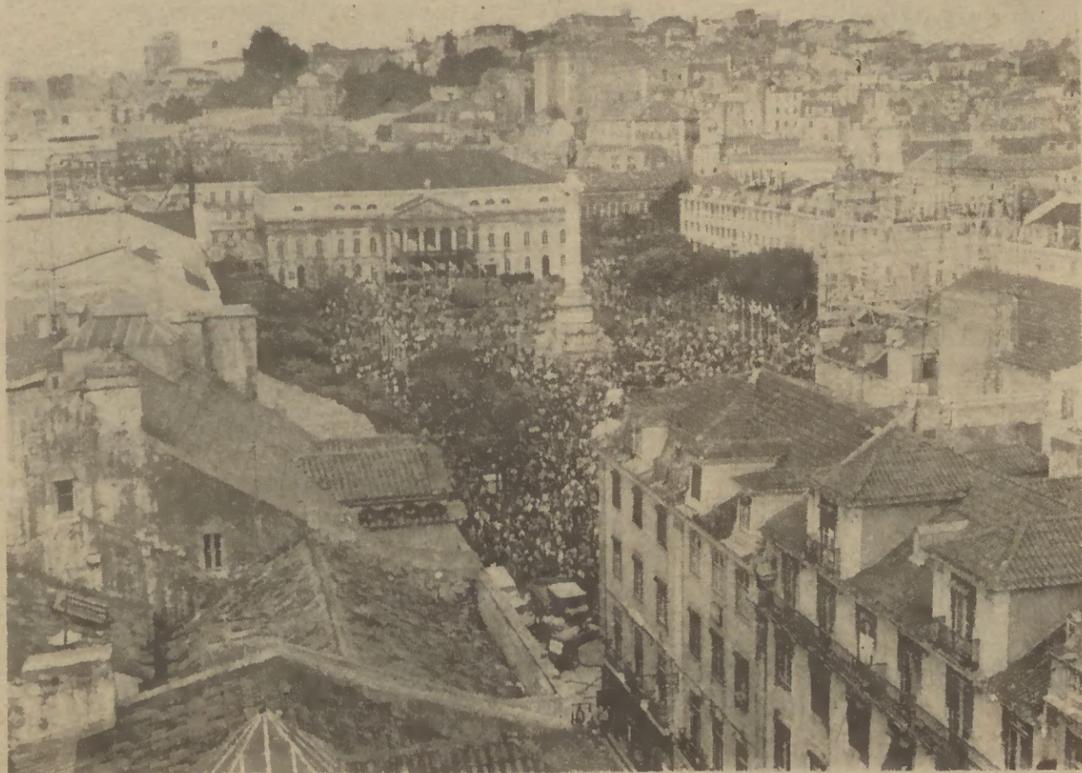
O mesmo se passa convosco; ao lerem-me, fazem-no também graças ao 25 de Abril. No caso do «Avante!», fazem-no também sem o risco de irem imediatamente presos, acusados de subversão. Ainda simplificando, continuemos a olhar para nós próprios. Por exemplo a nossa carteira de documentos. Ao lado da carta de condução e do bilhete de identidade — que já havia no fascismo — encontramos o cartão do sindicato, o cartão de eleitor, o cartão da Caixa de Previdência e o passe social. Parece pouco e é-o, se considerarmos apenas a insuficiência dos serviços prestados ou a fragilidade dos direitos usufruídos contra a exibição desses documentos. Só que antes do 25 de Abril a não existência de um sindicalismo livre correspondia à impunidade despótica do patronato sobre a população trabalhadora, a não existência do cartão de eleitor retratava um regime que esmagava as liberdades, direitos e garantias de quase todos para perpetuar o poder de alguns, a não existência do cartão da Caixa mostrava como se sofria e morria em Portugal sem qualquer assistência, a não existência de passe social era mais um testemunho do desprezo absoluto com que o poder encarava este povo.

E ao lado destes documentos podemos, se quisermos, colocar e exhibir outros, seja algo marcadamente político como um cartão do Partido ou documentações menos compenetradas mas não menos cívicas, como de uma organização de Moradores ou de uma Associação de Pais. Antes do 25 de Abril ia-se até ao cartão do clube desportivo ou, no máximo, ao de uma associação tipo «Os Amigos da Água-Pé», a tal que, com o vinho, «dava de comer a um milhão de portugueses»...

Ora isto não é uma simples diferença aritmética entre cartões. Tê-los e não tê-los, poder ou não exibi-los, estabelece a diferença entre a liberdade e a repressão, a alegria e o medo, o Estado de Direito e um quotidiano de prepotências. Foi o 25 de Abril que estabeleceu a diferença. É o 25 de Abril que garante essa diferença, a qual nos entra pela vida adentro sem darmos por isso. Há mesmo quem não dê já por nada, esquecido de quando não havia uma única família portuguesa ao abrigo da angústia da guerra colonial ou de quando não havia um local seguro — nem a própria casa — para se pensar alto.

Há depois os outros que sempre estiveram contra o 25 de Abril e que, ao longo destes 16 anos tudo têm feito não apenas para o denegrir mas, sobretudo, para aniquilar todas as conquistas democráticas e progressistas que com ele se construíram neste País. Sempre no poder, fizeram-no primeiro em nome do socialismo e, depois, da democracia. E como a simplificação está na moda, estes últimos aproveitam para decretar que o Portugal de Abril acabou, enquanto os outros, os tais que têm tanto medo das mudanças que desatam a mudar-se a si próprios para não ficarem no mesmo sítio, esses proclamam ou assumem que, afinal, isto é tudo boa gente, a eficácia é que interessa, os conflitos de classe são peça de museu, o que é bom é a economia de mercado e correr muito para a CEE.

É claro que não é assim, como o prova tão enorme sanha contra algo que, ainda por cima, se considera morto e enterrado. Como o prova estarmos aqui nesta conversa. Como o provam as permanentes lutas sociais, sindicais, culturais, políticas, económicas, que ininterruptamente continuam a construir Abril. Como o fazemos agora, por ocasião do seu 16.º aniversário. E como estamos em tempo de simplificações, fá-lo-emos simplesmente indo mais uma vez para a rua, porque Abril somos nós todos.



Contra o alargamento do Campo

Com mãos se faz a paz!

Não terá sido por acaso que na segunda-feira passada o Ministro da Defesa, Fernando Nogueira, anunciava em Bruxelas aos jornalistas portugueses que o Governo não iria conceder maiores facilidades à RFA na utilização quer do Campo de Tiro de Alcochete, quer da Base Militar de Beja. O ministro que participou numa reunião da União Europeia Ocidental, disse no entanto que estaria disposto a renovar, nas mesmas condições, o acordo que está em vigor até finais de 1991 sobre a utilização pelos alemães-federais dessas duas instalações militares. Declarações a surgirem um dia depois de uma iniciativa em Alcochete de protesto contra a pretensão de alargamento do Campo de Tiro, instalado naquela que é a Reserva Natural do Estuário do Tejo, uma das mais importantes da Europa Ocidental, ameaçada pelos vãos rasantes dos aviões e pelos ensaios com bombas e mísseis. Declarações a surgirem também três dias depois de o mesmo ministro ter afirmado ser esse alargamento uma via para uma hipotética melhoria da qualidade de vida das populações da região: «verificar-se-á um aumento da segurança e comodidade das populações envolventes» disse então Fernando Nogueira à RTP. Para Miguel Boeiro, Presidente da Câmara de Alcochete estas declarações revelam «cinismo» por parte do ministro: «o Governo está a tentar passar um atestado de estupidez às populações», concluiria o autarca.

«Temos a opinião pública a nosso favor, há muito que se fala no alargamento do Campo de Tiro e até agora nada foi feito», foram algumas das afirmações de Miguel Boeiro, como forma de demonstrar a sua convicção de que não só o alargamento não se concretizará mas também de que «esta luta só terminará quando o campo de tiro desaparecer desta região».

A realização, nos concelhos afectados por este projecto governamental, de seminários específicos sobre agricultura, defesa e ambiente; com a participação de especialistas nas diversas áreas; é o passo imediato que se seguirá neste processo de combate ao alargamento do Campo de Tiro, com a finalidade de «fazer associar a esta luta toda a base técnica e científica que também por esse lado mostre os graves malefícios que o alargamento, a concretizar-se, irá trazer para a região», não só no domínio estritamente ambiental, mas também em termos económicos e sociais.

«Não, não, não, alargamento não» foi o refrão mais cantado no domingo passado pelos que nessa manhã percorreram a distância entre Montijo e Alcochete, de «mãos dadas contra o alargamento do Campo de Tiro», correspondendo assim ao apelo feito pela comissão organizadora da iniciativa, da qual fazem parte os municípios de Alcochete, Benavente, Montijo e Palmela, cujos presidentes da Câmara encabeçaram a marcha de seis quilómetros.

Um caso também em Espanha

Também à cabeça do desfile esteve o alcaide de Anchuras. Trata-se

de uma localidade do distrito de Ciudad Real, colocada entre a Estremadura e Castela, mais exactamente entre Toledo e Talavera de la Reina. É uma localidade espanhola a viver um problema muito semelhante ao de Alcochete. Para Santiago Martín, um jovem de 27 anos, em Espanha o PSOE tem um comportamento, nesta matéria, idêntico ao do PSD de Portugal: «os métodos que o Poder usa não mudam de país para país», disse o autarca, referindo-se à «traição» dos governantes em relação aos reais desejos da população. Pelo que este espanhol, eleito numa lista de independentes do seu *ayuntamiento*, viu este fim-de-semana em Alcochete, o êxito da iniciativa de protesto faz prever «uma vitória humana», a vitória «da voz das populações».

De manhã no Montijo, local de concentração dos *manifestantes*, actuaram ranchos folclóricos e uma classe de judo, enquanto cento e cinquenta atletas partiram do Campo de Tiro até Alcochete, fazendo uma corrida protagonizada por elementos de todos os escalões etários. À tarde foi a vez de oito bandas *rock* fazerem a animação no largo de Alcochete, onde a desfile terminou.

Ecologistas presentes

Presentes estiveram os principais grupos ecologistas portugueses, com representantes da Quercus, Liga Portuguesa para a Protecção da Natureza, GEOTA. Também a ALOOC, o MDM. Quanto a partidos, fizeram-se representar o PCP, o PS, os «Verdes», a UDP, o PSR e o PC(R).

Sindicatos, associações e comissões de moradores, a Associação

dos Municípios do Distrito de Setúbal (representada pelo seu presidente, Eufrásio Filipe, do Seixal); diversas câmaras do Ribatejo, Estremadura e Alentejo, bem como inúmeras juntas de freguesia estiveram igualmente nesta na marcha. Toda a área metropolitana de Lisboa enviou autarcas, de diversas formações políticas.

Os deputados europeus Maria Santos, Carlos Carvalhas e Barros Moura fizeram a marcha juntamente com alguns milhares de pessoas, bem como os deputados na Assembleia da República Apolónia Teixeira, Paula Coelho e André Martins. O Major Mário Tomé, da UDP, esteve no Montijo no começo da iniciativa, só não percorrendo a distância até Alcochete por ter de estar presente num almoço da Associação 25 de Abril.

Numa conferência de imprensa organizada no final do desfile, Carlos

vessar a área que os militares pretendem ver abrangida pelo alargamento do Campo de Tiro. Se o alargamento se fizer não haverá gás natural para a zona...

Por outro lado, se esse alargamento se concretizar, será impossível a prevista (e almejada há largos anos) transferência do aeroporto de Lisboa para Rio Frio. Não será pois estranho que o novo presidente da ANA (Aerportos e Navegação Aérea) e ex-Chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas, general Lemos Ferreira, seja um dos principais oponentes à transferência do aeroporto civil para esse local, já que sempre foi um dos principais defensores do Campo de Tiro de Alcochete.

Sobre estas matérias, Eufrásio Filipe defendeu a necessidade de as autarquias serem escutadas em tudo o que tenha a ver com o seu desenvolvimento socio-económico, lamen-



Carvalhas, do PCP, anunciou que iria apresentar, no dia imediato, um Projecto de Resolução no Parlamento Europeu (ver caixa) sobre a elaboração de um estudo de impacto ambiental do possível alargamento do Campo de Tiro, a ser subscrito por todos os deputados portugueses e estrangeiros que o desejarem.

Para além da ecologia

Para além das consequências ecológicas, o possível alargamento choca também com algo que se apresenta como fundamental para o desenvolvimento futuro da região: o traçado de uma conduta de gás natural a instalar no distrito deverá atra-



Projecto de Resolução no Parlamento Europeu

O deputado europeu, Carlos Carvalhas, anunciou em Alcochete a entrega no Parlamento Europeu de uma proposta de resolução com base na situação vivida no Campo de Tiro. Tal veio a acontecer, e aqui transcrevemos na íntegra o conteúdo dessa proposta, apresentada por Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda, Barros Moura, Maria Santos e outros deputados europeus, com o título genérico «sobre os campos de tiro militar na Península Ibérica e as suas implicações ambientais, sociais e regionais» e que solicita à Comissão Europeia que elabore um relatório sobre as implicações ambientais e sociais dos campos de tiro, a partir do exemplo dos campos de tiro de Alcochete e de Anchuras.

«O Parlamento Europeu conside-

rando o Documento final do encontro de Viena sobre a CSCE e as conclusões do fórum ecológico de Sófia que se lhe seguiu».

«Considerando que os problemas ecológicos contemporâneos exigem soluções políticas e económicas e que a biosfera e a Europa são um património comum».

«Tendo em conta que a implementação de campos de tiro nas regiões periféricas da Comunidade com economias menos prósperas, bem assim como os seus alargamentos, têm pesadas consequências quanto à dimensão ecológica e social do desenvolvimento».

«Considerando, em particular, que o Campo de Tiro de Alcochete se situa na área da Reserva Natural do

Estuário do Tejo, zona de imigração de aves provenientes do Norte da Europa e do continente africano».

«Solicita à Comissão que, com carácter de urgência, elabore um relatório completo sobre a problemática dos campos de tiro militar, nomeadamente em relação às suas implicações ambientais e de segurança e de bem estar das populações vizinhas, tomando como exemplo o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete em Portugal e o caso do projectado Campo de Tiro de Anchuras, em Espanha».

«Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução à Comissão, às Câmaras Municipais das áreas envolvidas, à Assembleia da República Portuguesa e ao Governo português.» ■



de Tiro de Alcochete



O Público errou...

Aqui se apresentam os títulos escolhidos pela imprensa de Lisboa, a propósito da marcha de protesto contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, realizada no domingo passado.

Jornal de O Dia

Manchete na primeira página: «Deram as mãos do Montijo a Alcochete - Manifestação de protesto contra alargamento do campo de tiro». Reportagem nas páginas centrais: «Dia Mundial da Terra - Milhares em cordão humano contra campo de tiro de Alcochete».

Diário de Notícias

Na primeira página, legendando uma fotografia: «Marcha contra Campo de Alcochete». Nas páginas centrais: «Populações não querem o alargamento do campo de tiro - Cordão humano defende Alcochete».

Diário Popular

A seis colunas, encimando uma reportagem de uma página: «Cordão humano ligou Montijo a Alcochete - Milhares disseram «não» ao alargamento do campo de tiro».

Correio da Manhã

«Milhares fizeram cordão contra campo de tiro».

A Capital

«Como protesto contra alargamento de campo de tiro, «paz e solidariedade» entre Montijo e Alcochete - Cordão humano marcha mais de duas horas».

Diário de Lisboa

Reportagem desenvolvida em duas páginas: «Contra o alargamento marchar, marchar».

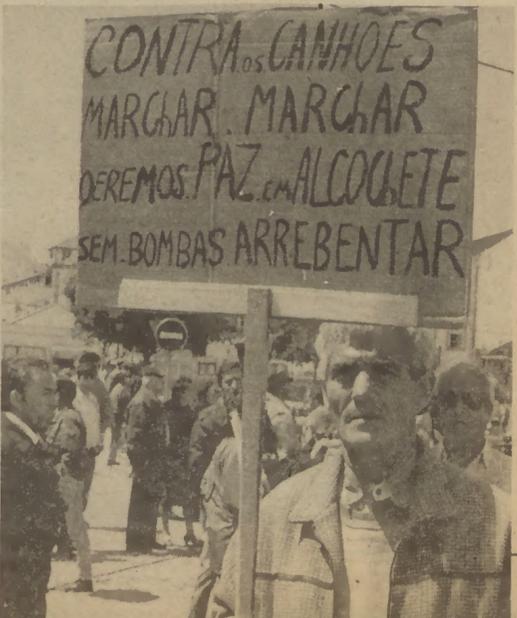
O Diário

Manchete na primeira página: «Milhares deram as mãos entre Montijo e Alcochete - Campo de Tiro já basta assim!». Reportagem de uma página: «Milhares desfilarão entre o Montijo e Alcochete - Mãos dadas contra o Campo de Tiro: «como está chega e sobra»».

Público

Na primeira página: «PCP com fraca mobilização contra campo de tiro de Alcochete - Ecologistas ausentes do Dia da Terra». Nas páginas interiores: «Cordão humano de Alcochete desfez-se antes de começar - Ambientalistas deixaram PC (quase) sozinho».

Como se vê, o «Público» errou!



Encontro Nacional de Bancários Comunistas

As consequências da privatização

Os bancários comunistas realizaram no passado dia 21 na Voz do Operário um encontro nacional para debater a actual situação no sector, resultante da recente revisão constitucional, da nova legislação laboral e face à aproximação do Mercado Único. Na iniciativa, fortemente participada, esteve presente o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que interveio no encerramento dos trabalhos.

Os intervenientes debruçaram-se sobre a evolução do sistema bancário em Portugal, assinalando como factores que o influenciam ou podem influenciar directamente, «a tendência para uma cada vez maior internacionalização das relações económicas e financeiras entre os vários países; a integração na CEE, com especial relevo para a implementação do Mercado Único financeiro; a disseminação acentuada da actividade bancária por instituições de natureza variada; a política de privatizações e reprivatizações seguida pelo governo e apoiada clara ou veladamente não só pelos partidos de direita, mas também pelo Partido Socialista».

No caso concreto das privatizações, os bancários comunistas consideram-na não como uma inevitabilidade, mas decorrente de «motivações políticas que apresentam um cunho bem marcado de classe e claramente contrário aos interesses

to e de arrependimento para muitos trabalhadores, que em 1987 votaram naquele partido.

Os bancários reunidos acusaram o partido do Governo de, através da Associação Portuguesa de Bancos e do Ministério das Finanças, recusar negociar tabelas salariais que permitam a recuperação do poder de compra perdido com a subida da inflação. Recorde-se a este propósito que só no ano passado após quatro dias de greve, este sector conseguiu uma tabela salarial aceitável.

O encontro deixou claro que a manutenção dos postos de trabalho, a garantia dos direitos e regalias sociais passam pela não destruição da banca nacionalizada. Os actuais gestores, nomeados pelos Governo, começaram a levar à prática acções concretas que visam a privatização e reprivatização do sector, cujas consequências negativas são já visíveis para os trabalhadores.

Os participantes denunciaram várias ilegalidades que restringem os direitos laborais, nomeadamente o não cumprimento da Lei 46/79, sonegando às comissões de trabalhadores a possibilidade de efectuar o controlo de gestão; a subversão e desrespeito do acordo colectivo de trabalho, o aumento da repressão; a atribuição de benesses; a retirada de direitos e discriminação dos membros das estruturas representativas dos trabalhadores e activistas sindicais.

Este conjunto de medidas visam premiar as elites e marginalizar a esmagadora maioria da classe laboriosa, criando uma situação social inadequada ao necessário desenvolvimento dos bancos.

A acção do PCP

Os comunistas presentes no encontro debruçaram-se ainda sobre a intervenção do Partido em toda a vida nacional, concluindo que continua a desempenhar um papel «absolutamente indispensável».

Todavia, segundo se indica no documento divulgado, «as alterações significativas» verificadas tanto a nível nacional como internacional, «exigem as respostas mais adequadas às novas realidades políticas e sociais». Para isso os bancários comunistas consideraram imprescindível «ter um PCP forte e dinâmico que, reforçando a sua organização no sector» contribua de forma activa para uma «viragem política nas próximas eleições legislativas de 1991». Foi também vista a necessidade de realizar com regularidade mais iniciativas de carácter nacional, pluridistrital e regional.

Por fim o Encontro Nacional de Bancários Comunistas saudou a realização do XII Congresso (Extraordinário) e exortou os trabalhadores a participarem activamente nas comemorações populares do 25 de Abril e 1.º de Maio. ■



Contrariar a política do Governo

O Encontro Nacional dos Bancários Comunistas perante o actual quadro social e laboral no sector, de graves consequências para os trabalhadores, definiu um conjunto de medidas:

- reforçar o empenhamento na defesa dos interesses dos trabalhadores bancários, contribuindo designadamente para um melhor funcionamento das estruturas representativas dos trabalhadores;
- lançar uma campanha de divulgação e esclarecimento dos direitos que são de todos os trabalhadores, por forma a criar condições para a tomada de posição no sentido de contrariar a política dos conselhos de gestão e do Governo do PSD, cujo traço geral em todos os bancos é o retirar de direitos, não cumprimento do acordo colectivo de trabalho (ACTV), com o objectivo de desregular totalmente as relações de trabalho;
- lutar pela concretização da proposta sindical de revisão do ACTV e repudiar as tentativas da Associação Portuguesa de Bancos/Governo, expressas nas suas propostas, de, sob a capa da modernidade, subverter completamente o ACTV dos bancários, retirando-lhes direitos conquistados há décadas.



nacionais». Neste sentido, o encontro advogou a inversão da política governamental para o sector, por conduzir à submissão das unidades bancárias nacionais aos grandes impérios internacionais.

Por outro lado, como foi referido, nada justifica que à luz dos acordos comunitários a concretização desta política. Os exemplos que vários países da CEE fornecem, demonstram a necessidade de tomar medidas tendentes à defesa dos interesses da independência nacional neste domínio.

Neste contexto, as conclusões do encontro indicam que «no quadro actual de ligação comunitária é absolutamente imprescindível a existência, no nosso Portugal, de um forte sector bancário nacionalizado, que seja um instrumento autónomo de apoio aos nossos interesses económicos».

Este forte sector, criado em 14 de Março de 1975 pelo então jovem regime democrático, necessita de medidas de reestruturação, coordenação e direcção, que os sucessivos governos têm ignorado e negado frontalmente.

A situação laboral e social degrada-se

Após quase três anos de Governo PSD, a situação laboral e social é hoje motivo de apreensão, protes-



Lénine em Lisboa

Qual a actualidade do pensamento de Lénine para um socialista democrático hoje em Portugal? Serei claro, directo e lapidar: nenhuma, por mais que tal possa custar aos admiradores do grande revolucionário. A afirmação foi feita em Lisboa na passada sexta-feira, numa sessão promovida pela Associação Portugal-URSS para assinalar os 120 anos do nascimento de Vladimir Ilitch Ulianov, e o facto em si mostra como as mudanças no mundo se reflectem rapidamente nas consciências de quem diz querer transformá-lo. Numa sala repleta, no Forum Picoas estiveram algumas centenas de pessoas, que ouviram atenta e interessadamente **Rudolf Ianovski** (reitor da Academia de Ciências Sociais adjunta ao CC do PCUS), **Piteira Santos**, **António Reis** (em representação da revista «Finisterra» e **Arsénio Nunes** (em representação da revista «Vértice»). O presidente da Associação, Avelãs Nunes, foi o moderador. Lénine também lá esteve, embora possa ter havido quem não tenha dado por ele.

Ianovski, o primeiro orador, não se deteve longamente em questões históricas. Lembrou a importante referência que é para milhões de pessoas o nome de Lénine, fundador do partido da classe operária da Rússia e do Estado soviético, como figura que «soube penetrar profundamente no âmago dos processos sociais e descobrir as possibilidades de acção revolucionária neles contidas», mesmo num período em que «fácil era desorientar-se».

Chamou ainda a atenção — como faria depois Piteira Santos — para o facto de o termo *leninismo* se ter implantado após Stáline ter proferido, em 1924, já depois da morte de Lénine, um ciclo de palestras sobre «As bases do leninismo», considerando o que se passou a seguir como «o desconhecimento do legado teórico de Lénine, a sua substituição pela interpretação, quando não falsificação crassa, que Stáline dele fez, e a falta de concordância entre as teses teóricas de Lénine e a sociedade realmente edificada».

car na vasta obra teórica de Lénine o que está vivo e o que está morto; mas manifestou desde logo uma opinião inequívoca: «se o pensamento de Lénine inspira e fecunda a *perestroika*, se Gorbachov se apoia, principalmente, na lição das suas obras posteriores às «Tarefas imediatas do poder dos soviets», é porque o pensamento de Lénine conserva plena actualidade», tanto política, como pedagógica.

A «definição triunfante de *leninismo*» — elaborada e imposta por Stáline a partir das conferências na Universidade de Svérldov — levou a uma dogmatização que não correspondia ao pensamento de Lénine nem à leitura que Lénine tinha feito dos clássicos do marxismo, afirmou Piteira Santos: «A atitude crítica de Lénine, e favorável às leituras plurais de Marx, é vivamente actual. Lénine é um leitor com espírito científico de Marx que nada tem a ver com a *dogmatização* leninista fruto da interpretação staliniana do marxismo. Porque *marxista*, Lénine não foi leninista».

Crítica e criatividade

O fundamental da intervenção de Rudolf Ianovski situou-se na URSS e nos dias de hoje, descrevendo as críticas feitas ao legado teórico de Lénine num tom «cada vez mais militante e por vezes exacerbado» e sublinhando a necessidade de um partido «forte e coeso, dotado de uma orientação estratégica bem definida e de uma táctica flexível».

Constatou uma nítida «linha de transição da crítica do estalinismo para a crítica de Lénine» e dos valores do socialismo, manifestando a opinião de que é necessário defender o leninismo, mas sem responder «na mesma moeda aos golpes, gritos e guinchos dos adversários. Há sim que proceder a um tratamento científico dos problemas, dando prioridade absoluta ao desenvolvimento da teoria baseado na prognose e à concretização na prática das ideias do socialismo».

Para Ianovski, há que repensar de forma criativa e desenvolver as ideias de Lénine e dos outros teóricos do movimento socialista mundial (Plekhanov, Gramsci, Togliatti, Mehring, Labriola): «Manter viva uma herança não significa limitarmo-nos a essa herança. Quem assim pensava era Moisés, que pretendia definir até à consumação dos séculos quais as leis segundo as quais o seu povo teria de viver».

«Um inquérito profundo e pluridisciplinar», já na expressão de Piteira Santos, é o que se exige para verifi-

Inactualidade

António Reis, dirigente socialista que participou no debate como director-adjunto da revista «Finisterra», fez uma intervenção que primou pela frontalidade e clareza, defendendo que hoje é «nenhuma» a actualidade do pensamento de Lénine: «Independentemente dos méritos de pensador e estratega», representa «a acentuação mais extrema do vector antidemocrático, anti-reformista e materialista dialéctico da nebulosa ideológica do marxismo».

Sublinhando que «não é sequer ao *marxismo-leninismo* como construção ideológica, simplificadora, de Stáline, que me pretendo referir, mas ao próprio pensamento de Lénine», António Reis desenvolveu esta opinião referindo aspectos concretos da forma como foi desenvolvido por Lénine o pensamento de Marx: a teoria crítica do capitalismo, a estratégia de conquista do poder e a teoria do Estado, a filosofia, a teoria do conhecimento e a ontologia do materialismo dialéctico.

Concluiu, como seria de esperar, que «a história está a dar cada vez mais razão aos reformistas da II Internacional, como Bernstein, ainda que libertos hoje também da respectiva ganga filosófica».

Mesmo assim, António Reis compreende que «no momento actual, na URSS, há necessidade de revalorizar o pensamento de Lénine», mas coloca-se uma questão de fun-

do: «Até que ponto muito do estalinismo está já contido no pensamento de Lénine? Até que ponto a planificação burocrática da economia não é algo que deriva directamente da colectivização dos meios de produção?»; a resposta virá da URSS «nos próximos anos, ou meses», e representa «o grande desafio» que a *perestroika* tem pela frente. Esta, pelo menos, não parece assim para António Reis uma questão arrumada nas *provas* da inactualidade de Lénine.

Ciência política

Arsénio Nunes iniciou a sua intervenção considerando que a principal razão que permite continuar a falar em leninismo é o facto de Lénine ter sido o «fundador do marxismo como ciência política». Ainda no Manifesto Comunista, a par da afirmação de que «toda a luta de classes é uma luta política», havia a compreensão de que esta identificação não era automática; dando grande importância ao crescimento do proletariado determinado pelo modo de produção capitalista, havia a consciência do peso de outras classes e de problemas que não têm a ver com a situação exclusivamente do proletariado; daí uma «preocupação de combinação das organizações específicas da classe operária com objectivos democráticos gerais», ficando claro que «não

pode haver emancipação do proletariado que não passe por esses objectivos democráticos gerais».

Esta preocupação — constatou Arsénio Nunes — perde-se no último quartel do século XIX, do ponto de vista teórico: «as forças dominantes no seio da II Internacional confiam que o destino da evolução social será determinado pelo próprio processo de crescimento do proletariado», «o problema político é resolvido pela própria evolução económica». A previsão, divulgada como marxismo, não se concretiza, e no fim do século XIX verifica-se a primeira grande crise ideológica do movimento operário moderno.

É nesta altura que se inicia o trabalho activo de Lénine no movimento socialista russo, «desde cedo com posições bastante próprias», como referiu Arsénio Nunes. Foi a situação concreta da Rússia que fez com que o movimento operário tivesse que encabeçar a luta por objectivos democráticos, passando a ser encaradas as tarefas do movimento de classe como tarefas políticas, dirigidas a todas as classes, à organização e relação mútua dessas classes no Estado.

Esta ideia representou «uma transformação importante no quadro do pensamento dos socialistas», levou à cisão entre mencheviques e bolcheviques, e marcou o papel e as posições do Partido Bolchevique na luta pela conquista do Estado e na aplicação da sua política: «o papel próprio do Partido Bolchevique nunca se confundiu com uma preocupação de exclusividade na ocupa-

ção da cena política; a palavra de ordem da revolução de Outubro não foi «Todo o poder ao Partido Bolchevique», foi «Todo o poder aos soviets»; estes, assinalou Arsénio Nunes, foram a «materialização concreta e institucional de uma aliança de classes: proletariado industrial, soldados, campesinato».

... continua!

Por esta altura da sessão-debate já o tempo começava a ficar escasso e o moderador reconhecia a dificuldade do seu trabalho: depois de, da assistência, menos de uma dezena de pessoas ter feito perguntas ou dado opiniões, ficavam poucos minutos para a *segunda volta* de cada um dos oradores convidados, tempo apenas suficiente para reafirmar o fundamental do que antes haviam dito ou responder a algum ataque directo.

De qualquer forma, Lénine esteve em Lisboa, com toda a força das suas ideias, com a actualidade e a força que levam a que milhões de homens e mulheres em todo o mundo as considerem um ponto de referência obrigatório na luta pela libertação dos trabalhadores e dos povos, pela vitória do socialismo.

O debate sobre a actualidade do pensamento de Lénine continuou depois da sessão no Forum Picoas. O resto... também continua.



Pobrezas

Pobrezas

A pobreza é apanágio dos ricos porque, como se sabe, são precisos muitos, muitos pobres, para fazer um único rico. Quanto aos aspectos concretos da pobreza, basta ter olhos para os ver: a subnutrição e a fome, a doença e morte, o analfabetismo, o desemprego, a falta de habitação, a vida em barracas ou debaixo das pontes, o deambular pela esmola de corpo esfarrapado, são elementos brutalmente visíveis de um quotidiano de miséria que, no caso do nosso País, envolve dezenas de milhares de portugueses. Pois para o ministro do Emprego e Segurança Social, o inefável Silva Penada, «as manifestações mais preocupantes de um estado de pobreza radicam na perda de dinamismo pessoal e colectivo e na redução do nível de aspirações», segundo perorou no Porto. Cada um fala da pobreza que conhece. Já sabíamos que no PSD há uma visível «perda de dinamismo pessoal e colectivo» e uma natural «redução do nível de aspirações». Ignorávamos é que isso correspondia já a um estado de pobreza declarada.

Meteorologias

Segundo o «Diário de Notícias» e o seu «barómetro DN/Marktest» relativo à primeira quinzena de Abril, «o PSD está a recuperar a sua imagem mas a do Governo, em geral, está a descer». Com tanta meteorologia de certeza que estão a adivinhar chuva. Mas não se espantem



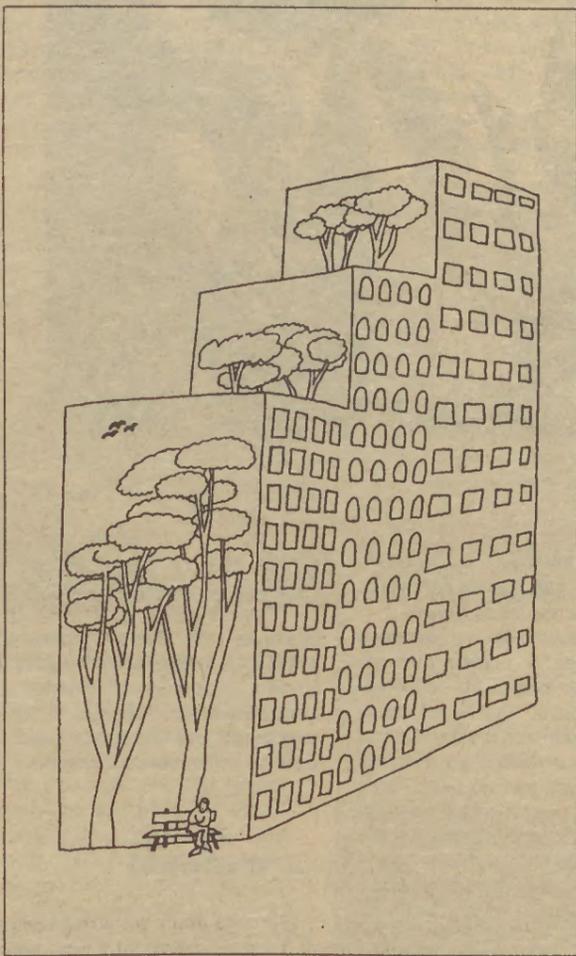
assim tanto, senhores: afinal de contas toda a gente sabe que não se pode ter sol na eira e água no nabal...

Modéstias

A modéstia é uma virtude e ser modesto uma qualidade apreciada desde os confins da humanidade. Gerindo estes conceitos, o sindicalista Vítor Hugor Sequeira confessava há dias ao «Diário de Lisboa» que «eu já militava no mundo sindical antes do 25 de Abril de 1974, como um modesto delegado sindical e membro da comissão de trabalhadores», desculpando-se mais à frente de ser «o eterno segundo no ramo PS da UGT» garantindo que «eu vivo o dia a dia da central sindical e julgo que quanto mais empenho colocar nas questões do quotidiano, melhor colocado estarei para um dia mais tarde, se for indigitado ou surgir essa oportunidade, poder ou não vir a ser considerado adequado ao lugar de secretário-geral». Estratégias há muitas — a deste homem é a modéstia. Começou por ser «um modesto delegado sindical» (função portanto desqualificada e sem brilho, mas um bom ponto de partida para um ambicioso modesto), hoje já se vê um futuro secretário-geral, pelo que «se empenha muito no quotidiano» e se mantém à espera de «ser indigitado ou que surja a oportunidade». Entretanto tem de se contentar com aquilo que é: um modesto dirigente sindical.

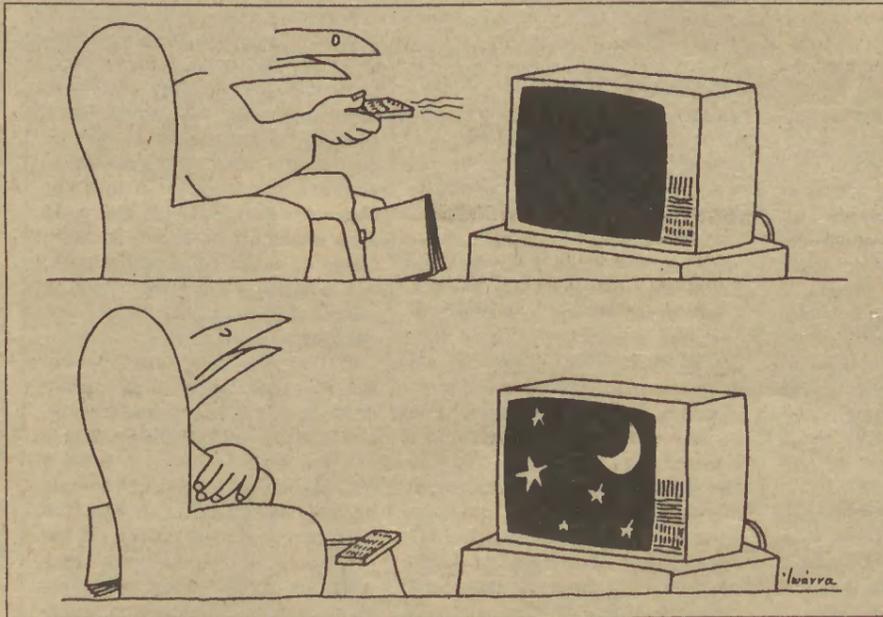
Televisão

No «24 Horas» da noite de 24 de Abril, quando as praças e ruas do País iniciavam em festa as comemorações do 25 de Abril, a televisão iniciou o seu noticiário com a Lituânia, mais uma mão cheia de importantíssimos acontecimentos internacionais como o internamento clínico da actriz Elizabeth Taylor, prossequindo com o 126.º aniversário do «Diário de Notícias», mais a abertura da sua galeria etc. etc. No final, quando os relógios já avançavam para a uma da manhã e o povo da capital estava farto de lançar foguetes, o «24 Horas» recordou o 25 de Abril com a alusão a um concerto de câmara assinalando a efeméride na Sala do Senado e apontando a sessão solene a realizar daí a umas horas também na Assembleia da República. Nem ao menos se lembrou que, há exactamente 16 anos, ela própria, a televisão estatal, estava ocupada pelos militares de Abril e pronta a anunciar o grande acontecimento. Pois é. Só que agora não está ocupada pelos militares de Abril, mas com outras coisas e por outra gente. Como a que por lá andava há 17 anos.



Mata-se e pronto

Um soldado israelita lançou anteontem uma granada sobre a representante suíça da Cruz Vermelha, Doris Pfister, quando esta visitava o campo de refugiados Amari, nos territórios árabes ocupados, ferindo-a no rosto, num ouvido e numa perna. Em Fevereiro passado as tropas sionistas já haviam assassinado a tiro um delegado da Cruz Vermelha Internacional. Quando os nazis começaram a metralhar as ambulâncias durante a II Guerra Mundial, inventaram a desculpa de que estas «transportavam tropas» camufladamente. O sionismo já nem considera necessárias explicações: mata-se e pronto.



Gazetilha

por Ignotus Sum

Mudar — para não mudar

Saiu da Obra Pública o Oliveira
e entrou o Ferreira
que estava no outro lado
é menos Oliveira
mas Ferreira
é menos Ferreira, mais
Oliveira, os tais
depois do trigo peneirado
deixam cair igual farelo, de
maneira
que enche toda a barrica

e em cima da peneira
nada fica...

Escala

Uns são e outros eram
outros eram, hoje são
os que desapareceram
os que desaparecerão
vão todos, afinal,
de remodelação
em remodelação
até à escavacção final...

Epigrama

— Gostei de o ver! — diz, opaco,
um tal a Cavaco.
— Aonde?
Onde me viu? — diz Cavaco.
— No Povo Livre — responde.

Cavaco, de boa fé,
ficou a olhar. E o tal:
— No Povo Livre, isto é...
Vi-o no Telegornal...

Café Seeem... leite

Saiu da distrital
o Pinto Leite
Era fatal.
A derrota foi sempre mau enfeite.

Cavaco chora.
Nada lhe calha.
Nas suas mãos, agora
até o leite coalha...

Opinião

A Esquerda não há
nem a Direita, já.
Que queres, pá,
esta é a opinião
que se deseja
no reino vão
do marajá.

Aumenta-se a cerveja
e logo se verá...

O Governo

— PIDACC é meu.
Forte sou eu...

— FEOGA a nu.
Forte és tu...

— FEDER é dele.
Forte é ele...

Os lobbies comem
o lobisomem...

Reizinhos europeus
valha-os Deus, valha-os Deus.

Congresso

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 852

27 de Abril de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

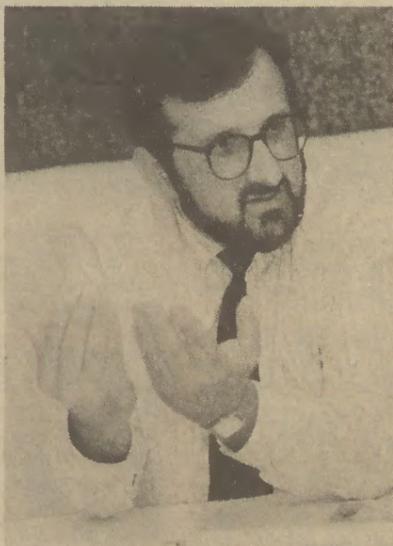


Mesas

Redondas

SITUAÇÃO DA JUVENTUDE, ENSINO, SAÍDAS PROFISSIONAIS

As necessidades do desenvolvimento e a contradição liberal



António Teodoro, secretário-geral da FENPROF



António Filipe, deputado da Assembleia da República



Rogério Fernandes, inspector-geral e professor universitário

O PCP E A POLÍTICA DE UNIDADE

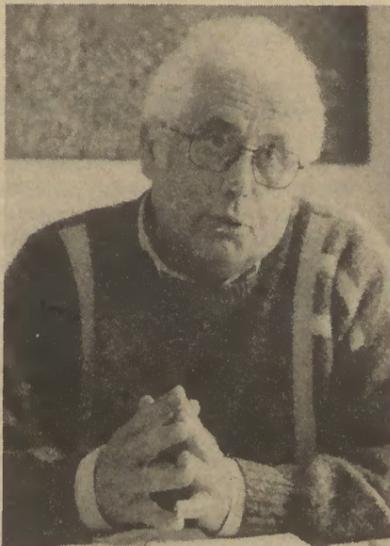
Aprofundar o diálogo para a construção de uma política de unidade

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO

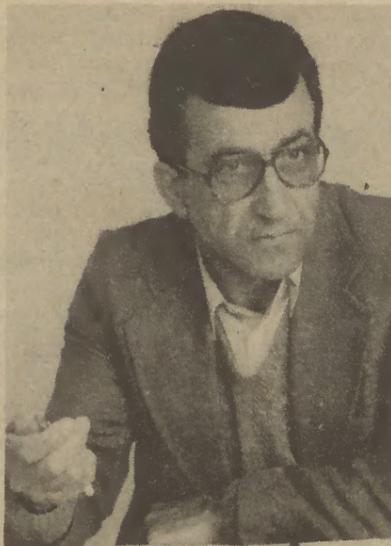
PCP



Rui Godinho – vereador da Câmara Municipal de Lisboa



Carlos Brito – membro da Comissão Política do CC do PCP e líder do Grupo Parlamentar



José Ernesto Cartaxo – membro do CC do PCP, da Comissão Executiva da CGTP



Helena Bastos – membro do CC do PCP, membro da Assembleia Municipal de Lisboa, da Direcção Nacional do MDM

Para discussão das Teses Álvaro Cunhal num encontro com artistas

Os acontecimentos nos países socialistas e as questões políticas, teóricas e ideológicas deles decorrentes quase hegemonizaram o debate realizado a semana passada em Lisboa, no encontro de Álvaro Cunhal com artistas e outros trabalhadores de Artes e Letras no quadro da discussão das Teses ao XIII Congresso (Extraordinário). Em relação a estas houve a opinião de que contemplavam insuficientemente as questões da Cultura, o que vai levar este organismo a endereçar à comissão de redacção os seus reparos e contribuições. Como de costume, Álvaro Cunhal abriu a sessão com uma breve exposição (tendo, neste caso, como ponto de partida o tema da Cultura), seguindo-se o debate protagonizado pelos presentes e encerrando com nova intervenção do secretário-geral do PCP, dinamizando a reflexão entretanto produzida.



«Como é que alguém de boa fé pode conceber a fusão simplista entre socialismo e capitalismo sem se aperceber que, assim, está a liquidar o ideal socialista?», perguntou-se logo no início do debate; esta questão seria bastante gloriada pela assistência, quer pormenorizando com «as confusões que para aí andam à volta da definição de classe e o seu pretenso diluimento», quer recordando que «não haveria movimentos de libertação, nem lutas dos trabalhadores, nem emancipação dos povos se não fosse a teoria e a prática revolucionária do marxismo-leninismo». Mais que perguntar, respondia-se assim à nova «moda» de considerar que o socialismo e o capitalismo tendem a ser a mesma coisa, numa fusão estapafúrdia que parece querer ignorar, duma só penada, a história, a realidade e a vida.

Houve mesmo quem pormenorizasse com exemplos concretos, cauterizando assim esta pretendida «fusão» do capitalismo com o socialismo; falou-se da pretensa «excelência» da Suécia, país onde reinaria o paraíso capitalista resultante da economia de mercado, mas esquecendo que na Suécia há desemprego — uma das mais graves injustiças sociais — e se aceita o facto com naturalidade; entretanto na URSS há três gerações que não se conhece o desemprego, chegando-se depois à afirmação de que «uma economia de mercado é

um sistema intrinsecamente desumano» e não pode servir de alternativa justa e correcta aos erros da economia planificada.

Recordou-se também que, na altura do derrube do muro de Berlim, houve muitos cidadãos da RFA que aproveitaram a ocasião para se deslocarem ao lado socialista e se abastecerem de géneros todos mais baratos (contou-se o caso de alguém que foi buscar 30 quilos de carne numa carrinha), apontando-se igualmente como um dos grandes erros dos países socialistas o não terem mostrado às suas populações a realidade do mundo ocidental, nomeadamente através dos filmes americanos, «eles próprios bons denunciadores das monstruosidades do sistema capitalista». E contaram-se históricas, como a de um cubano a viver em Miami, nos EUA, para onde foi iludido pela propaganda americana, e que agora quer desesperadamente voltar ao seu país.

Por outro lado acusou-se «o simplismo das Teses na abordagem do estiolamento teórico», pois tais estiolamentos são datados — uns de há 10 anos, outros de há 30 ou 40 — e tal não vem explicitado; considerou-se ainda que «há várias teorias, umas estiolaram mais que outras e, além disso, as consequências são diferentes», exemplificando-se que a teoria estética pode estiolar sem que isso estiole o socialismo, mas o estiolamento da teoria económica já terá muito mais profundas consequências.

responsável soviético a «teorizar» que «já não se pode falar em propriedade privada nos EUA», enfiando assim pela velha teoria da «democratização do capital».

Continuando a ilustrar as confusões teóricas que grassam na análise do capitalismo, o orador recordou que a tese do Partido acerca do aparecimento do capitalismo monopolista de Estado, com o grande desenvolvimento dos meios de produção sem o desenvolvimento das forças produtivas — o que contrariou a noção clássica de que a concorrência conduz à concentração e a concentração ao monopólio — foi apresentada na altura aos camaradas soviéticos e por eles refutada por não obedecer aos clássicos. «Ainda hoje — acrescentou — a nossa Reforma Agrária não foi percebida por muita gente», como se vê nas conferências da Reforma Agrária onde visitantes estrangeiros mostram total incompreensão pelo processo (por exemplo uma delegação búlgara espantava-se por a nossa Reforma Agrária não se ter feito com a repartição das terras pelos camponeses).

O mesmo acontece com o processo autogestionário da Revolução portuguesa, que os teóricos da altura diziam não poder ser assim mas os trabalhadores portugueses foram em frente, o Partido acompanhou-os e tornou-se num processo de uma enorme criatividade, com os trabalhadores a defenderem as suas empresas porque estavam efectivamente empenhados nisso; entretanto recentemente os camaradas búlgaros gizaram uma autogestão de gabinete...

«Há muito desenvolvimento teórico resultante da nossa Revolução», a qual ainda não valorizámos devidamente, considerou, acrescentando que «os camaradas têm toda a razão quando dizem que se tem de aprofundar muita coisa», só que tal tarefa não é só para este Congresso nem sequer só para nós.

Quanto à Perestroika, será derrotada se acontecer na URSS o que está a acontecer noutros países socialistas. E em relação a estes últimos referiu «uma nova ilusão e uma nova estagnação teórica» ali verificada: a entrega de empresas ao capital estrangeiro, pensando salvaguardar o seu controlo pelo facto desse capital não ultrapassar os 49%, quando ao capitalismo basta deter até menos que isso para controlar tudo, dado possuírem os meios e a tecnologia, como nós bem sabemos, em Portugal...

Há que estudar muita coisa

O secretário-geral do PCP encerrou a sessão chamando a atenção para o facto de este Congresso ser Extraordinário e, por isso, se centrar em três questões — a situação internacional e dos países socialistas, a situação portuguesa e os problemas decorrentes de uma revisão da Constituição que abriu caminho a graves distorções económicas, políticas e sociais, e o Partido e as respostas a dar no momento actual. «Isto faz com que não se aborem profundamente todas as questões, como normalmente acontece nos Congressos ordinários», frisou, concordando em que há insuficiências nas Teses apresentadas.

Por exemplo a análise do capitalismo, «cujo estudo aprofundado é uma questão urgente», dadas as grandes confusões que para aí andam, citando a propósito a afirmação recente de um alto



O PCP E A POLÍTICA DE UNIDADE

Aprofundar o diálogo para a construção de uma política de unidade

Mesa redonda

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

As alianças no plano social e político, os êxitos da unidade democrática nas últimas eleições autárquicas, os obstáculos à unidade no quadro político-partidário, a tese da fusão de socialistas e comunistas, as concepções hegemónicas e bipolarizadoras do PS e a plataforma para uma alternativa democrática proposta pelo PCP, constituíram alguns dos temas em destaque na mesa redonda subordinada ao tema «O PCP e Política de unidade».

Conosco, os camaradas **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do CC do PCP e líder do Grupo Parlamentar; **Rui Godinho**, vereador da Câmara Municipal de Lisboa; **Helena Bastos**, membro do Comité Central do PCP, membro da Assembleia Municipal de Lisboa, da Direcção Nacional do MDM; e **José Ernesto Cartaxo**, da Comissão Executiva da CGTP e membro do CC do PCP.

Av. - A vida tem mostrado ser mais fácil estabelecer alianças no plano social do que no plano político-partidário. Provam-no, por exemplo, as riquíssimas experiências no movimento sindical e no poder local democrático. É assim não é verdade?

C.B. - Chamava a atenção para duas conhecidas teses do marxismo-leninismo em relação a esta matéria que o nosso Partido tem adoptado e que têm tido uma grande comprovação (muito esclarecedora) na vida e na prática no nosso País. A primeira dessas teses é a de que o sistema de alianças e a política de alianças têm a determiná-los a arrumação, as contradições e conflitos das classes sociais; a segunda é a de que o sistema e a política de alianças têm que ser consideradas em dois planos diferentes: no plano social e no plano político-partidário.

O 12º Congresso do PCP pôs uma grande insistência nestas questões. Mais: adiantou a ideia de que na luta contra a política de direita conduzida pelo Governo de Cavaco Silva, essa política de direita iria suscitar uma oposição crescente de sectores, classes e camadas sociais lesadas e que isso iria reduzir a base social de apoio do Governo e da política de direita e que teria também a Resolução do 12º Congresso - consequências importantes na redução da base política e eleitoral de apoio do Governo.

Creio que isto teve uma grande confirmação, como hoje podemos observar. Na altura, na Resolução do 12º Congresso fez-se um grande apelo à luta convergente de todas as classes, camadas e sectores sociais lesados pela política da direita; fez-se também um grande apelo à unidade, à aproximação, ao entendimento de todas as forças democráticas. Este apelo teve correspondências diferentes. Em relação ao apelo para a luta convergente das forças sociais lesadas pela política da direita, creio que é uma evidência que no período que se seguiu ao nosso 12º Congresso essa luta convergente atingiu proporções raramente verificadas no nosso País, raramente verificadas mesmo depois do 25 de Abril; com uma participação, naturalmente, da classe operária, dos trabalhadores, de largos sectores do campesinato, de sectores da intelectualidade e dos quadros técnicos, os mais diversos, englobando de uma maneira mais surpreendente - não só os professores, os médicos e de uma maneira geral os trabalhadores da Saúde que frequentemente têm vindo à luta de uma forma maciça e importante - também outros sectores muito mais alheados da luta de massas, como os magistrados e outros sectores muito especiais como a PSP e alguns sectores das Forças Armadas.

Creio, pois, que toda esta convergência de luta traduz ao fim e ao cabo uma rejeição do avanço da política da direita e

os interesses e direitos ofendidos por essa política da direita.

Deu-se assim uma convergência muito importante no plano social de sectores muito diversificados, o que sem dúvida foi muito importante. Esta luta social é determinante do declínio eleitoral do PSD. Um declínio eleitoral de tal modo profundo que até há dias na televisão o Primeiro-Ministro, pela primeira vez, reconheceu as derrotas do PSD.

No plano político-partidário, iremos mais adiante abordar esta questão, mas queria desde já dizer que, apesar dos avanços da unidade democrática nas eleições autárquicas, as coisas são mais recuadas. Daí que me pareça - aliás é uma tese que está patente nas Teses do Comité Central - que devemos dar uma grande atenção a esta área das alianças na vertente social como um factor de dinamização da própria unidade democrática no plano político-partidário. O lado social é o mais dinâmico muito embora haja insuficiências e haja que dar muito mais atenção quer ao campesinato quer aos interesses da intelectualidade e dos quadros técnicos, em relação aos quais temos de ter uma intervenção muito mais activa e atenta em todos os momentos.

Av. - Relativa a esta convergência agora referida pelo camarada Carlos Brito é indiscutível que ela tem sido particularmente rica no plano sindical.

J.E.C. - Sim. Aliás gostaria de começar por esta última questão colocada pelo Carlos Brito que é a da convergência de objectivos e de acção, das alianças entre as várias camadas sociais que se repercutiram e influenciaram as alianças no plano político-partidário. Estamos de acordo com a questão colocada inicialmente de que é mais fácil a unidade e a convergência no plano social do que no plano político-partidário.

No plano dos trabalhadores e do movimento sindical as coisas poderão estar facilitadas. A unidade de interesses é mais identificável. A unidade que se tem construído tem partido fundamentalmente dos trabalhadores, tendo em conta a diversidade de vínculos laborais (efectivo ou precário), a diversidade de profissões, de sexo, de idade, da posição hierárquica, etc. Essa diversidade de interesses que no fundamental têm uma raiz comum aos trabalhadores e a partir da qual é possível unir, cooperar, convergir e desenvolver a acção em torno de objectivos concretos que correspondam aos anseios e necessidades dos trabalhadores, como sucedeu com a greve geral de 28 de Março de 88, contra o pacote laboral e os tectos salariais.

Por via desta dinâmica unitária a partir dos locais de trabalho e em torno dos interesses e objectivos concretos claramente identificados tem sido possível a unidade e a acção convergente dos tra-



balhadores envolvendo as organizações mais diversas.

Contudo, há aqui uma realidade que é a de que depois do 12º Congresso há dados novos que se têm acentuado e agravado, como sejam as alterações no mercado de trabalho e as novas realidades que se têm colocado a esse nível e que necessariamente vêm trazer, estão a trazer dificuldades acrescidas a essa unidade, à convergência e à cooperação e que resulta duma actuação do patronato, duma acção concertada deste e do Governo tendente a enfraquecer a unidade dos trabalhadores, individualizar as relações de trabalho, enfim, promover o individualismo, o salve-se quem puder. Esta actuação tem como pano de fundo a precarização do emprego, questão que é hoje um eixo central da actuação patronal e governamental e que visa naturalmente criar dificuldades à unidade dos trabalhadores, enfraquecer a sua acção colectiva.

Esta questão é da maior importância na medida em que sendo mais fácil as alianças no plano social, a unidade na acção e a convergência, a verdade é que hoje, em resultado dessa actuação patronal e governamental, há dificuldades maiores e isto necessita de um grande empenho quer do Partido quer do movimento sindical no sentido de estudar estas realidades para actuarmos com vista a que essa unidade se reforce e aprofunde.

Êxitos da unidade

Av. - Ainda relacionado com esta questão sugeria que ela pudesse ser analisada tendo em conta as orientações do 12º Congresso e os êxitos no plano da unidade democrática alcançados nas últimas eleições autárquicas.

R.G. - Sem dúvida que isso é um aspecto importante e eu já lá iria. Antes, porém, começaria por dizer que as autárquicas e o nosso trabalho nesta área têm sido um campo privilegiado de unidade e de convergência. Por duas razões fundamentais. A primeira, prende-se com o tipo de interesses e problemas com que as autárquicas se defrontam e tratam, facto que suscita a possibilidade de poder reunir em torno da defesa desses

interesses um conjunto bastante variado de pessoas que atravessam praticamente todos os grupos ou classes sociais. Por outro lado - e esta é a segunda questão - o Partido desde cedo entendeu estrategicamente que as autárquias eram um campo privilegiado de estabelecimento da unidade e por isso sempre adoptou aí uma grande flexibilidade táctica que vem desde a constituição da FEPU (que foi a primeira coligação em que estivemos envolvidos) passando depois pela APU, pela CDU, pela Coligação Por Lisboa e por outras coligações.

Essas coligações e essa política de unidade têm tido expressão significativa, o que demonstra a meu ver a correcção da estratégia que foi definida para o trabalho nas autárquias.

A unidade em torno de problemas concretos no trabalho autárquico facilita pois o encontrar de pessoas pertencentes, na arrumação social, a estratos bastante diferentes. Ora bem, isto é uma questão. Agora a tradução deste tipo de convergência de interesses em alianças, coligações, na formação de estruturas que tenham um vínculo institucional, aí, já as coisas têm sido mais difíceis.

Entrando agora na questão que colocaste, com a qual eu concordo, relativamente ao que foi o êxito de uma das orientações decorrentes do 12º Congresso, no caso a Coligação Por Lisboa, gostaria de dizer que esta Coligação foi a primeira realização prática e logo na capital do País de algo que para nós tem sido uma orientação estratégica: a procura da unidade das forças democráticas em todos os sectores da vida política nacional, e em particular do PS e do PCP.

Isso aconteceu de facto na Coligação Por Lisboa e corresponde ao concreto à concretização da orientação estratégica que o 12º Congresso consagrou.

Voltando um pouco atrás diria ainda que quando nas autárquias é possível reunir na defesa dos interesses de conjuntos significativos de moradores, pessoas, grupos e camadas pertencentes a várias classes sociais, é preciso que depois ao nível institucional se entenda isso e que os quadros que estão envolvidos nessas responsabilidades interpretem isso de forma a ter expressão no seu trabalho nos órgãos autárquicos.

Ora estou convicto que a prática tem demonstrado em relação à política de unidade que temos levado a cabo, quer



Mesa
redonda

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Aprofundar o diálogo para a construção de uma política de unidade

em maioria quer em minoria nas nossas autarquias, a correcção da forma como temos trabalhado, na base da qual estão, aliás, alguns dos êxitos significativos que temos alcançado.

A este propósito diria ainda, no que respeita à Coligação Por Lisboa, que esta constituiu um êxito, em primeiro lugar, pelo facto de se ter concretizado, em segundo lugar, por ter vencido e ter provado que é possível através da unidade das forças democráticas bater a direita, cumprindo-nos agora a nós corporizar o terceiro êxito, ou seja, garantir que a coligação das forças democráticas, neste caso incluindo as maiores forças, PS e PCP, governa melhor que a direita.

E isto leva-me ainda, para terminar esta primeira intervenção, àquilo que tenho afirmado noutras ocasiões: esta coligação Por Lisboa, esta unidade das forças democráticas que é justo que se refira que além do PCP e do PS integra também o MDP, Os Verdes e outras forças democráticas como a ID, a UDP, como o PSR e uma enorme quantidade de democratas independentes com diversas orientações ideológicas, esta coligação, dizia, conseguiu no primeiro momento desde logo vencer aquilo que de alguma maneira era um tabu na sociedade portuguesa, isto é, que não era possível o PS e PCP entenderem-se.

Ora a verdade é que não só se entenderam como venceram um segundo tabu, que alguns analistas procuravam transformar quase como uma verdade absoluta: é que o PCP e o PS entendidos afastariam o eleitorado moderado, o eleitorado eventualmente chamado de centro. Ficou rotundamente demonstrado com a Coligação Por Lisboa que não é assim, verificando-se simultaneamente que é possível não apenas as forças democráticas entenderem-se como, mais, são capazes de ganhar. É uma convergência, uma aliança ganhadora.

Agora o terceiro tabu tem a ver com o problema que referi há pouco: temos que demonstrar, e esse é agora o nosso desafio, que além de ser possível termos conseguido unirmo-nos, termos ganho, sermos capazes de demonstrar que administraremos melhor do que a direita os interesses públicos.

Respeito pelas diferenças

H.B. - Eu pegava exactamente no ponto em que o Rui Godinho deixou a sua intervenção. Penso que dentro deste terceiro êxito que se avizinha, e que o Rui coloca a nível de capacidade de administração, eficiente, transparente e com resposta para os problemas mais imediatos da população, neste caso a população de Lisboa, queria dizer que aqui também há já um êxito mais ou menos visível. Trata-se de, num curto espaço de tempo, mais precisamente ao fim de dois meses da tomada de posse da vereação, esta ter conseguido fazer a reestruturação da Câmara e dos serviços em novos moldes, dos próprios objectivos (que passaram de dez a dezoito), ter conseguido apresentar um plano de actividades e de orçamento ao fim de dois meses de actividade, quando as outras coligações que geriram anteriormente a Câmara demoravam cinco a seis meses para apresentar esses mesmos instrumentos de gestão.

Julgo portanto que a nível da capacidade de gestão e de entendimento democrático também me parece que isso vai ser um êxito, porque já há indícios fortes nesse sentido.

Mas penso que há ainda um outro nível de questão a colocar e que gostava de pôr desde já. É que julgo que nós vamos ter de fazer também a demonstração de que temos uma forma diferente de encarar o exercício do Poder político e que

essa forma diferente de o exercer passa pelo aumento da participação das populações, passa pela maioria na assembleia municipal não ser uma maioria domesticada e acomodada, a exemplo do que se passa com a maioria PSD na Assembleia da República. Antes, pelo contrário, passa pelo cumprimento da nossa missão que é a de sermos os porta-vozes das populações e de exercermos uma acção efectiva de fiscalização, da actividade da Câmara, compatibilizando-a com a solidariedade política que une os diferentes partidos da Coligação. Porque há um perigo que eu vejo aqui nesta nossa democracia ao fim de dezasseis anos que é o da diminuição da participação dos cidadãos e que se tem traduzido até na votação. Há uma abstenção, uma generalização do entendimento, falso, de que os políticos são todos iguais, de que o que querem é o Poder e que uma vez aí instalados fazem todos os possíveis por o manter.

Daí que eu pense que esta Coligação Por Lisboa tem que fazer demonstrações a vários níveis. As duas primeiras que o Rui Godinho enunciou, relacionadas com as bandeiras mais primárias que a direita sempre ao longo destes anos agitou como um espantalho, como um fantasma, de que era impossível qualquer entendimento com os comunistas. Penso que essa falsidade está perfeitamente demonstrada, e a verdade é que a Coligação Por Lisboa gerou um fenómeno de arrastamento e de esperança.

No aspecto do problema da unidade no plano político-partidário penso que é mais fácil alcançá-la no poder local mas que no caso de Lisboa tem características exemplares que nós pensamos - e é a nossa tese - que este exemplo deve frutificar e deve passar, dar o salto qualitativo, para as próximas legislativas.

Tanto mais que, efectivamente, o poder local é reconhecido pelas populações em geral - porque o sentem mais próximo de si - como um veículo capaz de resolver muitos dos seus problemas, o que, digase, é até um pouco uma miragem, porquanto se não houver um Poder central que dê os mecanismos adequados (que não descentralize somente competências mas também meios, e que seja de facto um interlocutor, por exemplo, no problema da regionalização) essa acção positiva do poder local está seriamente limitada.

No plano social e no plano político-partidário gostava ainda de dizer mais qualquer coisa que se traduz essencialmente no seguinte: penso que essa unidade, assentando de facto na diversidade de problemas e na especificidade que cada sector apresenta, é relativamente mais fácil se nós nos sentarmos à mesa, mas mantendo - e isso é curioso e também foi um processo evolutivo, por exemplo no caso das organizações de mulheres que foi para mim uma aprendizagem até no aspecto político - o respeito pela identidade própria de cada organização. É que todas as plataformas de entendimento que se conseguiram entre as diversas organizações assentaram num respeito muito grande por essa identidade e pelo reconhecimento da diferença de cada uma das organizações. Penso que este aspecto que é válido, por exemplo, para a unidade no campo das organizações de mulheres, é também válido no plano político-partidário, onde efectivamente não há a possibilidade da unidade sem haver uma grande afirmação dos nossos princípios.

Seria muito mau, e nalguns sítios eu receio que haja essa ideia, que nós tivéssemos de ir de cedência em cedência para podermos ser aceites. Penso que nós só somos aceites quando reconhecem quem nós somos e quais são os nossos projectos efectivos. Só a partir daí é possível construirmos plataformas de unidade e de acção.

Convergir no plano político-partidário

Av. - Propunha que voltássemos ainda um pouco atrás no sentido de abordar um pouco mais desenvolvidamente a questão das orientações do 12º Congresso. Falou-se aqui muito da Coligação Por Lisboa mas parece-se que por exemplo os acordos estabelecidos com vários partidos democráticos nas últimas eleições autárquicas foram também de uma extraordinária importância e constituíram um facto político relevante.

C.B. - Creio que nesta primeira volta há um aspecto muito importante, que é o reconhecimento de todos nós deste avanço considerável das alianças no plano social e do seu dinamismo e creio que não vale a pena agora repeti-las. Creio que foi também bem salientada a maneira como mesmo no plano político ou partidário se avança mais rapidamente no trabalho autárquico do que noutros sectores da actividade política. E também creio que aí pesa muito a maior proximidade, a influência e a pressão dos interesses sociais e das próprias alianças que se produzem no plano social. Está tudo muito mais próximo. Nesse sentido creio que foi muito importante salientar aqui toda a experiência da Coligação Por Lisboa. Claro que também é muito importante aqui salientar as outras coligações: a Coligação de Setúbal, «Para Desenvolver Setúbal», a Coligação na Covilhã, «Mãos à obra pela Covilhã», com a participação, além dos partidos que constituem a CDU e dos independentes da CDU do PRD, nos dois casos, e creio que é igualmente muito importante salientar outros acordos no plano das eleições autárquicas, designadamente com a UDP, com o PSR, o MDP. Tudo isso representa um grande avanço relativamente ao que tinha acontecido em eleições anteriores e confirma esta ideia de que no plano autárquico foi mais fácil avançar, foi mais fácil progredir.

Também creio que é uma importante aquisição esta demonstração aqui registada com base na experiência da Coligação Por Lisboa de que a aliança de comunistas e socialistas não repele o eleitorado. Pelo contrário, ganha mais.

Av. - E a importância dos independentes como é que a avalia?

C.B. - Referi-os a propósito destas outras alianças, mas creio que também é uma experiência extremamente positiva do nosso Partido e das diferentes coligações em que temos participado e que têm animado o trabalho autárquico a grande participação de independentes e o seu papel extremamente positivo.

Bom, mas creio que de tudo isto decorre também uma outra ideia que é esta: a necessidade de transformarmos estes entendimentos, estas alianças que se produzem no plano social em unidade, em convergência no plano político-partidário.

Porque creio que todos nós temos este sentimento: são de uma grande importância estas alianças, estes entendimentos que se produzem no plano social, eles conduzem mesmo à solução, digamos, parcial de alguns problemas e dão concretização a algumas das aspirações dos sectores que neles participam. Mas são muito limitados no seu alcance.

Salientava a Helena Bastos que coisas que se adquirem nesse plano acabam por não ir até às suas mais profundas consequências porque ao fim e ao cabo é o Poder político que determina a solução para os problemas nacionais. Há naturalmente muitas coisas que se ganham no poder autárquico, mas muitas vezes não se ganha mais porque o Poder político vem e desmancha o bom trabalho que se está a realizar. Aquilo que se alcança é depois posto em causa porque o Poder político é contrário às aspirações que estão contidas nesse processo social.

Daí que esta questão de transformar as alianças no plano social em convergência e unidade no plano político-partidário seja uma questão essencial que nós temos que abordar, que nós temos que aprofundar e temos que ver quais são as razões por que não se avança. Parece-me que esse é o grande problema que nos está colocado e para o qual também nós aqui deveríamos procurar encontrar respostas.

A vontade de mudar

R.G. - Se me permitem diria outra coisa que é esta: de facto a unidade deve obviamente ter como base princípios claros, depois deverá respeitar as diferenças e ela é tanto mais possível de ser conseguida e obtida e ter êxitos quanto ela decorrer da clareza de orientações de todas as forças e de todos os interesses em presença. A minha experiência diz de facto isso, ou seja, quando as coisas foram sempre claras de todos os lados foi sempre muito mais fácil, não digo no primeiro momento, mas muito mais eficiente e muito mais eficaz avançar, porque toda a gente se entendia nos pontos em que havia acordo, nos pontos em que não havia acordo, nos pontos em que era possível avançar, nos pontos em que não era possível avançar.

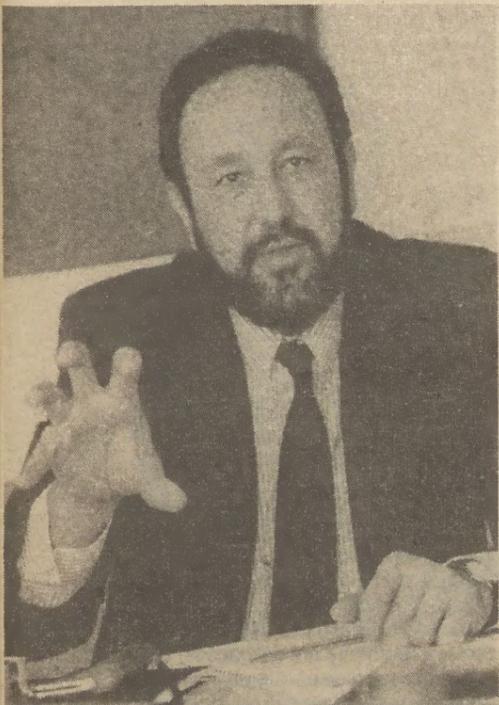
Agora gostaria também de dizer outra coisa. É que de facto acordos e convergências que são feitos muitas vezes ao nível da superestrutura política depois não têm expressão ao nível da base. E nós temos experiências em Portugal de que isso tem sido assim. São os chamados acordos de gabinete ou acordos de bastidores feitos na base de interesses muitas vezes divorciados dos verdadeiros interesses nacionais, dos interesses das populações. Digo isto para daqui concluir que, a meu ver, uma verdadeira política de unidade tem que obviamente partir da convergência de interesses a partir de baixo, nas bases, para depois, então sim, ter expressão ao nível da superestrutura. Digamos que isto do ponto de vista da formulação teórica será muito fácil, mas do ponto de vista da concretização prática essa é que é a grande dificuldade com que nos temos defrontado.

A Coligação Por Lisboa, voltando a ela se me permitem, acaba por ser também uma imposição de muitas circunstâncias, imposição entre aspas obviamente, mas uma imposição de muitas circunstâncias e uma delas, que não a menor, foi o sentimento fortíssimo que existia na população de Lisboa de que ela era uma necessidade inadiável. E esse sentimento verificava-se por todo o lado e atravessava como eu disse há pouco praticamente todos os grupos sociais, com excepções reduzidas. Depois, naturalmente, a expressão eleitoral é outra. Mas que havia um sentimento generalizado de que era preciso mudar e de que esta coligação tinha de se fazer, era algo que era muitas vezes mais forte que a vontade de alguns que eventualmente se quisessem opor à sua concretização.

Esta possibilidade de os acordos, a convergência e a unidade terem expressão ao nível político-partidário só frutificará a meu ver se ela tiver consonância com aquilo que são as aspirações dos grupos e das classes sociais em jogo.

Ligação aos trabalhadores

J.E.C. - Esta questão, tendo até em conta a rica experiência do movimento sindical unitário consubstanciada na CGTP, levanta de facto o problema da necessidade da unidade social a partir dos problemas concretos nos locais de trabalho e dos problemas específicos que se colocam aos trabalhadores em geral.



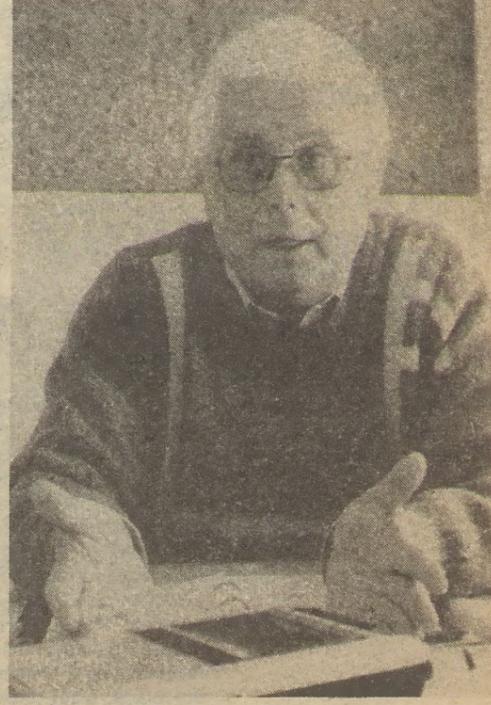
Rui Godinho



José Ernesto Cartaxo



Helena Bastos



Carlos Brito

E a questão referida pela Helena de que a unidade não pode ser feita de cedência em cedência mas sim pela afirmação clara dos princípios e objectivos que determinam cada organização, com respeito pela diferença, é de facto a meu ver bastante importante.

São conhecidos os princípios e objectivos que têm norteado a CGTP, os princípios da unidade, da democracia, da independência, enfim, de um sindicalismo de massas e de classe e tem sido como resultado da fidelidade a esses princípios e da actuação prática de acordo com eles, no dia-a-dia e na resposta aos problemas que se colocam aos trabalhadores, que a CGTP tem granjeado a sua influência e prestígio junto dos trabalhadores e ser reconhecida na sociedade portuguesa como a maior organização social dos trabalhadores portugueses, como a central histórica dos trabalhadores portugueses.

Ora isto resulta exactamente dessa prática que não é nova, que vem desde a sua fundação há vinte anos, uma prática no movimento sindical unitário, que tem juntado, lado a lado, ombro com ombro, comunistas com outros militantes sindicais de vários partidos, confissões religiosas, independentes, etc.

Contudo, podemos dizer que é possível e desejável ir mais longe até para garantir a tal repercussão que vimos que é necessário. Nesse aspecto há questões e realidades que se colocam hoje que temos de encarar de frente. Não podemos ignorá-las com vista a reforçar ainda mais essa unidade dos trabalhadores, a unidade do movimento sindical, como condição fundamental para a defesa mais eficaz dos interesses e direitos dos trabalhadores ameaçados com a ofensiva desencadeada e acelerada pelo Governo e pelo patronato nesta reconstituição do poder monopolista.

Uma questão que gostaria de colocar também é que nós cuidamos que é necessário, como pão para a boca, no sentido de reforçar a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical, a ligação constante aos trabalhadores, aos locais de trabalho, a participação efectiva dos trabalhadores na discussão dos seus problemas, o seu envolvimento e responsabilização no sentido de que a partir daqui se crie uma dinâmica unitária de luta com vista a dar mais eficácia à acção reivindicativa, à acção sindical, na defesa dos seus interesses e em consequência disso ter repercussões até no comportamento de organizações sindicais com projectos diferentes mas que face a esta dinâmica não têm outro caminho que não seja convergir, conjugar objectivos, acções tendentes à satisfação destas aspirações, sentimentos e necessidades dos trabalhadores.

A unidade do movimento sindical constrói-se como disse há pouco a partir dos interesses comuns das várias camadas de trabalhadores. Não se constrói ao arrepio dos princípios e objectivos que orientam a CGTP, abdicando deles ou descurando-os, ou enveredando por uma discussão que pretende construir a unidade a partir de concepções político-partidárias. A CGTP, como organização social que é, se enveredasse por esse caminho, dificilmente encontraria a unidade, a convergência que se tem verificado até agora e que é necessário apro-

fundar e reforçar. E a verdade é que há esforços, há tendências que se encaminham para aí, para um entendimento político-partidário a nível desta organização social, o que naturalmente - a irmos por esse caminho - muito dificultaria a acção consequente da CGTP em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Repito: a fidelidade, a defesa dos princípios e a aplicação prática desses princípios pela CGTP tem sido, e a experiência têm-o demonstrado, o caminho a trilhar, digamos que a bússola que orientará os dirigentes, os activistas, os militantes comunistas, socialistas, católicos, independentes, etc., no sentido de continuar a granjear o prestígio e influência que temos na sociedade portuguesa e nos trabalhadores.

O «sectarismo» do PCP

A.V. - Insistindo na questão que o camarada Carlos Brito colocou há pouco, relativamente aos obstáculos que se têm levantado à unidade das forças democráticas no plano político-partidário, pergunto se o alegado sectarismo do PCP e a sua tantas vezes invocada estreiteza partidária não poderão ser apontados exactamente como uma barreira à concretização dessa desejada unidade.

H.B. - Eu ia justamente abordar o problema que o Carlos Brito há pouco colocava que é o de como transformar aliados potenciais em aliados efectivos já que nós na tal dinâmica de massas, ao nível social, estamos todos de acordo que a unidade, embora não sendo tão ampla quanto desejáramos, é muito mais ampla do que a nível político-partidário. Julgo que o nosso Partido tem ao longo destes anos passado por fases diversas. Julgo que nós também aprendemos uma forma de estar algo diferente - talvez isto se ligue um pouco com a questão do sectarismo - porque julgo que nós temos de aliar - quando digo nós é cada um individualmente, porque em termos de direcção, como o Rui já referiu, muitas vezes as orientações são claras mas não são seguidas -, mas nós temos, dizia, de aliar a firmeza de princípios à capacidade de diálogo, à sensibilidade de a todo o momento julgar o que é fundamental e o que é acessório e, bem assim, uma certa capacidade negociadora.

É que efectivamente uma cristalização de posições não leva a parte nenhuma a menos que nós digamos: «bem temos os nossos princípios, estamos com eles e nunca os testamos na vida». Penso, portanto, que este é um aspecto que eu classificaria como um problema de atitudes. Penso que, globalmente, no início, havia um certo sectarismo, admito que essa pudesse ser nalguns casos - e que ainda possa constituir noutros casos - a causa de dificuldades de relacionamento entre democratas (comportamentos individuais e atitudes de dureza gratuita), mas penso que não é a atitude fundamental porque se não ter-se-ia verificado a todos os níveis e, conforme nós vimos, conseguimos detectar comportamentos diferentes do eleitorado com posturas diferentes consoante, por exemplo, o tipo de eleições. E nós chegámos a votar em

simultâneo para as legislativas e para o poder local e verificámos sempre uma diferença no sentido positivo, quando se tratava de eleições locais.

Penso, pois, que nós conseguimos demonstrar às populações numa forma geral que éramos os melhores protagonistas para o desenvolvimento na área do poder local. Porque éramos de facto os que trabalhávamos mais, que não nos encontrávamos nos postos de poder para nos servirmos dele mas para servirmos as populações, porque conhecíamos muito bem os problemas - éramos de facto os porta-vozes das pessoas - tínhamos propostas concretas para a sua resolução.

De uma forma que eu penso que é curiosa conseguimos também passar a nossa mensagem no que diz respeito ao Parlamento Europeu, em condições diferentes, sempre denunciando os riscos de uma integração na CEE, mas talvez por isso, as pessoas votaram em nós de uma forma expressiva pensando que seríamos nós quem melhor defenderia ou estaríamos em condições de defender correctamente a posição de Portugal, numa forma menos lesiva para os interesses nacionais. Portanto, também aí passou de alguma forma a nossa mensagem.

Agora onde me parece que os resultados são menos expressivos é de facto ao nível das legislativas. E aí pergunto-me em que medida é que de facto o papão do posicionamento dos comunistas dos países socialistas não terá tido o seu efeito, uma vez que, na época era voz corrente - e nós que andamos na rua e contactamos com as pessoas sabemos o que se dizia - que os comunistas são óptimos para trabalhar, para fazer frente ao Governo e até é importante que tenham uma determinada expressão, por exemplo na Assembleia da República porque são quem de facto pode fazer mais contra a direita, mas não demasiado porque se eles chegam ao Poder são um perigo.

Havia de facto esse sentimento nas pessoas e penso que neste momento nós devemos equacionar

o problema no sentido de mostrarmos também aí um diferente posicionamento dos comunistas e valorizarmos as nossas propostas, a nossa identidade própria no sentido de demonstrarmos que somos também aí capazes e indispensáveis para levar por diante o desenvolvimento, o aprofundamento da democracia política, económica e cultural.

Penso ainda que deve merecer muito a nossa atenção a necessidade de aprofundarmos a democracia participada. Não só em termos de participação política, não só o associativismo, não só o movimento de massas, visto exclusivamente do ponto de vista de capacidade de luta, mas também - e aqui entra o poder local e os movimentos associativos - no sentido de que as pessoas participem efectivamente.

Só a participação dos cidadãos permite que a consciência social e a consciência política se afirmem de uma forma muito concreta, sob risco de a propaganda e a alienação nesta sociedade de consumo, com a manipulação dos órgãos de comunicação social pelo Governo, com a governamentalização até da própria actividade cultural, gerar cada vez mais no

seio das pessoas uma reacção de acomodamento, uma certa apatia e uma certa incapacidade de reflexão e de afirmação.

Julgo portanto que vamos ter de conciliar todas as demonstrações do ponto de vista da capacidade de intervenção, da eficiência na gestão, o problema da democraticidade, do relacionamento com os nossos parceiros, isto é, sermos capazes de demonstrar que somos indispensáveis pela firmeza dos nossos princípios, indispensáveis pela nossa capacidade de realização dos projectos, pela nossa capacidade de trabalho e dedicação, indispensáveis porque a nossa profunda ligação às massas se faz sentir não só na capacidade da luta reivindicativa mas também de dinamizar a sua própria participação.

Da consciência social à consciência política

C.B. - Neste ponto, gostava de responder concretamente à pergunta sobre o sectarismo feita pelo «Avante!». Bom, evidentemente o sectarismo do PCP não é a razão que tem impedido a unidade de comunistas e socialistas e a unidade entre as forças democráticas de uma forma geral. Isso não quer dizer que não se manifestem, não se tenham manifestado no passado, tendências sectárias dentro do nosso Partido e vimo-las por exemplo a propósito da Coligação Por Lisboa, em que houve quem pusesse muitas dúvidas e considerasse que eram maiores os prejuízos que as vantagens, apesar de tudo aquilo que de muito positivo foi já aqui sublinhado na nossa mesa-redonda e que creio que todos nós subscrevemos.

Mas este sectarismo que se manifesta entre nós, no nosso Partido, que é real e que devemos combater, que muitas vezes cria algumas dificuldades e alguns problemas, é um sectarismo inocente comparado com o sectarismo que se manifesta em largos sectores do PS, por exemplo, nos jornais, nos semanários, que estão sob a influência político-financeira do PS e onde se vêem manifestações de um sectarismo absolutamente intratável e vesgo. A grande dificuldade está, no entanto, nas divergências político-ideológicas. Se nós pensarmos que uma questão central da convergência e da unidade das forças democráticas é sem dúvida nenhuma a unidade de comunistas e socialistas, temos de ver também o que é que se passa no Partido Socialista.

Uma primeira observação que nós fazemos é a de que as posições político-partidárias e as posições ideológicas do PS, e aquelas que ele anima na sua intervenção ao nível do próprio Poder do Estado, as suas alianças com a direita, expressas ou encapotadas, que não têm correspondência, digamos, com a aspiração que é transportada por largos sectores que seguem o PS, votam no PS, sectores esses que têm uma conduta por vezes muito combativa na própria luta social. Isto é, creio, um problema central: transformar a consciência social em consciência política e a consciência política em consciência eleitoral.

Mesa
redonda



Aprofundar o diálogo para a construção de uma política de unidade

Uma grande dificuldade é esta grande diferença que há entre o eleitorado que vota PS e aquilo que esse eleitorado quer e manifesta no plano social e aquilo que o PS faz na sua intervenção político-partidária. A diferença entre aquilo de que o PS se reclama e aquilo que o PS faz.

É hoje muito esclarecedor dessas posições do PS as que se referem, por exemplo, à segunda revisão da Constituição. Hoje está muito mais claro o que representou a revisão da Constituição em relação à questão da Alta Autoridade para a Comunicação Social, estando hoje perfeitamente claro que os comunistas não exageravam quando diziam que o PS estava a fazer o jogo da direita. Também creio que isso hoje é muito mais claro em relação às alterações que foram feitas relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, está mais claro no plano das alterações que foram feitas em relação às privatizações, em relação à reforma agrária, e mesmo em relação à redução do número de deputados da Assembleia da República que serve claramente a direita, que serve os objectivos da bipolarização.

Agora temos aí o projecto de programa do PS e sem dúvida nenhuma que contradiz aspirações de grandes sectores sociais que votam no PS, como quando preconiza a reconstituição de grupos monopolistas, ou quando advoga como um limite para os aumentos de salários os aumentos dos lucros do capital.

Aqui é que residem os obstáculos. Aqui e noutros aspectos, como as concepções do PS relativamente à hegemonização de todo o campo democrático e as suas teses em relação à bipolarização, com apagamento de todos os outros partidos democráticos. Aliás, creio que neste sentido o PS devia aprender com a experiência. Quando vejo estas proclamações do PS de que vai resolver tudo sozinho, que vai ganhar as eleições sozinho, vem-me imediatamente à memória aquele retrato do dr. Almeida Santos com um fardo muito pesado às costas que dizia 43 por cento e que depois redundou na maior derrota eleitoral do PS.

Ora bem, creio que o PS não aprendeu com essa experiência e nós temos o dever de lhe recordar. Essa experiência é da maior importância na luta por uma alternativa democrática. Esta é a questão essencial. É para essa alternativa democrática que nós temos de ganhar a consciência que se manifesta no plano social e que tem de compreender que a saída para os problemas sociais pelos quais estamos todos a lutar nesta vasta frente social tem que encontrar-se no plano político através dessa alternativa democrática e que essa alternativa tem de ser baseada em duas forças políticas essenciais. E não há saída para isto: se o PS é uma, o PCP é outra.

Convinha ainda salientar que por isso mesmo são muito justas várias ideias que aqui foram colocadas e eu sublinharia, primeiro: a unidade exige de facto que se transforme numa aspiração de massas. Creio que isso foi conseguido em relação à Coligação Por Lisboa e é um aspecto muito interessante. Outra ideia é de que a unidade exige um PCP forte, um PCP capaz de dialogar com o PS em pé de igualdade. Creio que uma outra é a de que a unidade passa não pelo apagamento ou pela social-democratização do PCP, mas, pelo contrário, pela afirmação da sua identidade, pela afirmação das suas características essenciais. Estes são aspectos centrais das Teses do Comité Central.

A unidade é o entendimento de forças diferentes. A unidade pressupõe sempre a diferenciação. Creio que um outro aspecto importante desta luta pela unidade é a questão da iniciativa, da iniciativa em relação à unidade. As dificuldades não nos devem desarmar. Há que propor iniciativas, as mais variadas.

Vimos aqui já a unidade no plano sindi-

cal, extremamente importante como aqui foi referido, a unidade no plano autárquico, mas também a unidade mesmo nas áreas mais difíceis, mesmo na Assembleia da República, mesmo os pequenos acordos que se vão conseguindo, são passos em frente. E creio que aí nós devemos fazer um grande apelo à imaginação, um apelo à iniciativa porque essa é a maneira de avançar.

Mas também iniciativa no plano político mais geral, isto é, iniciativa na própria intervenção para a solução dos problemas nacionais. O adiantar de propostas tão perfeitamente justas como resposta das forças democráticas aos problemas nacionais que arrastem atrás de si as outras forças políticas.

Não me vou alongar por agora, mas gostaria ainda de colocar a questão da plataforma. Nas Teses do CC apresentamos a «Plataforma para uma alternativa democrática». Uma plataforma de resposta aos problemas nacionais. Os objectivos que propõe são tão actuais e justos que será muito difícil às outras forças democráticas não concordarem em pontos essenciais com ela.

O novo programa do PS, que já atrás referi de uma maneira crítica, nalguns pontos vem aproximar-se efectivamente dos grandes objectivos que nós adiantámos. O PCP já anunciou a sua disponibilidade para examinar conjuntamente com o PS um Programa para um governo democrático.

«Engolir» o PCP

A.V. - Não poderá também funcionar como um obstáculo à unidade a hipótese levantada por alguns sectores de que o PS poderá engolir eleitoralmente o PCP?

R.G. - Admito que haja pessoas, que haja alguém que pense nisso mas diria que quem pensa nessa hipótese que se desiluda porque penso que é uma tese tão absurda como a dos 43 por cento do dr. Almeida Santos que já aqui foi referida.

Estou plenamente de acordo com o que aqui foi dito de que a unidade das forças democráticas, das forças de esquerda se quisermos, é uma unidade que não dispensa a participação do PCP e que para isso é indispensável para a defesa dos interesses nacionais, para a defesa dos interesses das populações, um PCP forte, um PCP que tenha uma identidade própria, assumida, um PCP que tenha obviamente respostas novas para problemas novos com que a sociedade hoje nos defronta.

Relembra uma outra coisa: as grandes vitórias das forças democráticas em Portugal só foram possíveis com a participação activa, empenhada, das mais diversas formas, do PCP. Passemos em revista só algumas: as vitórias presidenciais, as vitórias nas eleições autárquicas mais significativas. Sem o PCP não eram possíveis. E estou crente que para o futuro situações idênticas - com o objectivo de obter vitórias do campo democrático - só serão possíveis com a participação activa do PCP. O PCP é uma força necessária e indispensável para a resolução dos problemas nacionais. Disso não tenho dúvidas e tudo deveremos fazer para continuar a ser assim.

Naturalmente que não basta enunciá-lo. É preciso além do enunciar definir claramente a estratégia de intervenção do PCP, relativamente a um quadro em mutação rapidíssima em que estamos envolvidos quer a nível nacional quer a nível internacional. E por isso volto a dizer o que disse há pouco: temos de encontrar permanentemente para este novo quadro em mudança rapidíssima as respostas necessárias e, em muitos casos novas, em termos estratégicos e em termos táticos, para os problemas novos que se vão colocar, que já se nos colocam.

Mas voltando atrás, ainda em relação ao problema do sectarismo, não queria deixar de fazer um pequeno registo relativamente a esta questão. Para além do que já foi dito anteriormente pelos camaradas, com o que concordo genericamente, há um outro aspecto relativamente aos problemas de sectarismo que existiram e que ainda existirão nalguns sectores. A meu ver eles estão associados a deficiências ideológicas de determinados quadros e sectores onde essas manifestações de sectarismo se tenham verificado e verifiquem, as quais não permitirão a esses quadros e a esses sectores fazer uma aplicação correcta de orientações claramente anti-sectárias e eliminadoras de qualquer actividade de sectarismo. Isso passa, naturalmente, por nós cuidarmos a nível interno do problema da formação ideológica dos quadros e da formação ideológica mais geral dos militantes para que se perceba claramente quais são as orientações do Partido e como é que elas devem ser aplicadas na prática e no concreto.

E quero dizer que a meu ver não temos cuidado suficientemente disso, da formação ideológica dos quadros, da formação ideológica dos militantes. Isto daria naturalmente para uma conversa longa mas deixava apenas aqui este registo.

Um outro aspecto que a Helena referiu que dificultou seguramente a obtenção de mais situações de unidade ou somente de mais situações de convergência com outras forças democráticas é o facto de o PCP ter sido - e ser ainda - apontado como seguidor intransigente dos modelos de socialismo dos países de Leste. E apresenta-se o PCP como procurando transplantar para Portugal esses modelos. Quando não é assim. Também ainda não explicámos suficientemente bem à opinião pública em geral e os nossos adversários político-ideológicos, aproveitam-se disso - que não é assim. Só um exemplo: a falência de muitos destes modelos nos países do leste resultou de múltiplos factores dos quais destaco o total divórcio entre o Partido, a direcção do Estado e os interesses das populações. Porque se não fosse assim não teria acontecido o que aconteceu: a total falência da direcção política desses países que se verificou e está a verificar e a sua rejeição popular.

Ora bem, um dos nossos argumentos fortes, particularmente aqui em Lisboa, mas também noutros pontos do País, é de que nós temos um trabalho intenso e permanente ao nível dos órgãos autárquicos mesmo em situações de minoria, de ligação permanente com as populações, procurando dar expressão aos interesses dessas populações através do nosso trabalho. Essa tem sido a orientação do PCP nas autarquias, o que desde logo o diferencia muito das situações concretas que se verificaram nos países do leste. É um património que há que valorizar, ao mesmo tempo que rectificamos situações onde tal não se verificou. Associando a acusação de seguidismo face a tal modelo à política de blocos - e o PCP era associado ao bloco que era, entre outras coisas, inimigo do bloco em que Portugal estava e está integrado, no caso a NATO - esteve sempre encontrado um outro óbice à unidade com outras forças pois o PCP não podia ir para o Poder, porque era a «emanação dos regimes do Pacto de Varsóvia» e Portugal estava na NATO. Era também outro espantinho muito agitado.

Toda a evolução política internacional que se está a verificar, quer o desarmamento e consequente desanuviamento mercê da nova política da perestroika, levada a cabo pela União Soviética e pelo Partido Comunista da União Soviética, quer ainda outros desenvolvimentos positivos de distensão e democratização colocam necessariamente o PCP na sociedade portuguesa de maneira diferente. E nós temos que potenciar tudo isto a nosso favor, mostrando que o PCP

tem um projecto de socialismo para Portugal de acordo com os interesses nacionais e com os interesses do povo português.

Sou, porém, daqueles que pensa que não chega o PCP participar em coligações decorrentes de uma política de unidade, só para gerir melhor, diria quase de forma social-democratizante, as coisas como estão. Penso que o PCP deve participar claramente em coligações, deve procurar a unidade para intervir na sociedade, não para a gerir de uma forma tecnocráticamente mais correcta, mas para a modificar no sentido de que ao nível do Poder político possam ter expressão os interesses mais gerais e mais profundos das populações. Intervir na sociedade para a modificar para melhor não para a gerir como ela está.

Voltando à questão do sectarismo referida pelo Carlos Brito, o sectarismo do PCP face aos outros e o sectarismo dos outros face ao PCP. O Carlos referiu alguns exemplos e eu adiantava só mais um: há quanto tempo o camarada Álvaro Cunhal não é entrevistado na televisão? Seguramente que há mais de um ano. O que é isto, camaradas, se não uma atitude de vesgo sectarismo relativamente à primeira figura de um partido político que tem uma significativa expressão na sociedade portuguesa?

Fusão de comunistas e socialistas

Av. - Pegando no quadro internacional agora referido pelo Rui Godinho, tudo indica que ele terá animado de algum modo os defensores da tese hoje muito divulgada de que a fusão de socialistas e comunistas constitui o melhor caminho para a unidade. Que vos parece?

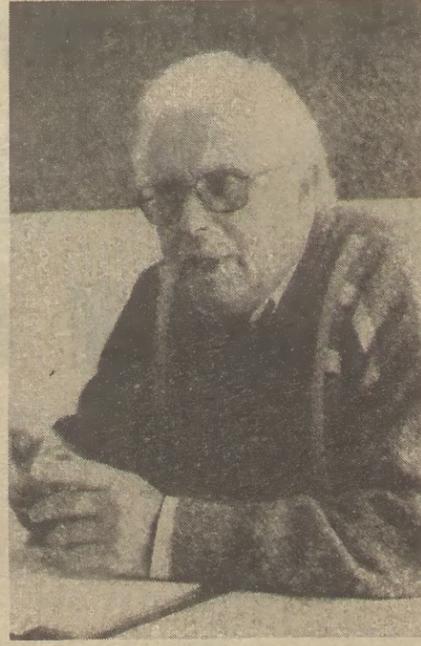
H.B. - Como o Rui disse uma das causas da falência dos chamados «modelos» do socialismo foi efectivamente o profundo divórcio que se instalou entre os partidos no Poder e a população e a fusão que se estabeleceu entre os partidos e o Estado. Isto levou a um processo de rejeição que eu considero salutar no sentido de que é sempre um processo afeitor...

R.G. - Salutar o quê ?

H.B. - Salutar os povos serem capazes de inverterem os processos que não vão ao encontro da resolução dos seus problemas, da democracia e do socialismo. De facto aquilo que estava a ser feito em nome do socialismo era a perversão do próprio socialismo. Portanto essa capacidade de rectificação impunha-se. Infelizmente em muitos casos não é rectificação de uma via, facto que se vai traduzir num atraso histórico muito grande, e esse é também um aspecto que é grave.

Mas a verdade é que nada disto aponta minimamente, quanto a mim, para que nós entremos na onda daqueles que de uma forma oportunista pretendem a fusão do PCP com a social-democracia. Ao contrário, isso impõe-nos ainda mais a responsabilidade de continuarmos a ser nós os protagonistas, no nosso País, do pulsar do povo português. É esse aliás o nosso grande problema: como é que vamos dar resposta política aos problemas que nós identificamos e que são os das classes trabalhadoras e da maioria do povo português, das classes antimonopolistas, como referem as Teses.

Esta é a questão que se coloca, que as Teses salientam e que o Carlos já referiu: transformar a unidade numa aspiração popular. E dava só dois exemplos. Um, diz respeito à Assembleia da República, órgão que urge prestigiar, dada a imagem às vezes pouco dignificante que alguns órgãos de comunicação social dela transmitem. Trata-se da iniciativa que o PCP tomou, por exemplo, em relação à situação das mulheres em Portu-



gal, muito importante a meu ver, como aliás é esta que o PRD projecta fazer para o dia 1 de Junho sobre a situação das crianças, iniciativas estas que contribuem sem dúvida para uma identificação das pessoas com o Poder. E esta identificação tem de ser feita para o tal salto que urge dar da consciência social para a consciência política. Ou seja, as pessoas têm de se sentir identificadas com os partidos, com a acção dos partidos, com as propostas que eles fazem. Porque muitas vezes nós não conseguimos fazer passar a nossa mensagem, não a descodificamos. Penso que o problema da descodificação da mensagem também se impõe, e eu saudava esta iniciativa do «Avante!» porque penso que ela é um contributo nesse sentido. É que, por exemplo, nós temos as teses e muitas vezes são quase herméticas: têm quatro ou cinco linhas, um conteúdo que, desculpem a expressão, precisa de ser trocado por «miúdos». E o «Avante!» deveria continuar com esta função pedagógica.

Uma outra coisa que me parece importante, tem a ver com a ideia de que as necessidades das pessoas não são só ao nível das questões materiais. São também ao nível das questões espirituais. E muitas vezes nas autarquias fazemos tudo para suprir as profundas carências existentes ao nível material, mas nem sempre se presta, admito, a necessária atenção ao outro aspecto que referi. Ora sucede que nós começamos a registar índices de descontentamento. Penso, pois, que nós temos de conciliar as respostas, mesmo que haja uma pequena desaceleração nalguns casos, para que outro tipo de necessidade, outro tipo de exigências possam ser satisfeitas.

Apetite fatal

C.B. - Gostava de responder a duas questões que foram colocadas pelo «Avante!». A primeira é a tese da possibilidade de o PS engolir eleitoralmente o PCP e a segunda a tese da fusão. Em relação a essa vontade de o PS engolir o PCP eu acho que pode tratar-se de um apetite fatal. Fatal para as forças democráticas, por dessa maneira não ficam em condições de derrotar a direita e fatal para o próprio PS, como já se verificou no passado, bastando lembrar o tal pesado fardo dos 43 por cento.

É curioso chamar a atenção também para os resultados da Coligação Por Lisboa. É que ao contrário do que se esperaria e até muita gente tentou sublinhar ignorando os números não foi a lista para a Câmara Municipal encabeçada pelo Dr. Jorge Sampaio que teve mais votos. Foi a lista para a Assembleia Municipal que teve mais dois mil votos. Ou seja, houve dois mil eleitores que não votaram na lista para a Câmara Municipal e que votaram na lista para a Assembleia Municipal. Creio que isso ainda confirma mais a capacidade de atracção eleitoral da coligação de comunistas e socialistas. Mas explica também muito bem a grande força eleitoral do nosso Partido no conjunto da unidade.

A.V. - Não há pois nenhum fenómeno de rejeição...

C.B. - Claro que não. Mais: o eleitorado não foi tocado por uma personalidade, tal ou tal, foi tocado sim pela própria Coligação. É, igualmente, muito oportuno lem-

brar aqui o êxito que as listas apoiadas pelo PCP têm obtido nas eleições para as comissões de trabalhadores das maiores empresas (não só industriais mas também de serviços) na região de Lisboa. É uma interessantíssima sondagem!

Mas não pode deixar de se sublinhar que em condições normais, não é possível a nenhum partido democrático ter uma maioria sozinho em eleições nacionais. E podemos dizer que a inconsequência política do PS impede-o de uma maneira muito evidente de ser essa força irradiadora capaz de mobilizar uma maioria sozinho.

Entretanto, é muito importante neste domínio chamar a atenção para as alianças aberrantes do PS, isto é, as alianças do PS com a direita. E lembrar o seguinte: a aliança do PS com o CDS deu a primeira grande derrota eleitoral do PS e deu o maior resultado eleitoral do PCP em eleições para a Assembleia da República; a aliança do PS com o PSD, o chamado «bloco central», produziu Cavaco Silva e o cavaquismo, o afastamento do PS do Governo estes anos todos. Creio que estes exemplos devem ser lembrados ao PS.

Parece-me assim que os interesses das forças democráticas, os interesses do nosso povo que confia nas forças democráticas, recomenda a todos os partidos do campo democrático - e nós sentimos esse apelo e essa recomendação - que se avalie a situação com realismo, o que passa pela rejeição da bipolarização e pela rejeição dos propósitos hegemónicos.

Quanto à fusão, creio que essas teses são defendidas por ideólogos e comentadores políticos da área do PS e o objectivo é claro: uma maneira de fazer apelo à bipolarização. Só isso.

Também aparecem defendidas por pessoas que se inserem na nossa área, na área do PCP. Neste caso, creio que traduzem um grande sentimento de derrota relativamente aos acontecimentos que se produziram na Europa Central e na Europa de Leste, com partidos comunistas e com países socialistas. Creio que é um certo desejo de despir a pele e de passarem-se para uma outra pele. Creio que devemos combater firmemente essas tendências, porque também elas servem a bipolarização e animam os propósitos bipolarizadores por parte do PS.

Acompanhando de uma forma crítica e autocrítica os acontecimentos na Europa Central e de Leste, o que se passou nos países socialistas, a experiência de outros partidos comunistas, e retirando naturalmente daí as necessárias lições, para melhorar e renovar o nosso Partido e a nossa luta, creio que temos todas as razões para estarmos orgulhosos pelo nosso próprio Partido.

E penso que é com este Partido, com as características que ele tem, que nós podemos fazer a unidade com as outras forças democráticas. Não é, digamos, enfraquecendo este Partido, não é alterando as características essenciais deste Partido. Ele é que contém a energia, a força, a capacidade e até o prestígio popular para contribuir para uma alternativa democrática onde os grandes problemas do nosso País encontrem solução e saída, onde os interesses populares sejam verdadeiramente salvaguardados. É com este Partido que se pode lutar, que se pode fazer a unidade.

Fiel aos princípios

J.E.C. - Relativamente às questões aqui colocadas sobre a fusão ou sobre a hipótese de o PS engolir eleitoralmente o PCP naturalmente que isto também tem expressão no movimento sindical. São conhecidas as propostas feitas ultimamente por pessoas que apontam também no sentido da fusão da CGTP com UGT. É uma questão demasiado séria para os trabalhadores, que ao longo dos anos se têm incansavelmente batido pela unidade, pela democracia, pela independência do movimento sindical, por um movimento sindical de classe, forte e de massas. A forma como é feita a proposta e por quem é feita, fá-la perder seriedade, credibilidade e demonstra que não há nenhum empenhamento nessa proposta, retirando, pois, qualquer possibilidade de discussão séria sobre um assunto sério.

Mas naturalmente que a CGTP, tendo em conta os princípios por que se orienta e a sua prática não tem que se retratar, não tem que se reconverter. Se há alguém que tem de se reconverter ou retratar não é de forma nenhuma a CGTP.

A CGTP não deixa naturalmente de acompanhar o que se passa nos países da Europa Central e do Leste, sofre as influências e não deixará de tirar as lições necessárias. Contudo, tem-se orientado por princípios e objectivos que talvez nesses países o movimento sindical não os tenha levado em conta e não os tenha praticado, porque se o tivesses feito muito provavelmente não viveriam a situação actual.

A CGTP, repito, não tem pois que se retratar ou reconverter. Tem, sim, e tudo aponta para aí, de se manter fiel aos princípios e objectivos que a orientam desde a sua fundação há mais de vinte anos.

Em relação à plataforma para uma alternativa democrática ela será tanto mais concretizável quanto maior for a acção sindical ao nível das massas em torno dos problemas concretos; ao nível das instâncias em que o movimento sindical participa; e junto dos órgãos de soberania e dos partidos políticos, no sentido de também aí exercer a sua pressão, a sua influência de modo a que se repercuta o sentimento, a vontade e a sede de justiça social que a CGTP encarna.

Há, entretanto, uma questão que dificulta todo este trabalho e que tem a ver com o papel da comunicação social. Assiste-se hoje ao silenciamento brutal de tudo o que é movimentação de trabalhadores. Tudo o que é acção colectiva, tudo o que é movimentação de massas, tudo o que implica com esta dinâmica social, pode dizer-se, tem sido abafado por uma grande parte da comunicação social.

R.G. - Penso que toda a situação política actual no quadro nacional e internacional recomenda a meu ver o reforço da identidade do PCP e a sua afirmação como grande força de esquerda em Portugal capaz de responder aos problemas novos que se colocam à sociedade portuguesa e ao povo português, não só à classe operária e aos trabalhadores mas também a outras camadas sociais que têm expressão significativa na sociedade portuguesa. Hoje, quando parece que é moda alguns partidos realinharem ao centro, penso que é mais um motivo para que o PCP pugne por se afirmar como a grande força de esquerda deste País. Respondendo, de facto, como

disse, aos interesses dessas classes sociais, encontrando respostas novas para os problemas novos que se nos colocam. Há problemas hoje candentes - não por serem moda mas porque correspondem a aspirações profundas das populações - para os quais temos de encontrar respostas adequadas aos tempos que vivemos e às exigências cada vez maiores das pessoas, bem como formas de as fazer passar. São as respostas aos problemas do ambiente, da cultura, da defesa e valorização do património, que dizem respeito à classe operária, aos trabalhadores e à população em geral, não esquecendo naturalmente que o PCP luta pela defesa dos que são na sociedade capitalista os explorados, os que têm condições de vida mais degradantes. Isto no sentido de intervir na sociedade para a modificar para melhor, não só em termos materiais.

Essa é, aliás, a grande diferença ideológica que temos em relação aos partidos social-democratas. É que eles intervêm na sociedade para a gerir, nos termos em que ela está construída por outros. E nós intervir na sociedade para a transformar para melhor.

C.B. - Um observação final para dizer o seguinte: ao longo deste debate fomos muito críticos em relação a outras forças políticas do campo democrático. A unidade não se faz com pachos quentes. Fazia no entanto questão de valorizar as novas condições de cooperação que se verificam desde há algum tempo a esta parte, e particularmente com as eleições autárquicas, no campo democrático. Melhores condições de diálogo, melhores condições de cooperação. Também faço questão de sublinhar as novas condições de diálogo e relacionamento geral que existem entre o PCP e o PS e o PS e o PCP. São condições novas que não se têm verificado ao longo de todos estes anos que vêm desde o 25 de Abril. Condições que devem continuar, devemos aprofundar no sentido de avançarmos neste nosso grande propósito da construção de uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita. Daí a grande importância de todos os esforços para reforçar o diálogo, o entendimento, a cooperação e a convergência sempre que possível entre as forças democráticas e especialmente entre o PCP e o PS.

Mas creio também que está ligada a esta ideia a necessidade de rejeitar concepções hegemónicas e concepções de dominação. Há que salientar sempre que no relacionamento entre as forças democráticas é necessário que prevaleça o respeito pela identidade e as características próprias de cada força democrática. ■

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

Mesa redonda

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

LOURES - 18-19-20 MAIO 1990

SITUAÇÃO DA JUVENTUDE, ENSINO, SAÍDAS PROFISSIONAIS

As necessidades do desenvolvimento e a contradição liberal

A actual situação da juventude, face ao problema do ensino e das saídas profissionais, foi tema de uma mesa-redonda em que participaram **António Filipe**, deputado da Assembleia da República, **Rogério Fernandes**, inspector-geral e professor universitário, e **António Teodoro**, secretário-geral da FENPROF.

O acesso ao ensino foi o ponto de partida deste debate que durou cerca de duas horas e onde se abordaram aspectos de grande importância para a definição de um projecto de ensino adequado às necessidades do nosso país.

António Filipe (AF)-A situação da juventude relativamente ao ensino depara-se antes de mais com um problema de acesso, depois com as condições concretas dos vários graus de ensino e a inserção no mercado de trabalho, não só do ponto de vista da formação que é oferecida, mas também das próprias condições de integração.

Sobre o acesso, temos motivos bastantes de reflexão e acontecimentos recentes que dão alguma actualidade ao tema, particularmente no que se refere ao acesso ao ensino superior, onde se verifica o maior estrangulamento.

Relativamente ao acesso desde logo à educação pré-escolar a situação tem também alguma gravidade, na medida em que a rede escolar cobre apenas trinta por cento das necessidades da população, enquanto nos países mais desenvolvidos temos taxas que andarão à volta dos seten-

António Teodoro (AT)-Hoje as questões da educação e formação estão no centro do debate político por algumas razões muito concretas e objectivas. Primeiro, porque a educação em si é um aspecto determinante do desenvolvimento das sociedades, com um significado social profundo, designadamente em duas vertentes: a formação e preparação do jovem para a vida activa, e a formação para a cidadania, ou seja, a educação é um factor de formação e consolidação das próprias sociedades democráticas.

Três questões indissociáveis

AT-Entrando na questão colocada pelo Filipe de início, surge como ponto fundamental sabermos o que entendemos por

AVI-Esse raciocínio baseia-se no princípio de que todas as crianças podem ter sucesso escolar?

AT-Parte-se do princípio de que todas as crianças devem estar na escola para ter sucesso. Só que o sucesso obviamente é relativo em função das origens e da capacidade de cada criança. Mesmo uma criança deficiente tem direito a ter sucesso.

Quando à participação democrática, considero-a fundamental porque a preparação para uma cidadania democrática faz-se vivendo-a. Isto engloba a gestão democrática das escolas e o próprio acto de educação cívica que está inerente ao próprio processo educativo de valorização das capacidades dos jovens. Esta é também outra vertente que nos separa dos projectos liberais que restringem e tentam limitar a democracia a processos formais, retirando-lhes os aspectos substantivos da participação.

AVI-A falta de solidariedade e o acentuar da competitividade resultam de uma deficiente educação cívica?

AT-No sistema de ensino a competitividade não só reflecte factores de ordem so-

cial, é evidente que, tanto os governos de direita, como os governos sociais-democratas fazem o discurso da democratização do ensino, no sentido do acesso da escola a camadas cada vez mais amplas. Embora o discurso seja este, ele esconde o facto de que a escola no regime capitalista continua a ter uma função selectiva e socialmente discriminatória. Isto por que, em primeiro lugar, os grandes ideais educacionais do século XIX, entre os quais do socialismo, e do nosso tempo, privilegiavam a escola pública como instrumento de igualização das oportunidades. Hoje, que constatamos é que, na base da ideologia «liberal», a educação entrou no mercado como um mero produto de consumo, e quem tem mais força económica procura-o onde o encontra com melhor qualidade. Daí em parte, o extremo desenvolvimento de todo o ensino particular desde o pré-escolar ao superior. No nosso país ao mesmo tempo que o Governo limita o acesso à universidade pública, assiste-se a um grande boom do ensino superior particular, por vezes em condições pedagógicas e científicas condenáveis. Esta situação é tanto mais grave quanto a ideologia do mérito é uma irrisão. Neste momento, jovens com média final de dezasseis não conseguem entrar no ensino superior. Por outro lado, todo o sistema que precede o superior funciona como uma gigantesca máquina de produzir insucesso, de seleccionar de forma cega, em nome de uma concepção abstracta do mérito, independentemente da situação sociocultural do estudante e das suas condições de vida.

AVI-Neste contexto o ensino privado surge aos jovens como uma verdadeira alternativa.

RF-Claro, mesmo no secundário, e neste momento com muito mais razões. Uma família com possibilidades económicas que tenha um filho no secundário e pretenda que ele tenha mais chances de progredir, inscreve-o certamente num bom colégio particular, onde terá boas salas de estudo, bons apoios, que não encontrará no ensino oficial. Diga-se de passagem que o sucesso não cai do céu por milagre. As pessoas quem têm sucesso na escola é porque têm determinadas condições objectivas de estudo.

O sistema convive com o insucesso escolar

AVI-O Governo combate de alguma forma o insucesso escolar?

RF-Não o combate de uma forma eficaz, nem ao nível do primário nem do secundário. Os dispositivos que actualmente existem, as chamadas aulas de compensação, não são eficazes, vê-se que as taxas de insucesso não descem substancialmente. Por isso é legítimo dizer que para o actual sistema o insucesso não é motivo de grande preocupação, ou seja, o problema existe, o sistema convive com ele, e aceita-o. Em termos sociais, numa perspectiva macro, são os mais desprotegidos do ponto de vista sociocultural as primeiras vítimas de um sistema que funciona desta maneira.

AVI-É por vezes defendida a criação de escolas especiais, orientadas desde cedo para uma especialização profissional...

RF-Nós devemos combater com toda a energia a ideia de que o ensino técnico-profissional se destina aos que se mostram incapazes de ter êxito no sistema formal, porque a juventude, sob o ponto de vista das suas capacidades, não se divide em intelectuais e manuais. O capitalismo tem pretendido instituir esse tipo de sistema. Há poucos anos em França a chamada reforma *Haby*, assentava exactamente nesse falso pressuposto: o de que a humanidade se dividia nos intelectuais e nos manuais. Hoje, ainda ouvimos este tipo de discurso da parte de muitos professores, da parte dos encarregados de educação, da parte dos responsáveis, e quando não é feito de uma forma declarada ele é suben-

tendido. Segundo essa ideia aqueles que não tiverem capacidade para o ensino superior, vão para o técnico-profissional.

AVI-Essa abordagem é completamente desprovida de sentido?

RF-Em termos gerais não tenho dúvidas que é. A motivação para o estudo não é igual em todas as pessoas, é evidente que há jovens que estarão mais motivados para certo tipo de estudos, outros que estarão para outro tipo de actividades, mas isso não pode constituir a estrutura de um sistema. O que creio que defendemos é um sistema de ensino que permita a cada pessoa encontrar nele as possibilidades de desenvolvimento que a sua personalidade exige. Sem esquecer o facto de que aquilo que a personalidade de cada um de nós exige de um sistema de ensino não é um dado natural, nós não nascemos motoristas de táxi ou físicos nucleares, fazemos uma ou outra coisa, em parte em função do próprio sistema, noutra parte em função da nossa definição pessoal frente ao conjunto de circunstâncias objectivas.

AVI-O sistema determina então as próprias opções das pessoas?

RF-Nas suas grandes linhas acaba por funcionar assim. Se no sistema não existirem processos de motivação e de apoio, se a pedagogia que se pratica não for no sentido de estimular ao máximo as forças cognitivas e as capacidades dos alunos, é bem possível que o sistema acabe por facilitar certas atitudes de desinteresse e de desmotivação nalguns jovens e pelo contrário de incentivar certas atitudes de intensa capacidade cognitiva de outros alunos, que pela sua origem social e pela sua familiar da cultura são mais propensos a certo tipo de comportamento intelectual do que outros.

AVI-As actuais condições de trabalho permitem aos professores melhorar esse estado de coisas?

RF-Sim. Embora a classe docente em Portugal seja extremamente maltratada, apesar de as condições em que a sua profissão é exercida não serem gratificantes, de o ensino que praticam não ser o ensino que gostariam de praticar. Tudo isto gera em muitos professores atitudes de abdicção e de indiferença, que são formas negativas de reagir a uma situação que é igualmente negativa. Mas, temos professores que a despeito de todas essas condições conseguem nas suas escolas, com as suas turmas, trabalhar de uma maneira que, do ponto de vista pedagógico, não teme comparação com o que de melhor se faça fora do nosso país, nalguns centros pedagógicos. Quem andar pelas escolas, assistir a aulas e contactar com professores descobre por vezes coisas que nos deixam absolutamente espantados. Como é que nas condições negativas em que o professor português tem estado, sob o ponto de vista de carreira, de condições e até de formação, brotam estas energias? É por esta razão que defendo que, em vez de se fazer uma reforma do sistema educativo «por cima», se faça a partir da experiência da escola.

AVI-Não vem a lei da autonomia das escolas ao encontro do que acaba de dizer?

RF-A autonomia das escolas é uma coisa muito vaga ainda. Penso que as palavras só por si não nos devem satisfazer. Embora seja sem dúvida uma proposta muito interessante pode envolver um reverso negativo, ou seja as escolas ficarem entregues a elas próprias, em nome da autonomia, e o Estado desresponsabilizar-se em relação ao seu funcionamento. Quando se fala em autonomia das universidades, acrescenta-se que as universidades depois procurarem nessas falsas pressupostas: o de que a humanidade se dividia nos intelectuais e nos manuais. Hoje, ainda ouvimos este tipo de discurso da parte de muitos professores, da parte dos encarregados de educação, da parte dos responsáveis, e quando não é feito de uma forma declarada ele é suben-

AF-O boom do ensino particular nos últimos anos tem sido acompanhado pela crescente desresponsabilização do Estado em relação à efectivação do ensino. Esta política tem representado uma ausência de investimento no ensino público, e aqui não falo apenas em investimento financeiro. Nos projectos que vão sendo anunciados por membros do Governo, o que ressalta é a intenção de retirar à universidade pública as suas características essenciais, as quais, concretamente, facilitam, apesar das limitações administrativas no acesso, a frequência de estudos superiores a pessoas que não têm condições financeiras para frequentar o ensino privado. Esta lógica tem tendência para se inverter, pois, segundo o que se anuncia, este ano vai ser o ano das «propinas». Isto quer dizer que o carácter mais acessível das propinas no ensino público tem tendência para ser posto em causa.

AVI-Isso pode levar a que a grande maioria dos jovens deixe pura e simplesmente de ter acesso ao ensino superior?

AF-Parece-me que dessa forma se irá esbater muito a diferença em termos económicos entre o ensino público e o ensino privado. Isto tem que ver também com o discurso da autonomia de que falava o Rogério Fernandes. Há de facto uma certa tendência governamental de considerar a au-

A escola tem de ter em consideração que as crianças, os jovens e os adultos que a frequentam têm percursos anteriores, origens sociais, económicas, culturais diversificadas.

*

No actual sistema o insucesso não é motivo de grande preocupação, ou seja o problema existe, o sistema convive com ele, e aceita-o.

tonomia universitária como uma maneira de as universidades encontrarem, por si só, meios de subsistir, ou seja, obrigá-las a cobrar os serviços prestados aos «utilentes».

Empréstimos reembolsáveis em vez de bolsas

Por outro lado aponta-se o apoio social como forma de compensação. No entanto, também aqui há grandes contradições. Os projectos que existem para o apoio social são extremamente reduzidos e são esquecidos que visam também a sua rentabilização. Ao mesmo tempo que se anunciam eventuais aumentos de propinas, anuncia-se que as bolsas de estudo vão ser transferidas em empréstimos reembolsáveis.

RF-Isso é, sem tirar nem pôr, nas suas grandes linhas, a receita do Banco Mundial. O Banco Mundial entende que a partir de determinado troço do sistema, os custos do ensino devem cair nos ombros de quem o frequenta, quer no secundário quer no superior. No caso concreto do superior, defende exactamente um sistema de empréstimos reembolsáveis, em vez de bolsas.

AF-Exacto. Hoje é defendido publicamente por membros do Governo, designadamente, o secretário de Estado do Ensino Superior, que mesmo as refeições nas cantinas universitárias devem pagas ao custo real. Por enquanto, não têm tido força para aplicar tais medidas, por terem a sua impopularidade junto da grande massa dos estudantes universitários.

AVI-O facto de acarretar os custos do ensino não obrigará o estudante a encerrar as aulas de forma mais séria e a pro-



curar mais afinadamente obter bons resultados?

AF-Não, até porque já hoje a entrada na Universidade pública não é fácil de obter. Aliás, a competitividade, de que já aqui falámos, exigida no sistema educativo e que é de facto um fenómeno dos últimos anos, mostra que a situação não está facilitada. Aquilo que se convencionou chamar na gíria estudantil a «caça à nota», tem-se desenvolvido intensamente e existe de facto a necessidade de obter uma nota que permita o acesso não apenas ao ensino superior, mas também a determinada escola.

RF-E a determinado curso...

AF-Sim, hoje em dia a opção de muitos estudantes não é condicionada por razões vocacionais, mas pelas possibilidades reais de entrar, isto é, muitos desistem do curso que desejam porque sabem à partida que aí não entrarão. Temos fenómenos massivos de jovens nesta situação e há faculdades onde grande parte dos estudantes só lá estão porque não conseguiram entrar noutro lado. Isto verifica-se muito entre Medicina e Veterinária, Medicina e Farmácia, mas não só. Mas, por outro lado, esta competitividade também é imposta por ritmos de estudo exagerados, que conduzem à assimilação intensa de um grande conjunto de conhecimentos. Isto é, cai-se numa forma de estudo acelerada, e por isso orientada para a assimilação de apenas determinados sebtentas e manuais, evidentemente com prejuízos graves para os tempos livres e diversidade de leituras. Eu apercebi-me no tempo em que frequentei a universidade, que um número muito elevado de estudantes não tem hábitos de leitura, para além da literatura obrigatória.

RF-Penso que o insucesso escolar no ensino superior, que atinge taxas extremamente elevadas em algumas escolas, é um tema que está insuficientemente estudado. Os alunos depois de entrarem na universidade, começam de imediato a ser positivamente cilindrados por aulas e exames. São raros os alunos que levam a efeito os seus cursos no número de anos previsto. Em minha opinião isto não tem a ver com a falta de qualidade dos estudantes, por que nunca a selecção foi tão exigente como agora, mas sim com o facto de se encontrarem num sistema de ensino com características fortemente negativas, em termos de horários e de regimes de funcionamento. Basta dizer-se que há alunos que entram, certos dias, às nove da manhã e saem às sete da tarde, com uma hora e meia de almoço entre as aulas. Isto são realidades que necessariamente têm que se repercutir na capacidade de estudo e, naturalmente em relação à participação na vida cultural. Há muitos alunos no ensino superior que só estudam para os exames na véspera, porque até lá não tiveram tempo. Além de que, a partir do primeiro ano, com o número de cadeiras atrasadas com que vão ficando, o regime complica-se cada vez mais. O insucesso tem também esta componente.

Formação e emprego

AVI-Que importância podem ter para esses jovens os cursos de formação profissional, nomeadamente os que são financiados pela CEE?

RF-Na minha opinião esses cursos são importantes desde que haja emprego. A este respeito, tem havido, a meu ver, uma grande mistificação, em que a direita tem procurado responsabilizar as pessoas que estiveram à frente da educação logo após ao 25 de Abril. Concretamente, afirmam de que durante o «gonçalvismo» forças golpistas obscuras fizeram a unificação do ensino secundário, acabando com o ensino técnico, em consequência do que a juventude foi empurrada para o desemprego. Isto é, quanto a mim, uma mistificação, uma caricatura, porque quando se fez a unificação do ensino secundário, não se acabou com o ensino técnico a não ser ao nível diurno, continuando ainda hoje no regime nocturno com tal força que em 1986 havia trinta mil inscritos. Relativamente aos cursos criados no âmbito dos apoios da CEE, do Fundo Social Europeu, há muitos jovens que fazem dois e três cursos e continuam a não ter emprego. Isto significa que não basta ter um curso, é preciso haver mercado de tra-



António Filipe



António Teodoro



Rogério Fernandes

ta por cento. Penso que a falta de aproveitamento nos primeiros anos de escolaridade são, de alguma forma, reflexo da ausência de educação pré-escolar. Por seu turno, no ensino básico e secundário as dificuldades prendem-se não com o acesso, mas com as condições que são oferecidas para a frequência. Aqui o problema coloca-se sobretudo a nível da cobertura efectiva do território pela rede escolar, do seu redimensionamento e dos projectos de encerramento de algumas escolas, particularmente primárias.

AVI-Essas medidas têm-se reflectido negativamente na frequência normal das escolas?

AF-Nalgumas situações será razoável um aproveitamento mais racional, no entanto, noutros casos, é um facto que cria grandes dificuldades. Uma criança que passa várias horas do seu dia no vatiém para a escola está prejudicada nos seus tempos livres e mesmo na sua própria formação.

Por outro lado, muitas das crianças que frequentam a escola são vítimas de problemas sociais muito sérios, detectáveis pela falta de mecanismos eficazes de apoio social e também pela falta de condições em muitas escolas. As taxas altas de abandono e repetência colocam, desta forma, um problema de fundo que é o do sucesso em geral do sistema de ensino.

democratização da educação e sobretudo qual é a política que corresponde a processos de democratização e contribui para um projecto político de democracia avançada como é referido no programa do PCP.

A meu ver o debate sobre a democratização da educação implica considerar obrigatoriamente três questões indissociáveis: uma, que o Filipe começou por falar, é a questão do acesso, ou seja, igualdade de oportunidades no acesso à educação, o que é uma questão fundamental e um ponto de partida, mas não devemos ficar por aqui. Este é um objectivo comum ao liberalismo em geral, e em Portugal, pelos menos desde dos tempos do Veiga Simão, que está no centro das preocupações. Todavia, ele deve ligar-se a dois outros aspectos: a igualdade de oportunidades no sucesso educativo e a participação democrática.

A escola tem de ter em consideração que as crianças, os jovens e os adultos que a frequentam têm percursos anteriores, origens sociais, económicas, culturais diversificadas, devendo contribuir para os sucessos possíveis dos alunos.

Neste princípio começam a existir grandes divergências, nomeadamente, com todas as teorias meritocráticas, com todo quanto emerge das grandes tendências liberais do *self-made-man*, da competição, da falta de solidariedade, etc., de que este Governo e o próprio primeiro-ministro são exemplos típicos.

cial, como nalguns casos é estimulada no seu seio. Por exemplo, para a minha geração tanto fazia ter dez ou quatorze para ingressar na universidade, desde que passasse no exame de admissão, o que permitia o acto solidário de trabalhar com outros, emprestar os apontamentos, ou mesmo copiar como um acto de partilha do mesmo saber. Hoje, para muitos jovens isto é altamente complicado, por que pode significar o entrar ou não para um curso que deseja. Nas saídas profissionais, no caso dos professores, uma diferença de meio valor pode significar ficar em Lisboa ou ir para o sítio mais recôndito do País. O próprio sistema gera a competitividade, havendo factores de ordem política e social. A questão do *numerus clausus* é um dos aspectos mais graves do ponto de vista político e social, por ter dado origem a uma competitividade extremamente acentuada que diminuiu alguns dos grandes valores que nortearam a juventude estudantil dos anos sessenta e setenta.

AVI-A grande abertura do ensino, ocorrida após o 25 de Abril, não terá também conduzido a esta situação de grande concorrência, já que a procura passou a ser maior que a oferta?

Rogério Fernandes (RF)-No quadro actual de desenvolvimento do capitalismo, e no âmbito da revolução científico-técnica, que fez da ciência uma força produtiva di-

Mesa
redonda

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

SITUAÇÃO DA JUVENTUDE, ENSINO, SAÍDAS PROFISSIONAIS

As necessidades do desenvolvimento e a contradição liberal

balho potencialmente capaz de absorver a juventude. Por outro lado, se esse mercado de trabalho existisse, com dinamismo, força e capacidade de solicitação, os cursos de formação profissional teriam tido um incremento muito maior do que tiveram até agora. Isto demonstra que as saídas profissionais não são uma questão que o sistema educativo possa resolver só por si. O sistema educativo deve, sem dúvida nenhuma, a partir de determinado nível, ocupar-se da formação profissional dos jovens, pelo menos em certas especialidades, mas não é o sistema educativo que tem obrigação exclusiva de fazer a formação profissional. Há outras instâncias, outros ministérios inclusive, que fazem formação profissional. O Ministério da Saúde faz formação profissional a partir do 9º ano, o mesmo se passa com o Ministério das Comunicações, até os empresários fazem formação profissional. Devemos reflectir então sobre o que é que deve ficar a cargo do sistema de ensino. Podemos imaginar que, pelo menos até ao fim do básico, o sistema de ensino faça uma formação geral e, a partir daí, se dirija então para uma formação profissional, nalguns casos no seu âmbito, noutros casos independentemente dele. No entanto, a questão fundamental mantém-se, por que quer o sistema de ensino quer as outras instâncias não podem resolver o problema das saídas profissionais se não houver emprego. A verdade é que se observarmos as taxas de desemprego dos países da CEE verificamos que, tal como no nosso país, uma das camadas mais afectadas pelo desemprego são os jovens. E esses países têm sistemas de formação profissional até ao nível escolar.

AT-Eu aproveitava a discussão destes temas muito precisos e concretos da actualidade como é o ensino profissional, o ensino superior privado e outros aspectos aqui evocados, para abordar uma questão política de fundo, que lhes está subjacente, ou seja, qual é o papel do Estado e da iniciativa privada na educação.

A contradição dos projectos liberais

Partindo do pressuposto que a educação é um serviço público e um direito fundamental do Homem, penso que existe uma grande contradição nos projectos em curso nas sociedades liberais. O actual estágio de desenvolvimento económico, tal como o Rogério há pouco salientou, resultante da revolução científica e tecnológica, transforma a educação e a formação num factor directo e material do próprio desenvolvimento. Isto coloca a necessidade de grandes investimentos nos sistemas educativos actuais, com vista a processos profundos de reconversão que abarquem desde a educação de base até à investigação. Mas se por um lado o liberalismo necessita de grandes investimentos, por outro a sua tese fundamental é a do «menos Estado», e da

sua menor intervenção. Como é que eles tentam sair desta contradição? Pondo em causa alguns dos valores fundamentais em que foi constituído o sistema educativo e onde a esquerda em geral desempenhou um papel fundamental: a escola pública, a escola laica, os valores da escola compreensiva e politécnica, um grande papel da sociedade em considerar a educação como um serviço público fundamental e não como um bem de consumo que se compra. Neste sentido, a questão do ensino particular em Portugal resulta da tentativa dos nossos liberais, associados ao conservadorismo ideológico, laico ou religioso, de, perante as necessidades sentidas na economia, provavelmente como consequência imediata da integração na CEE, dar uma resposta não por um «melhor Estado» mas por um Estado que favorece a iniciativa privada no domínio da educação. As universidades privadas hoje são dos melhores

O sistema de acesso ao ensino superior não é mais do que um expediente técnico de gestão das vagas disponíveis.

*

O ensino particular em Portugal resulta da tentativa dos nossos liberais, associados ao conservadorismo ideológico, laico ou religioso, de dar uma resposta não por um «melhor Estado» mas por um Estado que favorece a iniciativa privada.

investimentos do ponto de vista lucrativo, já que as dezenas de milhar de jovens, vítimas do *numerus clausus*, constituem um mercado próprio, criado pelo Estado. Portanto, o Estado intervém para criar condições legais e, quando estas não bastam, até materiais. Hoje existe ainda uma outra tendência, que faz parte da última resolução do Conselho de Ministros da CEE e onde a pressão liberal é muito evidente. Trata-se de, mesmo mantendo a escola pública, proceder-se à privatização dos seus interesses. Por exemplo, no desenvolvimento do mecenato ou do *partenariat*, do *parceirado*, a escola propriamente dita é pública, mas os seus interesses são tão localizados que se confundem com os interesses privados, seja pelo financiamento seja pela gestão local privatizada. Assiste-se à posse não do objecto mas do objectivo.

Há muito desta ideia no actual discurso da autonomia das escolas. A questão da participação das associações de pais na direcção das escolas, do mecenato no ensino primário mantém a escola pública, mas os seus interesses são, de alguma forma, privatizados. Posto que não há um investimento do «melhor Estado», tenta-se encontrar esta forma de privatização dos interesses para responder às necessidades do desenvolvimento da economia.

Avl-Esses projectos poderão determinar o conteúdo dos próprios programas?

AT-Quem paga quer sempre que o seu interesse imediato seja cumprido. Por exemplo, hoje uma parte significativa das universidades da RFA, que há uns dez anos, quinze anos atrás, ligaram estreitamente toda a sua investigação a determinado tipo de empresas, acabaram por se afundar com as indústrias a que estavam associadas. Perante as alterações profundas verificadas, estes estabelecimentos não estão à altura de responder por terem toda a sua investigação orientada em função dos respectivos contratos com as empresas. Esta situação, embora a um outro nível mais baixo e mais ridículo, verifica-se também no caso português. Os dois concelhos onde as escolas já têm contratos com industriais, Felgueiras e Lousada, são os de maior presença do trabalho infantil do nosso país. Desta forma, podemos estar a chegar à situação completamente hipócrita em que, podem ser aqueles que retiram os jovens da escola para a exploração de mão-de-obra infantil que se encontram à frente dos destinos dos estabelecimentos de ensino. Ainda recentemente, um deles na televisão se autodenominava «padrinho» da escola, à boa maneira sicilianiana, embora na linguagem oficial o termo seja patrono.

O papel do Estado e da comunidade, o relacionamento dos interesses públicos e interesses privados, tem de facto um significado crucial para a formação profissional e definição do lugar das universidades privadas. Porque estamos num debate a propósito do Congresso do Partido, deve referir-se que em geral a esquerda tem uma resposta bastante defensiva. Deve ser inerente ao projecto de sociedade do PCP um «melhor Estado», isto é, mais participado, mais democrático, mais descentralizado, só que deve implicar de facto mais participação e não um entendimento desresponsabilizante do ponto de vista do próprio Estado. Aqui penso que a participação da comunidade tem de ser um vector próprio da intervenção da esquerda. Agora, não na condição de «padrinho»! Se a comunidade tem meios de contribuir e de intervir, que o faça através das autarquias, nomeadamente através de um conselho local de educação, através de estruturas e pela mediação, evitando a subordinação estrita da escola a projectos privados, seja no domínio económico, seja, por exemplo, no domínio religioso, como é o caso da educação pré-escolar com as instituições privadas de solidariedade social, sobretudo Misericórdias, etc. Portanto há aqui uma resposta. Por exemplo, a batalha que o Partido faz pela regionalização, visando a criação das Regiões Administrativas, tem de se entender no contexto deste alargamento da participação e, sobretudo, como uma resposta a um projecto que não visa uma verdadeira descentralização, mas uma desconcentração do aparelho de Estado e uma desresponsabilização do Estado em relação a sectores importantes, muitas vezes sob a capa da autonomia.

Avl-esse vínculo das escolas às empresas, ao limitar a formação aos interesses destas, irá determinar em grande parte as próprias opções profissionais dos jovens?

AT-A ligação às empresas no meu ponto de vista não é um mal. É altamente positivo que se faça uma ligação ao mundo do trabalho. O que é um mal é que ela seja feita sem ser mediatizada e que signifique, por exemplo, que o jovem, desde a sua formação, seja obrigado a adaptar-se às regras de uma empresa para conseguir depois um emprego. Isto é tanto mais grave quanto

mais restrito for o mercado de trabalho. A ligação ao mundo do trabalho é algo que sempre se tem defendido, embora a participação sindical, do poder local democrático, das comissões de trabalhadores tenha de ser sempre um contraponto a esta tentativa de subordinar a formação profissional aos interesses do empresariado. Nalguns casos o interesse destes nem sequer se confunde com o interesse nacional, no sentido lato, porque são normalmente interesses de muito curto prazo, de rentabilidade imediata, que não têm em conta a necessidade de reconversões industriais. Aponte-se como exemplo os sectores importantes da indústria têxtil e de calçado, que quando falam de formação profissional têm em vista um adestramento e não uma formação que possibilite processos de reconversão. Isto passa-se numa altura em que os referidos sectores estão condenados a perderem competitividade nos tempos mais próximos. Há aqui um enorme campo de debate, muito pouco assumido e que, no meu entender, não deverá ser feito de uma forma defensiva. Nomeadamente, a formação profissional envolve verbas que andarão à volta dos setecentos milhões de contos nos próximos anos. Este ano o investimento na formação profissional é idêntico ou superior aos investimentos totais do Ministério da Educação nos restantes sectores. Estes importantes investimentos não têm sido utilizados numa verdadeira formação profissional. Um jornal titulava recentemente que o que foi sonogado em meios destinados à formação profissional é superior a todos os assaltos bancários realizados nos últimos anos. Muitas empresas utilizaram os meios para capitalização e não propriamente para a formação.

No tocante ao papel da escola penso que a sua grande missão é dar uma base sólida no domínio da formação profissional. Esse é o primeiro objectivo, não o único.

A nova alfabetização

Hoje a escola tem pela frente um grande desafio que é comparável ao que teve na transição do século. Trata-se de uma nova alfabetização, de saber o que é ler, escrever e contar neste final de século. Uma das grandes e decisivas batalhas do nosso sistema educativo, que inicialmente começámos a aflorar, é a construção de uma escola básica de nove anos, universal e gratuita, de acordo com a lei de bases, que corresponda a uma formação ampla e permita, designadamente, a nível do tecido social encontrar saídas profissionais, devendo naturalmente ajustar-se, depois, em função dos interesses imediatos. Este é talvez um dos maiores debates, até por que o projecto do actual ministro da Educação, confrontado com a contradição liberal, que está inerente à tese do «menos Estado», tenta encontrar as respostas através do desenvolvimento do ensino privado e da privatização dos objectivos do ensino público.

AF-Há quatro anos que entrámos para a CEE e não temos um sistema de formação profissional e não há grandes perspectivas para que venhamos a ter. A formação ministrada com estes milhões de contos que foram gastos foi a formação que calhou. As ajudas de pré-adesão destinadas à construção de centros de formação profissional públicos não foram gastas na sua totalidade. E mesmo os centros que existem de responsabilidade pública estão a ser desvalorizados e mesmo desmantelados. As reduções drásticas verificadas nos centros oficiais de formação profissional ocorreram por opção política, clara e assumida, de que estes centros não interessam e não devem ser desenvolvidos. Os serviços criados para gerir estes milhões de contos, destinados à formação profissional funcionaram num andar de um prédio de habitação. O Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, que nos períodos de entrega de candidaturas acumulava processos que iam do chão ao tecto, funcionava com meia dúzia de pessoas num andar. A formação profissional nestes últimos anos esteve entregue aos interesses imediatos de quem se quis fazer acções de formação. Houve entidades que fizeram um trabalho sério, nomeadamente sindicatos; no entanto, uma grande parte das empresas encarou





estes fundos numa perspectiva lucrativa, camuflando as suas actividades laborais normais como acções de formação profissional. Registaram-se casos em certas empresas onde os trabalhadores não sabiam que estavam inscritos na formação profissional. Existem mais de cem processos pendentes na polícia judiciária que envolvem montantes na ordem dos dezanove milhões de contos. Isto deu-se por não haver literalmente ninguém encarregado de verificar se as acções de formação profissional estavam ou não a ser feitas, e, mais grave ainda, as próprias pessoas que realizavam acções de formação sabiam que não eram fiscalizadas. Só quando os escândalos rebentaram é que começou a haver fiscalização. Mesmo assim, esta situação está, em minha opinião, longe de ser ultrapassada em termos de definição de prioridades. Os chamados programas operacionais já elaborados não definem qualquer tipo de prioridades, uma vez que incluem praticamente toda a população activa do País. Isto levará certamente a que continue a fazer-se a formação que calha.

Av! - Mas há ou não há prioridades? O País precisa ou não de quadros especializados em determinados ramos?

AF - Concerteza que há. Não temos é prioridades definidas num plano de desenvolvimento nacional.

Av! - Isto prende-se com outra questão a que o Rogério Fernandes se referia há pouco: a inexistência de um mercado de trabalho para os jovens. Não se deverá esta situação também à política inadequada de formação profissional, que não corresponde às necessidades das empresas?

RF - Penso que essa é uma questão complexa onde intervêm vários factores e várias causas. Pessoalmente continuo a não ver o País numa linha de desenvolvimento que comporte o progresso social com todas as componentes que ele implica. Basta olharmos para a nossa agricultura e indústria para o constatar. O crescimento do emprego não é tão sensível que permita efectivamente à juventude encontrar facilmente o seu caminho.

Mas voltando um pouco atrás queria pronunciar-me sobre a afirmação do Teodoro sobre que a Esquerda tem uma posição defensiva em relação ao ensino particular. Ora bem, eu não penso que assim seja. Há de facto forças democráticas e de esquerda que em relação ao ensino particular têm uma posição dúbia. Há certa predisposição para aceitar como facto natural que numa sociedade «democrática» haja ensino particular, tal como há ensino público. O Partido Socialista em relação ao ensino particular e à sua função tem tido algumas posições, quanto a mim, pouco claras. Em relação ao Partido Comunista eu julgo que as posições nesta matéria têm sido o mais possível nítidas. Até agora o PCP nunca contestou que o ensino particular possa desempenhar um função na sociedade portuguesa, designadamente naqueles sectores em que pode ter uma função supletiva em relação ao ensino público. Todavia, a defesa do ensino público pelo Partido tem sido correcta, na medida em que aquele é uma forma de assegurar o direito ao ensino, em condições de igualdade para todas as pessoas.

Neste sentido, o Estado não se pode desresponsabilizar em relação ao ensino público e, por outro lado, no quadro de uma sociedade democrática e pluralista, de que tanto se fala, é no ensino público onde o pluralismo político e ideológico está melhor assegurado. Aí, segundo a Constituição, os professores têm liberdade de ensinar e os

alunos têm liberdade de aprender, ao passo que no ensino particular isso não é assim. Em muitos casos, os estabelecimentos de ensino particular funcionam no quadro de uma linha ideológica bastante reaccionária. Existe ainda o aspecto da democratização do ensino público que é a gestão. De acordo com a Constituição, é admitida a participação das forças sociais na gestão do ensino, a dois níveis: a gestão do sistema, em que entra a família, as comunidades locais e regionais, e a gestão dos estabelecimentos, que nos termos da lei é reservada aos professores. Se nós distinguirmos estes dois níveis de gestão não haverá colisões entre os vários sectores interessados. Só que, entretanto, o Governo pretende introduzir as famílias e as comunidades locais na gestão dos estabelecimentos. Este ponto é, em minha opinião,

Hoje a escola tem pela frente um grande desafio que é a nova alfabetização: saber o que é ler, escrever e contar neste final de século.



Um jornal titulava recentemente que o que foi sonogado em meios destinados à formação profissional é superior a todos os assaltos bancários realizados nos últimos anos.

susceptível de criar grandes perigos para a estabilidade do próprio sistema educativo e para a independência dos professores e do ensino público.

Outro aspecto que ainda queria referir é a questão da ligação do ensino à produção. Presumo também que a escola geral tem uma importante função quanto à formação da juventude, com vista ao exercício futuro de profissões. Defendo por isso que a escola ofereça uma formação geral, que não passe apenas pela assimilação de matérias abstractas, mas que tenha a vida como o seu destino permanente. Para que tal aconteça é necessário um trabalho de formação, de reciclagem e orientação geral dos programas de modo a que, simultaneamente, a escola prepare os jovens para as suas tarefas futuras profissionais e para a sua função como cidadãos. O ensino não forma só o futuro profissional, forma também o futuro cidadão.

A ligação da escola às empresas

Em relação à investigação no ensino superior, estou de acordo com as preocupações que o Teodoro colocou. É um problema actual do mundo capitalista efectuar essa ligação, que tem implicado, em certos países capitalistas, a submissão das universidades aos interesses mais imediatos e conjunturais. É preciso ver que neste aspecto, como noutros, o sistema capitalista soube aproveitar muitos traços das sociedades socialistas. Embora hoje se diga que o capitalismo é o grande vencedor, penso que, a começar até pela social-democracia, muitos dos seus aspectos actuais, tanto no plano social como no plano pedagógico, da saúde e noutros, foram introduzidos sob a

influência dos resultados alcançados nos países socialistas. É o caso da ligação da universidade à produção.

Penso que a investigação aplicada, tanto nas universidades como como noutras formas de ensino superior, pode ganhar bastante na sua interacção com as necessidades imediatas de certas empresas da esfera local e regional. No entanto, a investigação fundamental deve ser uma preocupação do Estado, fazer parte da sua política de desenvolvimento do potencial científico e técnico nacional. Este domínio não deve estar dependente dos contratos com as empresas privadas mas sim dos financiamentos do próprio Estado. Em certos sectores, como por exemplo a exploração espacial, onde já há empresas que enviam satélites para o espaço, admito que esta relação Estado-empresa pode ser mais complicada do que no nosso país.

Importa, no entanto, sublinhar a necessidade do Estado garantir o financiamento e a independência da investigação fundamental nos estabelecimentos de ensino superior, em relação aos interesses mais imediatos e mais conjunturais. Aqui o Estado tem novamente um papel a desempenhar muito importante.

AT-Gostava ainda de referir a uma questão que me parece crucial. É um dado adquirido que em Portugal se impõem profundas transformações educativas. Ora, do ponto de vista legislativo existem instrumentos progressivos capazes de constituírem uma base de um projecto que envolva não apenas os comunistas, mas um conjunto de forças sociais e políticas importantes. Esses instrumentos são concretamente a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo, numa perspectiva dinâmica da sua continuação lógica, e não no sentido sacralizado, com os seus pontos de convergência e os que resultaram de múltiplas posições, que podem até nalguns casos estar desajustados. Mas a sua concretização implica também uma outra política que não seja a resposta liberal.

Neste aspecto, o Ministério de Roberto Carneiro falhou redondamente e vive uma situação resultante, em primeiro lugar, de discordâncias frontais relativamente à lei de Bases, não assumidas explicitamente, mas de facto subvertidas na prática política concreta de regulamentação, o que é outra contradição. Uma reforma educativa passa por um grande empenhamento daqueles que estão ligados directamente à educação. As reformas hoje fazem-se por processos de inovação sucessiva onde os poderes centrais têm funções de estimulação e de coordenação normativa, mas onde o envolvimento dos professores como educadores profissionais, elementos fundamentais em qualquer projecto educativo, é essencial. É da mesma forma importante que sejam dadas condições de participação aos estudantes e ao pessoal não docente, e que aquela seja efectiva e não formal. O actual ministro em qualquer intervenção na

Assembleia da República diz o número de reuniões efectuadas com as entidades, mas não refere as alterações que resultaram daí. Sob esta capa de estatística esconde-se um projecto profundamente autoritário. Um dos bloqueamentos principais da reforma educativa é de facto a questão dos professores e da profunda desconfiança, justificada, perante actos que desmentem as intenções propaladas e projectos que, pelo menos em palavras e no seu diagnóstico, merecem concordâncias diversas. O ano de 1991 será decisivo para reganhar a confiança e o encontrar de uma alternativa. Isto passa obviamente pela melhoria das condições de vida, de trabalho e de formação, mas passa também por um grande respeito pela independência intelectual, pelo reconhecimento da dignidade social de uma profissão que tem de ser feita não gastando as palavras mas com actos muito concretos. Mais importante do que qualquer palavra ou declaração, é preciso dar significado prático a esta questão de base: o acto educativo é um acto fundamentalmente libertador e criativo, e os professores têm de ser entendidos como actores das próprias mudanças. Isto implica uma atitude completamente diferente da posição hipócrita, que sobre esta matéria tem sido adoptada oficialmente, que tem subjacente uma visão da sociedade profundamente autoritária.

RF-Julgo que a esperança que o Ministério de Roberto Carneiro despertou, de início, em certos sectores do professorado e até do sindicalismo docente, esvaziou-se, aliás como se previa. A sua acção não conduziu efectivamente a uma reforma efectiva do sistema escolar a despeito de todas as promessas e declarações de intenção. O seu saldo é profundamente negativo. Por outro lado, penso que às forças democráticas e de progresso, entre as quais o PCP se inclui, a grande tarefa que se vai pôr é a de reconstrução para o futuro, e eu permito-me fazer minha uma frase de um ex-ministro socialista da Educação, Jean-Pierre Chévènement: «o grande problema do nosso tempo em França é conciliar o ensino de massas com o ensino de qualidade». Por outras palavras, é este justamente uma das orientações de política educativa que o PCP defende há muitos anos para Portugal. Esse grande projecto do ensino de massas, através da escola pública, com um elevado nível científico tecnológico e cultural, é um projecto suficientemente forte para receber a adesão e a energia de muitos milhares de professores no nosso país. Penso que temos forças capazes no sector do professorado para pegar neste projecto e vivê-lo, tendo no Ministério da Educação não um adversário, mas um parceiro. Isto exige uma alternativa democrática, um outro sentido de luta, um outro sentido da acção e uma outra direcção política para a vida do País. Na actual situação, tal não é possível porque o fosso está cavado e alarga-se diariamente. ■

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

Álvaro Cunhal no distrito de Leiria

Como já tive oportunidade de o dizer numa recente entrevista, se fôssemos a publicar todos os trabalhos, estudos, opiniões e contribuições escritas, individuais e colectivas, relacionadas com o debate preparatório do nosso Congresso, 20 volumes de 400 páginas cada não chegariam — comentou Álvaro Cunhal na Marinha Grande, no decorrer do debate público realizado na noite do passado domingo, no acolhedor auditório do Sport Operário Marinhense. Com esta iniciativa, que registou a participação de largas centenas de pessoas, prolongando-se por quatro horas de vivo debate com numerosas, diversificadas e por vezes polémicas intervenções, terminava a deslocação do secretário-geral do PCP ao distrito de Leiria, iniciada pela manhã nas **Caldas da Rainha**, e que incluiu ainda um convívio na **Cela Nova** e um encontro com **agricultores da região de Leiria**, no Centro de Trabalho do Partido, na capital do distrito.

«As derrotas e os erros nos países socialistas não nos afastam do nosso ideal, da nossa acção em defesa dos trabalhadores», afirmaria Álvaro Cunhal

num momento do debate realizado na Casa da Cultura das Caldas da Rainha, numa das várias reuniões que a organização local tem promovido no quadro da

actividade preparatória do XIII Congresso (Ext.) do Partido.

Um vasto conjunto de temas estiveram em foco tanto nas palavras do secretário-geral do PCP como nas intervenções e perguntas colocadas pelos camaradas presentes neste vivo debate, onde os problemas locais (lutas dos agricultores, lagoa de Óbidos, situação nas empresas, etc.) tiveram o seu lugar de relevo.

Na Mesa desta reunião encontravam-se elementos da Concelhia de Caldas e de outras Concelhias vizinhas, como Peniche, Bombarral e Óbidos, para além do camarada António Orcinha, responsável da DORLEI e membro suplente da Comissão Política do Partido, que acompanharia Álvaro Cunhal em todo o programa de domingo.

importante reunião do Partido. Vivia-se então a década de 40 e, nas difíceis condições da clandestinidade, o Partido e seus dirigentes prosseguiram a luta. Vários episódios relacionados com a sua longínqua presença na Cela foram ouvidos na Rádio Cister, nomeadamente os cuidados tidos com a entrada e saída de camaradas que participaram na referida reunião e o abandono da casa numa madrugada de temporal, em bicicleta, rumo à estação ferroviária do Valado.

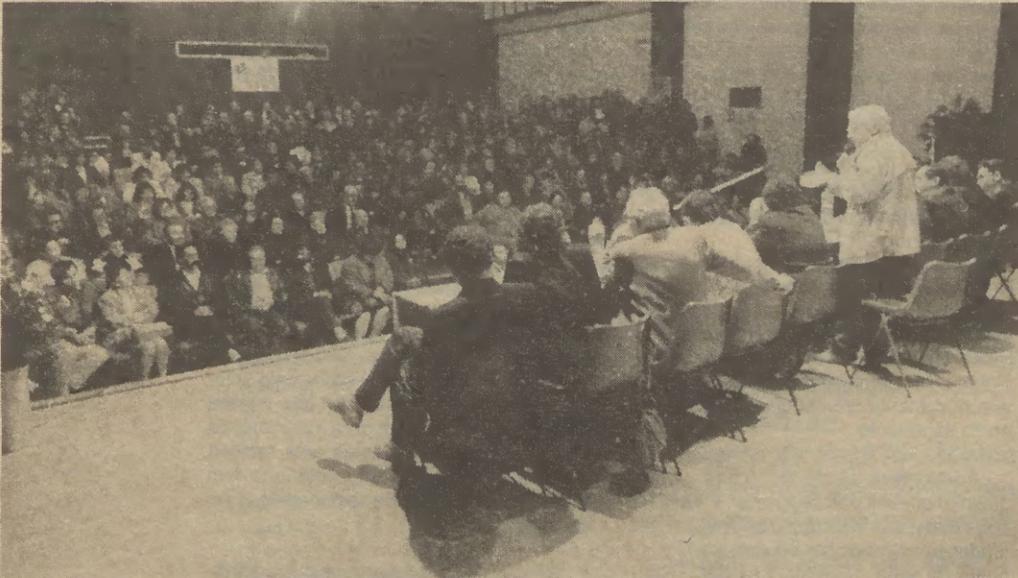
Recebido com grande simpatia por muitos camaradas e amigos da Cela e de Alcobaça, e pelo presidente do Centro Cénico, camarada Rogério, Álvaro Cunhal ficou a par do trabalho valioso desta associação, que mantém em funcionamento uma creche, um centro de dia para idosos e uma intensa actividade no campo do teatro, só para citar alguns exemplos.

Da Cela Nova, o secretário-geral do Partido seguiu para a cidade de Leiria. Aí era aguardado por uma vintena de agricultores em representação da Federação Distrital. Sem dúvida, um encontro muito interessante, que aqueles agricultores aproveitaram, com vivacidade, para expor os seus principais problemas, a que nos referiremos com pormenor no **Avante!** da próxima semana. Na ocasião, a DORLEI do PCP garantiu àquela delegação que «os vossos problemas, reclamações e anseios serão tidos em conta pelo PCP e tomaremos posição nos órgãos em que estamos representados e na nossa actividade geral».

De portas abertas

Já ao fim da tarde o secretário-geral do PCP chegava à Marinha Grande. Depois do jantar-convívio no Centro de Trabalho, o debate público. O camarada José Luís, vereador, presidente em exercício da Câmara Municipal, dirigiu a sessão, tendo salientado em breve nota introdutória a importância do Congresso e a dinâmica dos seus trabalhos preparatórios.

Depois da intervenção inicial do camarada Álvaro Cunhal vieram as perguntas e as opiniões de muitos participantes, que o secretário-geral do Partido comentaria ao longo dum debate intenso, que mobilizou o interesse da numerosa assistência, entre as 21 horas e a 1 hora da manhã. Um debate que abordou um vasto painel de temas e que, uma vez mais, evidenciou o espírito de abertura e a frontalidade com que os comunistas encaram o seu trabalho, ao realizarem de portas abertas um debate com estas características, inserido na preparação dum Congresso.



Auditório do Sport Operário Marinhense: quatro horas de intenso debate, de portas abertas, com todos os interessados a poderem avançar as suas ideias, as suas opiniões críticas

Cela: a História da luta passou por aqui

A verdadeira cassette é a que alguns órgãos da Comunicação Social utilizam quando dizem que não há nada de novo nas Teses — afirmaria o secretário-geral do PCP durante o convívio que decorreu na Cela Nova, nas instalações do Centro Cénico, colectividade que dinamiza um excelente trabalho na área desportiva, cultural, recreativa e de apoio social nesta zona do concelho de Alcobaça.

Como teria oportunidade de recordar não só no diálogo com os camaradas e amigos presentes como numa entrevista em directo a partir do Centro Cénico pela **Rádio Cister**, a Cela Nova é uma terra com significado especial no percurso histórico da luta do Partido.

O próprio camarada Álvaro Cunhal ali viveu durante cerca de dois anos, numa casa isolada, onde viria a ter lugar uma



Jantar-convívio no CT da Marinha Grande.



Convívio na Cela Nova (concelho de Alcobaça): nos anos 40 o secretário-geral do PCP esteve lá, mas noutras condições...



«O PCP é uma força revolucionária a remar contra a maré», referiu Álvaro Cunhal na reunião de militantes comunistas nas Caldas da Rainha



Encontro de agricultores do distrito de Leiria com Álvaro Cunhal: um momento significativo da deslocação do secretário-geral do PCP no passado domingo

Opinião

Retrocesso, para ser vencido

Tive oportunidade, recentemente, face a um mal entendido, de afirmar que a Perestroika não visa provocar «retrocessos», mas sim corrigir as causas de um retrocesso que efectivamente se verificou.

Mas a questão, mesmo assim, pode ser polemizada. Há mesmo uma tese completamente oposta: «Retrocesso? Não houve».

Por mim, penso que sim, que houve retrocesso. Entretanto, admito que a diferença não esteja tanto nas ideias, mas na forma de as traduzir, no significado atribuído à palavra «retrocesso». Vejamos se assim é.

Desde logo, deixo claro o seguinte: quando se verificam erros e deformações, o processo de os identificar, analisar, corrigir e superar só pode ser considerado positivo. Assim sucede com a perestroika. Mas a perestroika não pode apagar as consequências daqueles erros e deformações no processo histórico tal como ele se desenrolou até hoje. A perestroika bem sucedida nos seus objectivos (de correcção e superação de erros, deformações, atraso e estagnação) dará um novo élan à construção da sociedade socialista na URSS e à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo contra a opressão e a exploração. Mas a perestroika está em curso, em muitos aspectos ainda nos primeiros passos. Não vivemos o tempo das consequências da perestroika, do novo élan.

Vivemos os tempos difíceis das consequências dos erros e deformações.

Essas consequências foram (e são!) dramáticas, marcadamente negativas. Na minha opinião, configuraram no seu conjunto um enorme retrocesso. Não tenho nenhuma fixação na palavra. Mas, como qualificar o facto de em alguns países se ter abandonado o objectivo da construção da sociedade socialista, e ser defendido agora o regresso aos mecanismos de exploração próprios do capitalismo? Como qualificar as imposições do FMI que se abatem sobre os trabalhadores e povos desses países, onde os dirigentes fazem a apologia do modelo mais selvagem do capitalismo? Como qualificar o desemprego, o desmantelamento dos sistemas de protecção social, o regresso à violência patronal? Como qualificar a diminuição do apoio às lutas de libertação e aos povos e países ameaçados pelas grandes potências do capitalismo (e em primeiro lugar pelos EUA)? Como qualificar o facto de a situação actual (em que os atrasos estão detectados e à vista, mas estão

longe de ser superados), conduzir inevitavelmente a dificuldades no curto prazo para a afirmação dos partidos comunistas e progressistas e, conseqüentemente, para a defesa dos direitos dos trabalhadores e para a construção de sociedades progressistas em países libertados do colonialismo? E a desagregação de partidos comunistas? E o renascimento de nacionalismos e chauvinismos, e mesmo do racismo, do misticismo acritico, do fundamentalismo religioso?

Os erros, deformações, atrasos não são exercícios teóricos, de jogador de xadrez que, experimentando determinada «abertura» (determinadas jogadas de início do jogo), tivesse concluído não ser ela eficaz e decidisse o recomeço dos exercícios. Os erros, deformações e atrasos conduziram a uma crise profunda, que está a ser duramente paga pelos homens e mulheres dessas sociedades e da humanidade em geral. Sentimos essa crise na nossa carne.

Sei, entretanto, que falar em retrocesso implica partir de certa avaliação do nosso tempo: a avaliação de o século XX ser um tempo de grandes transformações revolucionárias, ser um século em que pela primeira vez na história a humanidade ousou o processo de construção de sociedades que postulam a libertação da exploração e opressão; o século em que a humanidade conquistou, para o seu património, a afirmação explícita (incluindo jurídica em Pactos Internacionais) dos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos direitos económicos e sociais das populações; o tempo em que mesmo nos países capitalistas os trabalhadores obtiveram significativas vitórias e conquistas, pela sua luta e pelo estímulo, exemplo e apoio dos países socialistas; o século da derrocada dos impérios coloniais, da derrota do nazifascismo (que levava a exploração aos seus extremos mais brutais) e da desumana «cruzada» da guerra que conduziu contra a URSS.

Na base dessas transformações revolucionárias que caracterizaram o século presente, estão os comunistas, a sua luta generosa e porfiada, a sua ousadia e combatividade. Como foi afirmado, são os comunistas que marcam o século em que vivemos. Aqui o repito.

Quem ousa e inova, corre riscos. A vida mostrou que construir uma sociedade socialista é muito mais complexo do que aquilo que mesmo os mais pessimistas puderam imaginar. Os erros brutais que foram cometidos conduziram a um efectivo atraso. Mas, quero que fique claro que considero que persistir nesses erros depois de os detectar

não seria só uma atitude estúpida, seria também uma atitude criminosa, que acentuaria rapidamente os atrasos, comprometeria conquistas e posições alcançadas e poderia desembocar numa tragédia de proporções nunca vistas. Na queda do abismo (como de certa forma sucedeu onde não se detectou o erro ou não se tratou de o corrigir).

Creio que, simultaneamente, a correcção dos erros num processo como o da perestroika conta com alguns factores favoráveis. Alargou-se na opinião pública a convicção da necessidade e da possibilidade da paz. Esbateu-se drasticamente a credibilidade da «ameaça comunista». Já foram dados passos enormes, no campo da democracia política e

das liberdades. Só que, a existência desses factores favoráveis não pode fazer duvidar de que os tempos que se seguem serão de combate duro e difícil, travado com mais razão, mas com forças enfraquecidas, convalescentes.

Ainda não chegou o tempo de descansar, de olhar de alto, de bater palmas. É o tempo da luta mais dura.

Que não apareça ninguém a concluir, em relação ao passado, com uma ideia tão grotesca como a que se traduziria na frase «que bom, as coisas correram mal». Não se brinque com a dor profunda que causou o erro e as suas consequências. E com esforço gigantesco de o corrigir e de as superar.

■ João Amaral

O centralismo democrático não é nenhum dogma!

A alegria transbordante dos povos dos ex-países socialistas do Leste Europeu, ao libertarem-se do domínio dos respectivos Partidos Comunistas, e a festa do povo soviético, contestando nas ruas, as práticas estalinistas do PCUS, têm muito a ver com a euforia revolucionária do Povo português quando, também nas ruas, celebrou a queda do Fascismo, em Abril e Maio de 1974.

E este é (ou deve ser) o primeiro grande motivo de reflexão para todos os comunistas portugueses.

Na verdade, o que é que se passou, lá nos países do chamado — «socialismo real» ou «socialismo científico» que levou o Partido da classe operária e dos trabalhadores, o partido dos intelectuais progressistas e de todas as camadas não monopolistas, a transformar-se no aparelho opressor do povo em geral?

As «Teses para o XIII Congresso extraordinário do PCP» avançam com algumas explicações, no seu ponto 1.6, tudo sintetizado, no ponto 4.4.4, onde se diz, expressamente: «As graves crises que se verificaram em países socialistas revelam que nos processos que as provocaram pesaram concepções e imposições dogmáticas do marxismo-leninismo, sobretudo decorrente do período estalinista; a estagnação teórica, a ilusão de que a vida social pode ser dirigida, pretendendo submetê-la a supostas leis, cuja validade os factos não comprovam».

Esta explicação parece-me, contudo, que explica pouco, porque, ela própria, precisa de ser explicada.

Na verdade, porque é que «as concepções dogmáticas» do marxismo-leninismo se impuseram; porque é que se deu a «estagnação teórica»; qual a razão porque se criou a «ilusão de que a vida social pode ser dirigida, submetendo-a a supostas leis, cuja validade os factos não comprovam»?

A resposta a todas estas perguntas, só pode estar na circunstância de se ter criado um aparelho político repressivo que impunha as tais «concepções dogmáticas», impedia a discussão teórica, criando a ilusão de que a vida social podia ser submetida a leis cuja validade os factos não comprovavam.

Esse aparelho político repressivo era, obviamente, o Partido Comunista que, em todos esses países, detinha o poder.

Quer isto dizer que a prática política de todos os partidos comunistas dos países de Leste obedecia a determinados objectivos e princípios que se consideravam fundamentais na estrutura e funcionamento desses mesmos partidos.

De entre esses princípios fundamentais ressalta, a todas as luzes, o do centralismo democrático.

Na verdade, «em todo o mundo (...) os partidos comunistas desenvolvem-se, adoptando formalmente, o centralismo democrático», como se escreve nas Teses (4.3.3.).

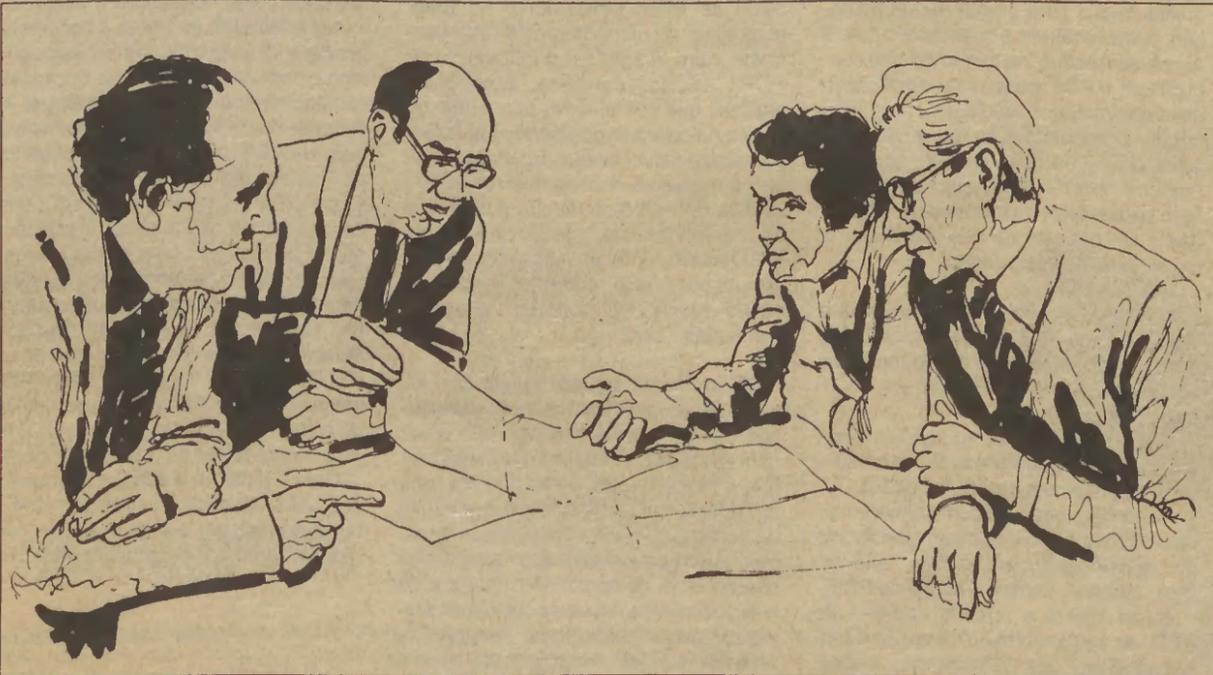
Daqui resulta que, no cerne de toda a perversão do socialismo real, está, também o centralismo democrático, tal como ele foi entendido nesses países, e isto na medida em que se transformou em «centralismo autoritário», que produziu «graves limitações e infracções à democracia interna» como, também, se escreve nas mesmas Teses (4.3.4.).

Aqui chegados, poderíamos pensar que as Teses iam avançar para uma profunda revisão desse malfadado «centralismo» que de «democrático» só tinha o nome.

E esta suposição, até teria alguma base textual, já que as Teses começam, exactamente, por reconhecer «na estrutura e funcionamento de um partido comunista não há regras intemporais e imutáveis» (4.3.1.).

Só que esta suposição depressa se esfuma, particularmente no que tange «à estrutura e funcionamento» do PCP.

Com efeito, embora aceitando que nos países socialista o «centralismo democrático» se pode ter pervertido, o certo é que as Teses já não aceitam que



idêntica pervenção se tenha verificado no funcionamento do PCP.

E isto porque «o PCP desenvolveu criticamente os princípios do centralismo democrático» (4.3.6.) na medida em que permitiu sempre a «discussão horizontal», em «plenários, assembleias, reuniões de coordenação, reuniões de quadros, reuniões nacionais, encontros nacionais (além de Conferências e Congressos, naturalmente)» — 4.3.13).

Daqui resultando, como dizem as Teses, ser «uma completa falsificação a imagem que pretende apresentar o militante do PCP, como confinado ao seu organismo no que se refere ao debate de ideias» (4.3.13).

Porque se acredita na boa fé do(s) autor(es) das Teses, tenho de concluir que, à semelhança daqueles que querem meter a vida social no espartilho de leis que a realidade não comprova, ele(s) autor(es) têm do partido uma visão **totalmente falseada**, que lhe foi transmitida, através do funcionamento burocrático do dito centralismo «democrático». É que aquilo que, a este respeito, consta das Teses é uma **inverdade**.

O militante do PCP não tem discutido ideias, mesmo no confinamento do organismo a que pertence.

Para sermos exactos: os militantes (não funcionários) do PCP há muitos anos que não fazem **debate ideológico**.

Nem fora nem dentro do Partido.

Não o fazem dentro, porque o aparelho burocrático, formado pelos funcionários, se tem limitado a transmitir as directrizes da central e, se alguma discussão se verifica, não é para a formação de qualquer dessas directrizes, mas, sim, para convencer os militantes de que elas são correctas (o partido tem sempre razão!).

Os militantes (não funcionários) há muito que deixaram de ser agentes da formação da vontade colectiva do Partido, para se transformarem em meros destinatários da vontade da direcção.

Fora do Partido, o debate estava vedado, sob pena da excomunhão, por fraccionismo.

E, é por isso (também por isso), que os militantes começaram a afastar-se desencantados, por se não reconhecerem em muitas das linhas partidárias.

Assim, quando nos tais plenários, conferências ou congressos se julgava estar a fazer discussão horizontal, pouco mais se fazia que repetir, através da boca de vários funcionários e alguns militantes, a «excelência» das directrizes passadas pela Direcção.

Chegava a ser confrangedor ver funcionários e simples militantes a ler (muitas vezes mal) um texto que lhe era medido nas mãos que mal conheciam ou, de todo, desconheciam.

Quando um ou outro militante intervinha com uma discussão autónoma, era a perturbação generalizada.

Tudo isto significa, que se o «Centralismo democrático» está na origem da derrocada dos países socialistas, está também, na origem do crescente esvaziamento e incapacidade de atracção do PCP.

Há que desmistificar o «dogma».

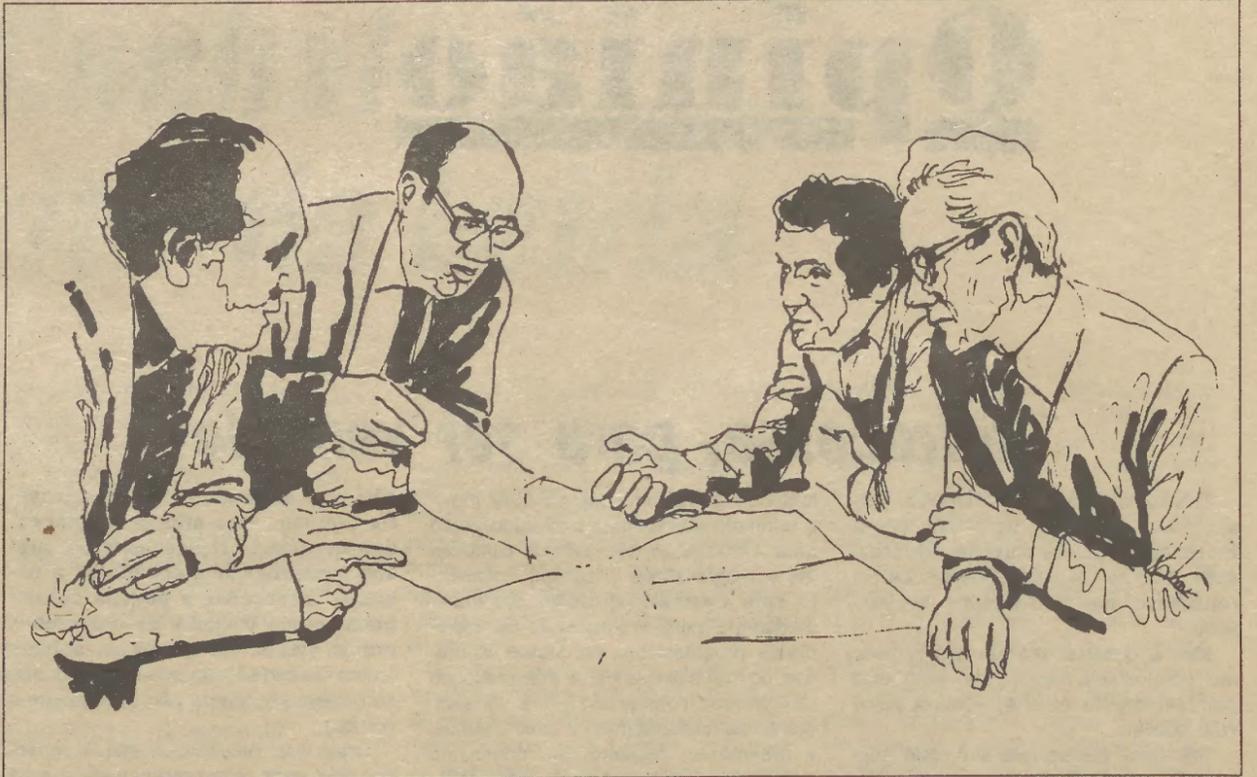
Comecemos, então: que é que o «Centralismo democrático» pode trazer de bom ao funcionamento do Partido? A coesão e unidade de direcção.

Que é que pode trazer de mau? O burocratismo, o dirigismo e a negação da democracia interna.

Assim sendo, poder-se-ia pôr a seguinte alternativa: o que é mais importante — um partido coeso que pode desaparecer por falta de democracia interna, ou um partido plural que se pode pulverizar por falta de coesão?

Só que esta me parece ser uma falsa alternativa.

Na verdade, a coesão e a unidade de direcção não são incompatíveis com



a informação horizontal autêntica, nem com a existência de várias opiniões sobre os grandes objectivos e o funcionamento do Partido e, muito menos, com a democracia interna.

A coesão não resulta da disciplina imposta, mas da livre adesão a um projecto em que se acredita.

A unidade da direcção sempre será garantida com a aceitação leal pelas minorias da vontade das maiorias, democraticamente expressa.

Isto quer dizer que o centralismo, tal como as Teses continuam a definir, é mais um **instrumento de domínio** do Partido pela direcção do que um dos princípios fundamentais sobre que tem de assentar o seu funcionamento.

Há, pois, que, dialecticamente, campanhas **centralismo com democracia**.

O Centralismo só se justifica como o meio que a direcção tem para impor as suas directrizes, **democraticamente assumidas**.

E estas directrizes ou linhas de acção só serão democráticas se, na sua formação, **todo o Partido**, devidamente informado sobre essas alternativas nelas participou, através dos seus organismos próprios.

Em suma: é preciso dotar o centralismo de válvulas de segurança democráticas, a fim de impedir que ele de **democrático** se volte a transformar em **autoritário**.

Dentre essas válvulas de segurança democrática destacarei:

1.º — A garantia de que a imprensa do Partido e todo o Partido, antes de formada a vontade colectiva (pelo menos nas grandes questões) estão abertos à livre discussão das soluções possíveis.

2.º — A assumpção clara do princípio, segundo o qual aqueles que na formação da vontade colectiva intervêm com propostas diferentes das que forem adoptadas, são tão necessários à forma-

ção da vontade colectiva como agentes fizeram vencimento.

3.º — A certeza de que a linha vencedora, enquanto não for democraticamente substituída é que representa a vontade do Partido.

4.º — A eleição directa, por sufrágio universal e secreto de todos os órgãos dirigentes do Partido.

5.º — A obrigação de todos os eleitos, nos organismos a que pertencerem, prestarem todas as informações e contas que lhes forem pedidas, a respeito da sua actuação partidária.

Do exposto resulta que a parte 4.3. das Teses precisa de ser reformulada, à luz da verdade histórica, das necessidades do Partido e da importância da sua intervenção para a transformação da sociedade portuguesa numa sociedade mais justa, mais livre, mais solidária e mais democrática, isto é: numa sociedade socialista.

Jaime Gralheiro

Sobre o documento de J. L. Judas

Tendo lido em «O Independente» o documento subscrito por José Luís Judas e apresentado como de reflexão individual de crítica às Teses apresentadas pelo CC, considero ser legítimo exprimir aqui uma primeira opinião e apreciação.

Creio que o referido documento tem as seguintes características fundamentais:

1. É um documento que, como certamente muitos outros documentos ou propostas avulsas que outros militantes têm enviado à direcção do Partido, comporta naturalmente elementos úteis de reflexão e ponderação e contém observações que, sem dificuldade, bem poderão ser tidas em conta no trabalho de transformação das Teses em projecto de Resolução Política a submeter ao Congresso.

2. É um documento que expressa numerosas e importantes divergências reais em relação a orientações e análises constantes das Teses do CC, propondo, muitas vezes sem grande fundamentação, outras análises e orientações que, a serem adoptadas, na minha opinião conduziram o PCP para uma significativa descaracterização ideológica, para uma negativa pragmatização (para não dizer outra coisa) de linha política, para um notório embaciamento da sua identidade, tudo em desfavor da sua efectiva renovação e em prejuízo da sua influencia e capacidade de intervenção.

3. É um documento que, seja para a exposição de divergências reais, seja para criar aparências de divergências, se socorre quase sistematicamente:

— da caricatura, deformação ou silenciamento de numerosas análises e orientações constantes das Teses do CC;

— da negação, desconhecimento ou desvalorização do verdadeiro património de pensamento, concepções, orientações, discurso político e acção do PCP;

— da injusta e forçada colagem do PCP, da sua orientação, direcção e funcionamento, aos fenómenos, traços,

orientações e métodos mais negativos ocorridos em países socialistas e nos respectivos partidos comunistas;

— da implícita inconsideração e não admisão, nem mesmo parcial, do valor e profundidade de muitas orientações constantes da Resolução Política e do novo Programa do Partido aprovados no XII Congresso e da sua importância e significado no processo de renovação do Partido.

Quero a este respeito salientar que, ao contrário das divergências que não me custa enfrentar, compreender e aceitar, já estes traços que julgo indiscutíveis no documento de J.L.J. me deixam uma grande amargura e preocupação quanto à não salvaguarda de certos valores éticos que considero essenciais no relacionamento e no debate entre comunistas.

4. É um documento que, em ligação com a característica anterior, em numerosas matérias e passagens, apresenta como se fosse pensamento do autor (expressa ou implicitamente em contraste com alegadas orientações do PCP), ideias, opiniões, propostas, análises que são efectivo património do PCP e do colectivo partidário, que fazem parte indiscutível da sua orientação, que são largamente dominantes na cultura política do Partido e na sua acção, que são partilhadas pela Direcção do PCP que teve naturalmente um inegável papel na sua elaboração e definição, e que, em vários casos, até constam expressamente das Teses.

5. É um documento em relação ao qual, tendo em conta a iniciativa da sua divulgação pública, se torna necessário dizer, num quadro de franqueza e frontalidade, que é muitas vezes percorrido por uma considerável superficialidade e ligeireza de análise; por uma cópia intensa de algum léxico da «perestroika» sem a correspondente compreensão rigorosa da real substância desse apaixonante processo revolucionário; pela tentação de oferecer receitas — marcadas tanto pelo

subjectivismo como pelo voluntarismo — para problemas e questões, nacionais e internacionais, de imensa complexidade. Neste sentido, parece ser também um documento que está muito distanciado da compreensão, que considero essencial, de que a renovação do PCP não pode ser vista e falada como um mero jogo de rótulos e de invocações, antes tem de ser concebida como um processo sério e exigente, fundado num vasto trabalho e reflexão colectiva, sustentado na busca empenhada, longa, constante e trabalhosa de novas e mais eficazes respostas para as dificuldades, deficiências e obstáculos que o Partido defronta.

6. É um documento que explora largamente as possibilidades que lhe são oferecidas como texto que se apresenta como de «reflexão individual» embora a comunicação social o apresente como «plataforma» de uma «corrente», «grupo» ou «tendência». Não pretendendo ser um documento verdadeira e assumidamente alternativo às Teses, o documento fica defendido da crítica de não se colocar numa postura e num plano de análise compatível com a responsabilidade de direcção do Partido e com a responsabilidade da sua proposição a um Congresso do Partido; fica relativamente protegido da crítica de fazer críticas sem em muitos casos adiantar qualquer correspondente proposta; fica com uma ampla margem para se referir a matérias e para escolher ângulos de abordagem que a economia das Teses e sua inevitável preocupação de abordagem de questões nucleares não consente; fica, finalmente, com uma inegável margem para privilegiar efeitos de comunicação em detrimento do rigor, da profundidade e da responsabilidade.

Com o tempo e o espaço adequados, creio não ser difícil, no estrito terreno de um debate sereno e sério de ideias, fazer a prova detalhada destas características.

Cartas do leitor

Experiências do passado válidas no presente

Eram oito. Havia pontos de importância a discutir e pouco fáceis de analisar. As condições de trabalho não eram as melhores. Contudo, as maneiras de intervir eram cuidadosas e construtivas. Todos manifestavam as suas ideias mas tinham muito em conta as suas opiniões do conjunto. Uma preocupação os dominava: obterem unanimidade. Não estava fácil. Nova volta se sucedeu e novos argumentos surgiram. Havia um que discordava. Os outros defendiam todos a mesma orientação. Tratava-se de um quadro realizador e com profundo sentido de classe. Corajoso e dedicado.

Com perfeita noção do que era mais vantajoso pediu a palavra e acrescentou: «Tenho pena que os vossos argumentos não cheguem para me esclarecer. Entretanto, existe esta realidade: eu sou apenas um e vocês são sete. São sete a pensar da mesma maneira».

De acordo com princípios de trabalho colectivo, os organismos do Partido discutiram o problema e concluíram que a orientação da maioria era a que melhor se adaptava à situação concreta. A noite chegou. Cada um foi à sua vida — à vida que era igual para todos. Dois seguiram juntos. E as valetas cheias de água, não facilitavam nada. Mesmo assim iam conversando: «Que força revolucionária existe dentro daquele quadro. Que belo exemplo de compreensão política. O nosso Partido precisa de muitos militantes assim: dedicados, fiéis e modestos que discutam as suas ideias, mas cumpram as decisões da maioria». Eis mais ou menos alguns comentários do grande e saudoso Pires Jorge.

E apesar de decorridos bastantes anos, a experiência provou que atitudes desta natureza em nada afectam o valor real dos quadros nem os interesses do Partido. O camarada em questão continua a ser um elemento do Comité Central com tarefas de primeiro plano. Mas perante factos deste género há quem afirme que a maioria também é susceptível de errar. Todavia, se a maioria está sujeita a cometer erros, a minoria corre o risco de errar muito mais vezes. Esta é uma realidade que a todo o momento se verifica. Aliás, a minoria acatar as decisões da maioria constitui uma norma, posta em prática, na vida do dia a dia, sempre que se efectuem votações.

E a respeito das ideias individuais vem a propósito mais um facto.

Um camarada, a certa altura, manifestou opiniões diferentes na orientação do partido, embora em alguns aspectos tivesse razão — o que foi reconhecido. No seu próprio organismo e com a presença de um camarada da Direcção Central retomou a discussão para adiantar: «Não há meio de verem que tenho razão». Foi-lhe perguntado onde ia buscar a certeza de que estaria a analisar o problema da melhor maneira, uma vez que se encontrava em minoria mesmo em relação aos restantes membros do seu sector. Respondeu que, pessoalmente, havia feito uma análise muito profunda e poderia garantir estar a ver acertadamente. Alguém lhe pediu para reparar neste facto bastante curioso: enquanto as suas ideias eram fruto das suas apreciações pessoais, os argumentos do partido representavam as opiniões conjuntas de vários organismos, reflectiam as ideias de um muito maior número de cabeças.

Como era um quadro desejoso de servir a nossa causa, nunca abandonou as tarefas e foi-se tornando sensível às palavras do Partido. Decorridos vários meses levantou de novo o problema mas desta vez para afirmar: «No fundamental já estamos de acordo. De facto eu ouvia o que me diziam mas agarrava-me mais às minhas ideias e não pensava o suficiente nas vossas opiniões. O nosso eu, a nossa formação pessoal e os nossos hábitos individuais, nem sempre nos ajudam a ver objectivamente». Este o sentido das suas últimas palavras.

Como a situação se modificou a partir do 25 de Abril, poderemos ser levados a pensar que as coisas do passado pouco ou nada têm a ver com o presente. Creio não ser bem assim. Ter sempre muito em conta as realidades presentes e a história e a vida do nosso Partido julgo ser a melhor maneira de proceder.

Afonso Gregório — Lisboa

Vale tudo na campanha contra o Partido

Li com satisfação a nota de esclarecimento do camarada Barros Moura na página das

«Cartas do Leitor» do nosso «Avante!» de 19 de Abril em que desmente uma notícia que eu extraí de um jornal local de Espinho e segundo a qual o camarada viria aqui na sua qualidade de eurodeputado a participar num «seminário» organizado por uma «Fundação da Juventude», nos dias 18 e 19 de Maio, onde serão debatidas «as modificações económicas e políticas na Europa e África Austral».

Numa carta minha na mesma secção do «Avante!» de 12 de Abril, eu transcrevia, sempre com base na referida notícia, os nomes de outros participantes como Boris Yeltsin, Lucas Pires, o monopolista Américo Amorim a que poderia juntar agora o de Carlos Fino.

Do jornal espinhense vou enviar exemplar ao camarada Barros Moura para o Centro de Trabalho da Soeiro, pois não tenho forma de chegar directamente ao camarada.

Relembro que nessa minha carta no «Avante!», eu disse exactamente a dada altura: — «Será mesmo verdade que o camarada Barros Moura já assegurou a sua presença neste convénio de tão exóticas personalidades e homens da alta finança logo nos dias do nosso Congresso?»

Vou entretanto propor que a Comissão Concelhia de Espinho do Partido faça chegar à redacção do jornal em causa, uma nota em que desminta a notícia da participação do camarada no tal «seminário» e inclusivamente denuncie mais esta tentativa de manipulação da opinião pública. Vou propô-lo porque acho que a organização local do Partido tem o dever de fazer repor a verdade para que o resto do Partido e a população de Espinho a possam conhecer também e porque deve defender todos os membros do Partido cujos nomes e funções estejam a ser abusivamente utilizados.

Independentemente de tudo isto que é indispensável um desmentido formal do próprio camarada Barros Moura e até do Grupo do Partido no Parlamento Europeu para o «Público» de onde — apurei agora — saiu a primeira notícia sobre o assunto no n.º 15 de Março — Caderno Local, Porto.

Pessoalmente reitero a minha satisfação pelo facto do camarada não participar num «seminário» destes, com os objectivos e aproveitamento anticomunista que ele certamente não deixará de ter, basta atentarmos nos promotores, nos dias em que se vai realizar e na maioria dos intervenientes. Satisfeito ainda por ver confirmado um princípio geral segundo o qual um comunista convicto deve ter sempre a lucidez e a firmeza necessárias para saber escolher bem, no âmbito da sua esfera de decisão estritamente pessoal, digamos que as suas companhias políticas ainda que, por algumas, seja tentadoramente convidado.

João Dinis — Espinho

Máquinas

Um estalido seco e a giesta verde é esmagada pela força monstruosa da enorme máquina alaranjada.

Começa assim mais uma história na qual foram novamente vencedores os grandes deste país. Grandes a transformar. Grandes a destruir as paisagens da nossa inocência, da nossa infância.

Chama-se Monte Redondo a minha terra, uma aldeia que se deita aos pés da serra de Montejunto, e é ainda uma terra com paisagens bonitas e saudáveis. Até quando? As máquinas trabalham dia e noite e transformam em sucucos as terras e serras em redor deste vale chamado Monte em que vivemos e lutamos a sonhar.

Sabemos agora que os eucaliptos vão crescer rapidamente, e vão acabar com as giestas e com os poucos pinheiros que já sentem medo de crescer. Acabam também as nossas caminhadas rumo ao Moinho Velho e ao Moinho da Achada para de lá vermos o mar e a ilha da Berlenga.

Até quando este nacional-porreirismo que repete «Quero lá saber, não posso fazer nada, a serra não é minha...»

Ah! E esta necessidade de verde, do cheiro a pinho. E esta vontade de regressar à infância, de correr pela serra e sentir o tojo arrancar o corpo. E ter medo das cobras e das raposas. E ver os gaios, os corvos, as asas-redondas, os milhafres e as rolas e querer saber onde irão eles agora fazer ninho.

Esta vontade de querer continuar a ver a terra vestir-se de verde na Primavera e amarelecer no Outono, não deixando nunca de estar viva.

E este aperto no peito por medo que a pouco e pouco as máquinas cor de laranja nos vão tirando o ar que ainda é nosso.

Mas, por enquanto «Pelo sonho é que vamos!»

Sonhemos então e não deixemos nunca de lutar!

Natália Vieira (Torres Vedras

A marca do individualismo

O processo de preparação do XIII Congresso do PCP tem sido acompanhado, melhor dizendo assediado, por uma complexa, multifacética e bem articulada campanha de intoxicação ideológica por parte dos seus adversários, com reflexos e continuidade na acção de alguns militantes cuja actuação é amplamente apoiada pelos órgãos de imprensa (como é o caso do documento de J.L. Judas, divulgado pelo semanário «Independente») que os projecta como se pudessem assim ser transformados em «estrelas da renovação».

Tendo como argumento e ocasião os acontecimentos internacionais, surgem figuras que, assumindo-se como portadores do entendimento — ou, de facto, da ausência dele, visto que têm como argumento predilecto a suposta inexistência de referenciais — protagonizam o surgir de uma «nova» postura política. E esta postura tem algo de novo, embora também tenha muito de velho. De velho tem o oportunismo. De novo tem a forma da sua manifestação.

Curiosamente, afirmam-se comunistas, e, ao mesmo tempo, afirmam que a identidade comunista sofre de ausência de referenciais. Mas, então, sem referenciais, como poderão afirmar-se comunistas? Esta dificuldade não os atrapalha. Simplesmente, definem como comunistas aqueles que «concordem com as propostas políticas do PCP» e por elas estejam dispostos... «Mas, na ausência de referenciais, qual a base que permitiria ao PCP construir as suas propostas? Quem, no PCP construiria essas propostas?»

Dizem que a nova situação exige uma nova «cultura política» que «responda aos anseios e ideais mais profundos do espaço comunista». O que significou isto?

«Cultura política» e ideologia são entendidas como sinónimos? Parece que sim, pois falam de «um sistema renovado de referências». Mas se esse tal sistema deve responder às necessidades da acção política, nomeadamente «alargar a esfera de influência» de um «espaço comunista», então, tratar-se-ia de uma ideologia não determinada por interesses de classe? Mas será que as «estrelas» já não sabem o que é ideologia? E os ditos «anseios e ideais mais profundos» são só do «espaço comunista»? O que é o «espaço comunista»? Será que definem os «anseios» dos comunistas como diversos dos anseios dos trabalhadores? Não há interesses de classe? O que significa «a ideia de um partido de grandes finalidades»? Para quê essa fraseologia tão abstracta? E o conceito de «sociedade alternativa»? Qual o sentido da alternância? Assim como as energias alternativas ou como a ideia de «alternância democrática» (tão cara à social-democracia e aos seus amigos)?

O que podemos verificar é que algumas das novas «estrelas», mesmo correndo o risco de perder o brilho não hesitam em recorrer

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX

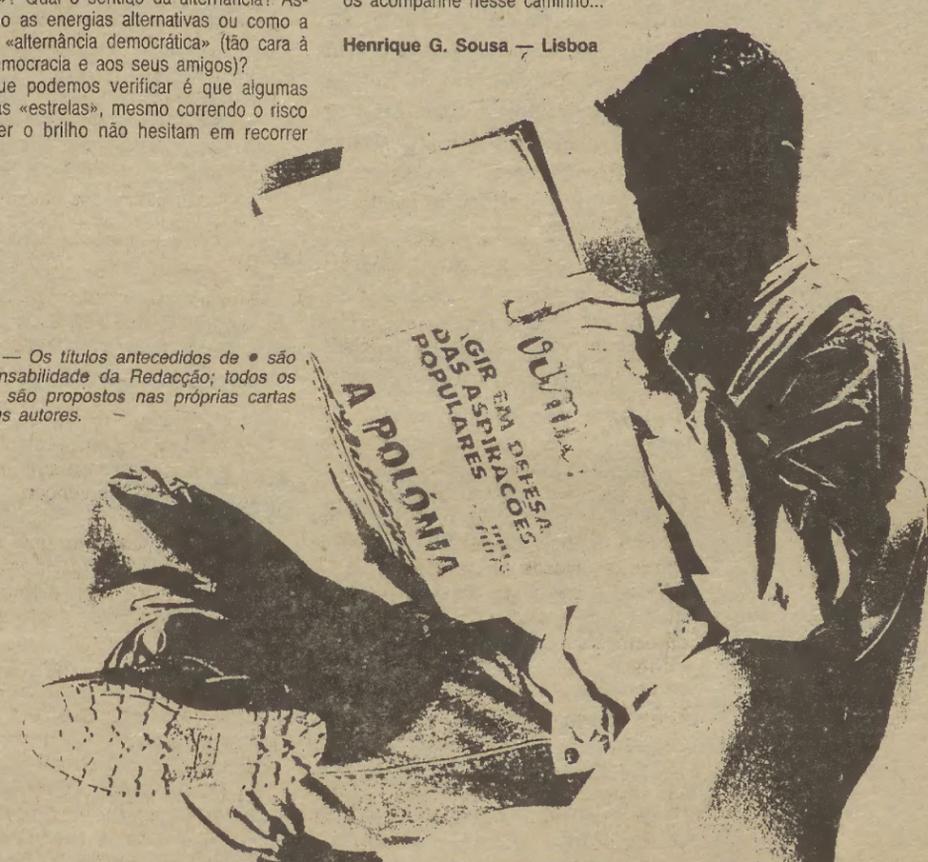


aos processos de manipulação conceptual mais baratos para defender as suas ideias. Falam do valor intrínseco da democracia e passa-se directamente para um «valor universal da democracia representativa», que é coisa bem diferente. Falam da perversão lógica que constitui a aplicação do conceito de centralismo democrático (que é inerente a uma lógica partidária) às sociedades e colocam a questão em termos de uma «lógica perversa do centralismo democrático...» Enfim, são técnicas (de manipulação) que definem a dimensão ética de quem as utiliza. Mas não se trata apenas de uma questão moral individual.

O conteúdo real dos projectos definidos, a postura política oportunista, os processos utilizados correspondem aos valores dominantes do momento actual, a uma atitude profundamente individualista que é marca do sistema capitalista. Não se pode «continuar a ser comunista» e, mistificando grosseiramente o sentido das coisas, negar, na acção concreta, o sentido da identidade comunista.

Mas são esclarecedores quanto ao sentido das suas propostas. Ao preconizarem a convergência do socialismo e do capitalismo (colocada ingenuamente (?) como um processo de «cópia» de características de um pelo outro), ao limitarem o socialismo a um «sistema de ideias», revelam um traço definidor da sua «nova» postura política. É que o socialismo, é conceptual e historicamente, além de um sistema de ideias, um sistema de organização da vida social. Podemos antever, pela forma como argumentam, a raiz da questão que os move: no fundo, pretendem abraçar ao mesmo tempo o socialismo enquanto sistema de ideias (do qual só fica, na realidade o nome) e o capitalismo como sistema social. E querem que o PCP os acompanhe nesse caminho...

Henrique G. Sousa — Lisboa



Nota — Os títulos antecedidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.

O Congresso na comunicação social

VELHOS FANTASMAS E NOVAS COUTADAS

No «Público» de 23/4, em curto editorial, Vicente Jorge Silva, desnaturando o carácter unitário da iniciativa de protesto realizada no passado domingo em Alcochete, resolveu sentenciar que «o velho frentismo de esquerda, encabeçado pelo PCP, recuperou o símbolo mais recente da luta ecológica em Portugal: o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete».

Depois de uma sintética digressão em que, generoso, concede àquele assunto a classificação de «causa indiscutivelmente justa», em que invoca uma «mais absoluta ausência» dos «minigrupos ecologistas» nas comemorações do Dia da Terra e em que acusa tais grupos de não ultrapassarem coisas horrendas como «a promiscuidade política» e de estarem «satelizados pelo PCP ou pela Secretaria de Estado do Ambiente», o director do «Público» conclui que «o campo de Alcochete pôs em confronto dois anacronismos: o dos privilégios absurdos de um Exército (...) e o de uma Esquerda que, órfã de causas, se serve de um pretexto ecológico localizado para reviver ilusões perdidas».

Não é todos os dias que, em tão poucas palavras, se desvenda um tão valioso colar de pérolas da mais autêntica «modernidade».

Admire-se desde logo esta esplendorosa «modernidade» que consiste em, a pretexto da defesa do ambiente, fazer ressuscitar o cansadíssimo fantasma do «frentismo de esquerda» (expressão que ostenta a curiosa particularidade de, não sendo nem usada nem perfilhada por quem defende a convergência e unidade democrática, ser entretanto constantemente impedida de gozar a merecida reforma pelos adeptos de outras convergências e unidades).

Admire-se, de seguida, este faiscante «modernidade» que consiste em, mais do que exautorar os (reais ou alegados) ausentes, vituperar os presentes nas lutas pelas boas causas.

Admire-se também esta deslumbrante «modernidade» que consiste em quase defender que à porta das «causas indiscutivelmente justas» deve ser pendurado um letreiro avisando que é «reservado o direito de admissão» com a nobre justificação de

que, pelos vistos, há quem onde toca, estraga.

Admire-se finalmente esta cintilante «modernidade» que consiste em defender a divisão do país em novas coutadas (por temas ou problemas e em que, ao que parece, o ambiente ficaria só para os ambientalistas), devendo os partidos (traduza-se: o PCP) circunscrever-se à sua própria coutada em que poderiam sem objecção caber instituições, eleições, Congressos e outras coisas superestruturais mas nunca por nunca ser os problemas vivos das pessoas e da sociedade.

Agora (mais) a sério: não seria tempo de alguns que continuam atolados no preconceito, na visão sem grandeza dos processos sociais e políticos, num «imaginário» povoado de vermelhas instrumentalizações e manipulações, se darem mais sensatamente conta de que o real problema dos comunistas portugueses não é o de estarem «órfãos de causas» mas o de não chegarem para tantas «causas indiscutivelmente justas», e de que, por isso, é tão certo nelas quererem estar juntos com outros como não tencionarem desertar de nenhuma que possam servir? ■

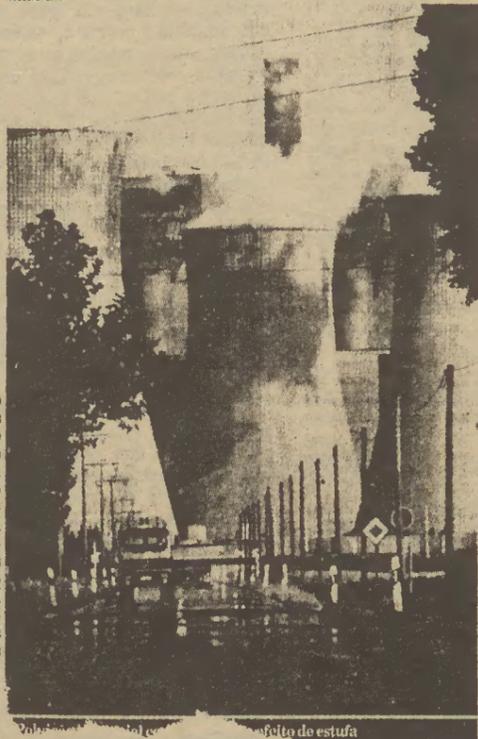
QUINTA-FEIRA, 23 ABRIL 1990 17 sociedade

icas dos EUA a da Terra n humor

ROBERTO VIANA
«que»

rindo e
de uma
da po-
Estados
no resto
Ambien-
ível do
Uma
eita no

terido
istas
ão é
simo
yle.
ra o
imi-
rma
rma-
nos
ndo
und
as-
78
'8



Editorial

Vicente Jorge Silva

Causas e pretextos

O VELHO FRENTISMO de esquerda, encabeçado pelo PCP, recuperou o símbolo mais recente da luta ecológica em Portugal: o alargamento do campo de tiro de Alcochete. Enquanto os mini-grupos ecologistas portugueses se faziam notar pela mais absoluta ausência nas comemorações do Dia da Terra, a manifestação contra o campo de Alcochete frustrou as expectativas alimentadas pela intensa campanha de mobilização que a precedeu. Foi uma oportunidade perdida para uma causa indiscutivelmente justa — e a demonstração das fragilidades e equívocos do ecologismo português, decididamente incapaz de superar a sua fase infantil.

Satelizados pelo PCP ou pela Secretaria de Estado do Ambiente, raros são os grupos ecológicos que ultrapassaram a

colas pes-

ANTROPOLOGIA

Em 1990, pateticamente pateta...

«Apesar de tudo o que se passou a Leste, os comunistas ortodoxos portugueses continuam a arrogar-se, pateticamente, o direito de guardiães da verdade: têm sempre razão...»

— Cáceres Monteiro, em «O Jornal» de 20/4

... e há dois anos pateticamente profético

«(...) Agora eu penso que este tipo de comemorações (desfile do 25 de Abril na Avenida da Liberdade) tem mais a ver com uma feira de vaidades de personalidades políticas do que propriamente com uma celebração efectiva e motivadora de uma data»; «(...) no próximo ano será impossível que o PS entre ainda numas comemorações deste género (...)».

— Cáceres Monteiro, no «24 horas» da RTP-1, em 25.4.88

PS não pode, PS não deve

«Não pode o PS desperdiçar esta oportunidade [o seu Congresso], voltar-se para as suas questões internas, proceder a pequenos ajustes estatutários (...) ou reeditando novas e importantes clivagens internas, desactualizadas no presente quadro estratégico de reforço do partido. A afirmação da unidade saudável de todo o partido e de todos os socialistas em torno do projecto com que se apresenta aos portugueses é, também, um sinal decisivo que todos temos de assumir e que não deve ser sacrificado em nome de renovações — por certo necessárias — ou na afirmação de baronias, inadmissíveis num partido democrático.»

— António Costa, do Secretariado Nacional do PS, em artigo no «Independente» de 20/4

o que seria se não refreasse

«Sampaio refreia triunfalismo» (título de notícia); «É intolerável que alguém diga que não podemos ter a ambição de uma maioria absoluta em 1991 (...)» concluiu Jorge Sampaio.

— «Público» de 22/4

a renovação em versão PS

«O PCP merece do secretário-geral socialista especial atenção. Sampaio não hesita em afirmar que este partido concorreu em momentos decisivos da vida política nacional «muito mais para obstaculizar do que para favorecer o processo da liberdade e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses».

— «Expresso» de 21/4, citando a moção de J. Sampaio ao Congresso do PS.

não há outra alternativa que deixá-lo sem outra alternativa

«(...) E o líder socialista, não fechando totalmente a porta ao PCP, deixa no entanto subentendido que será a última escolha e apenas no caso de os resultados das legislativas não lhe deixarem outra alternativa».

— «Expresso» de 21/4, idem

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 852

27 de Abril de 1990

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sexta 27

* OLIVEIRA DE AZEMEIS

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* ESPINHO

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses e eleição de delegados (continuação) - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* VALE DE CAMBRA

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses e eleição de delegados - na Esc. Primária da Praça, em Macieira de Cambra, às 21.30.

* ALBERGARIA A VELHA

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30

* OVAR

Assembleia plenária das organizações de freguesia de Ovar, S. João de Ovar e Válega para discussão das Teses e eleição de delegados - no CT de Ovar às 21.30.

* FEIRA

Assembleia plenária das organizações de freguesia de Nogueira da Regedoura e Mouselos para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30, na Esc. Primária de Souto/Nogueira da Regedoura.

Assembleia plenária das organizações de freguesia de Feira, Sanfins, Souto, Fornos, S. João de Ver, Travanca, Escapães, Mosteiró e Espargos para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30 no CT da Feira.

* SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Assembleia plenária da organização de freguesia para discussão das Teses - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* MANGUALDE

Reunião do organismo das Empresas de Mangualde para discussão das Teses.

* S. PEDRO DO SUL

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses.

* VILA REAL

Reunião do sector Professores de Vila Real para discussão das Teses, com a participação de Agostinho Lopes.

* BRAGANÇA

«Os acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões» - debate com a participação do camarada José Goulão. Às 21.00 no Centro de Trabalho.

* RÉGUA

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses.

* VALPAÇOS

Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses.

hia para discussão das Teses.

* OEIRAS

Assembleia plenária da organização de freguesia para discussão das Teses - às 21.00 no Centro de Trabalho de Santo Amaro.

* LISBOA

O marxismo-leninismo e o Partido - debate da série «PCP - um partido para o nosso tempo» promovida pela DORL e dirigida a independentes. Participam Manuel Gusmão, José Barata Moura, João Arsenio Nunes e Elvira Nereu. Na Sala Milão do Hotel Roma, às 21.00.

Debate com Jovens comunistas da Ajuda sobre o XIII Congresso do PCP - às 21.30, no CT da Ajuda, com Luís Fernandes.

Reunião da organização da 6ª Zona/ Zona Norte para discussão das Teses - às 21.00, no CT do Lumiar, com Jorge Cordeiro.

* QUELUZ

Debate com independentes sobre as Teses para o Congresso do PCP - às 21.00, na Biblioteca dos Bombeiros de Queluz, com Domingos Lopes.

* ALCABIDECHÉ

Reunião da organização de freguesia para discussão das Teses - às 21.30 em Alcoitão (casa do cam. Matos).

* MALVEIRA DA SERRA

Reunião da organização de freguesia para discussão das Teses - às 21.30.

* LOURES

Assembleia plenária da organização de S. João da Talha para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30, com a participação do cam. Alexandre Teixeira.

Assembleia plenária da organização de Sta. Iria da Azola para discussão das Teses - às 21.30, com a participação do cam. Francisco Lopes.

Assembleia plenária da organização de Odiveelas para discussão do cap. 4 das Teses - às 21.30, com a participação do cam. Henrique Sousa.

* ALCÁCER DO SAL

Assembleia plenária da organização de freguesia de Casebres - às 21.00.

* MONTIJO

Assembleia plenária da organização de freguesia de Sarilhos Grandes - às 21.00.

* PALMELA

Assembleia plenária da organização de freguesia de Pocerão - às 21.00, na Lagoa do Calvo.

* ALMADA

Assembleia plenária da organização de freguesia de Cacilhas - às 21.00.

Assembleia plenária da célula da RN.



Sábado

Álvaro Cunhal em Setúbal e Algarve

• Faro
Reunião distrital de quadros - às 10 h. na Assembleia Distrital

• Messines
Almoço-convívio

• Seixal
Reunião de quadros do distrito de Setúbal - às 16h30 na Timbre Seixalense

• Monte da Caparica
Jantar-convívio - às 20 h. nas Casas Velhas

* BARREIRO

Debate: «Desenvolvimento económico e mudanças sociais». Participa Carlos Carvalhas. Na Biblioteca Municipal às 21.00.

Reunião da organização local de Quinta da Areia (Coima) - às 15.00.

Assembleia plenária do sector Serviços - às 21.00.

* GRÂNDOLA

Assembleia plenária da organização local de Ameiças - às 21.00.

* ALCOCHETE

Assembleia plenária das células de empresa - às 21.00

* TAVIRA

Assembleia plenária de militantes para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.30, no Centro de Trabalho.

* MONTE GORDO

Reunião para discussão das Teses, aberta à população - às 21.30, na Escola Primária.

* CASCAIS

Debate sobre as Teses para o XIII Congresso do PCP, especialmente dirigido a democratas independentes, com a participação de Luís Sá - às 21.00, no Centro de Trabalho.

* COIMBRA

Reunião plenária do Sector Intelectual para discussão das Teses - às 21.30.

Reunião da célula da EDP para discussão das Teses - às 18.00.

* LOUSÁ

Reunião dos militantes da Vila para discussão das Teses - às 21.30 no Centro de Trabalho.

* PORTO

Assembleia plenária da organização de freguesia de Cedofeita e da célula da CDL - às 21.30, no CT da Boavista.

Reunião de Professores para discussão das Teses - às 21.30, no CT da Boavista.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Aldoar - na Escola da Fonte da Moura, às 21.30.

Os acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões - debate com a participação de João Semedo, às 21.30, no CT da Ponte de Rio Tinto.

Assembleia plenária da organização de Fânzeres e Noe - às 21.30 no CT de Fânzeres.

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária da organização de freguesia da Senhora da Hora - às 21.30, no Centro de Trabalho da Senhora da Hora

Assembleia plenária do sector Diversos - às 15.00 no CT da Boavista.

Reunião do Sector Cultural para discussão das Teses - às 10.00 no CT da Boavista.

Assembleia plenária do Sector da Saúde - às 15.00 no CT da Boavista.

Assembleia plenária da célula da Sepsa - às 15.00 no CT da Boavista.

* GAIA

Assembleia plenária das Células de Empresa do concelho - às 15.00 no Centro de Trabalho.

* GONDOMAR

Assembleia plenária das organizações de freguesia de Melres e Lomba - às 15.00 na casa do cam. Sousa Moreira (Largo da Feira, Melres)

* MATOSINHOS

Assembleia plenária da organização de freguesia de Matosinhos - às 21.30, no salão da Junta de Freguesia (r. Augusto Gomes).

Assembleia plenária da organização de freguesia de Leça da Palmeira - às 21.30, na Esc. Primária do Corpo Santo.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Custóias - às 15.00, na Junta de Freguesia de Custóias.

Assembleia plenária da organização de freguesia de S. Mamede de Infesta e das células de empresa da freguesia - às 15.00, no CT de S. Mamede de Infesta.

* SANTO TIRSO

Assembleia plenária da organização de freguesia de Vilarinho e das células de empresa da Baiona e Arnaldo Abreu - às 21.00, na Escola Primária de Lage-Vilarinho.

* GAIA

Assembleia plenária da organização de freguesia de Arcozelo - às 21.30, em Arcozelo.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Vilar do Paraíso - às 21.30 em Vilar do Paraíso.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Valadares - às 21.30, na Junta de Freguesia de Valadares.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Oliveira do Douro - às 21.30, no CT de Oliv. do Douro.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Oliveira do Douro - às 21.30, no CT de Oliv. do Douro.

Debate com o cam. José Goulão sobre os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões.

Reunião distrital de professores comunistas para discussão das Teses, com participação do cam. Agostinho Lopes - às 15.00, no Centro de Trabalho.

Assembleia plenária da organização concelhia de Alfândega da Fé - às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do cam. Serafim Brás.

Assembleia plenária da organização concelhia de Alfândega da Fé - às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do cam. Serafim Brás.

Assembleia plenária da organização concelhia de Alfândega da Fé - às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do cam. Serafim Brás.

Assembleia plenária da organização concelhia de Alfândega da Fé - às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do cam. Serafim Brás.

Assembleia plenária das organizações das freguesias Sul do concelho para discussão das Teses e eleição do delegado ao Congresso.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Reunião plenária das organizações das freguesias Norte do concelho.

Hoje em Lisboa

«O marxismo-leninismo e o Partido»

Debate promovido pela DORL dirigido a Independentes com Manuel Gusmão, José Barata Moura, João Arsenio Nunes e Elvira Nereu
Às 21 h. no Hotel Roma

comunista e o conceito de socialismo no programa do PCP». Às 16.00, com a participação de Jorge Cordeiro.

Assembleia plenária da organização de Catujal para discussão das Teses - às 15.30, com participação de Manuel Veiga.

Assembleia plenária da organização da Pontinha para discussão das Teses - às 21.30, com a participação de Dias Lourenço.

Reunião para discussão das Teses e convívio da célula da Petroquímica/Gás de Portugal - no Centro de Trabalho de Sacavém a partir das 15.00

Assembleia plenária da organização de freguesia de S. Pedro de Sintra - às 15.00, na URCA, com o camarada António Cordeiro.

Assembleia plenária da organização de Montelavar - às 21.30, no CT, com António Cordeiro.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Marvila para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00, no CT de Marvila, com Abílio Martins.

Assembleia plenária da organização de freguesia do Beato para discussão das Teses e eleição de delegados - às 16.00, no CT do Beato, com a participação de José Tavares.

Assembleia plenária para discussão das Teses e eleição de delegados, com a participação de Francisco Lopes. No final, jantar-convívio. A partir das 15.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Assembleia plenária das organizações das freguesias de S. José e Sagrado Coração de Jesus para discussão das Teses e eleição de delegados - às 15.00, no CT Vitória, com participação da cam. Antónia Dimas.

Reunião plenária da organização de freguesia da Ajuda para discussão das Teses - às 16.00, no CT da Ajuda, com participação do cam. Jaime Serra.

Reunião plenária de quadros das autarquias, sindicatos e O.R.T.'s, dirigentes de colectividades e cooperativas do distri-

to de Setúbal - às 16.30, na Timbre Seixalense, com participação de Álvaro Cunhal.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Paio Pires - às 15.00.

Assembleia plenária da organização de freguesia de Corroios - às 15.00.

Jantar-convívio no restaurante «Dia a Dia» (Casas Velhas) com a presença do camarada Álvaro Cunhal - às 20.00.

Assembleias plenárias da organização de freguesia de Almada, Charneca, Costa da Caparica (às 15.00)

Assembleia plenária da organização de Pia-Raposo - às 15.00.

Assembleias plenárias da organização de freguesia de Afonsoeiro (às 16.00) e de Atalaia.

Assembleias plenárias das organizações de freguesia de Alhos Vedros e Moita - ambas às 15.00.

Assembleias plenárias da organização de freguesia - às 15.00.

Assembleias plenárias das organizações concelhias de S. João da Madeira, Arouca e Sever do Vouga para eleição de delegados - às 21.30, no CT de S. João da Madeira.

Assembleias plenárias das organizações concelhias de Estarreja e Murtosa para eleição de delegados - às 21.30, no CT de Estarreja.

Assembleias plenárias da organização de freguesia - às 15.00, no CT de Vendas de Grijó.

Assembleias plenárias das células de Empresa e sectores Profissionais para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.00, no Centro de Trabalho.

Assembleias plenárias das células de Empresa e sectores Profissionais para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.00, no Centro de Trabalho.

Assembleias plenárias das células de Empresa e sectores Profissionais para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.00, no Centro de Trabalho.

Assembleias plenárias das células de Empresa e sectores Profissionais para discussão das Teses e eleição de delegados - às 21.00, no Centro de Trabalho.

I.º ENCONTRO NACIONAL JOVENS TRABALHADORES COMUNISTAS



29 de ABRIL
J. F. ALCANTRA



TV **O Programa**

Sexta ²⁷
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical (93º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (42º epis.)
- 14.20 - Kid Creole e as Coconuts
- 15.05 - O Mundo Animal (50º epis.)
- 15.45 - Ponto Por Ponto
- 16.35 - Clínica Geral (12º epis.)
- 17.30 - Juntos e ao Vivo (progr. juvenil)
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Canções para o Eurofestival
- 20.35 - Vale Tudo
- 21.35 - Missão Impossível
- 22.35 - O Rosto da Notícia
- 23.40 - Chefe, Mas Pouco
- 00.10 - 24 Horas
- 00.45 - Remate
- 00.55 - Cartas de Humor
- 01.05 - Pela Noite Dentro - «F/X - Efeitos Mortais», real. Robert Mandel (EUA/1985, 104 min.)

RTP2

- 14.30 - Primeiro Jornal
- 14.45 - Espaço Infantil
- 15.00 - Filhos e Filhas (457º epis.)
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.55 - Heróis (série, 1º epis.)
- 17.20 - As Grandes Viagens de Comboio (4º epis.)
- 18.20 - Primeiro Andamento
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.20 - Espaço Infantil
- 19.50 - As Cidades e as Terras
- 20.15 - Bucha e Estíca (4º epis.)
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Beija (31º epis.)
- 23.00 - Rotações
- 24.00 - Haja Música

Sábado ²⁸
RTP1

- 09.00 - TV Rural
- 09.25 - Meu Querido Sábado
- 12.30 - Grandes Tormentos (12º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Saga da Canção Francesa - Gilbert Bécaud
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - Crime, Disse Ela (42º epis.)
- 15.20 - Vivamúsica
- 16.10 - Sessão da Tarde - «O Rio Vermelho», real.

- Howard Hawks (EUA/1948, 122 min.)
- 18.15 - Viagem Infinita (série, 1º epis.)
- 17.50 - Ricardina e Marta (30º e últº epis.)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - Cenários Perdidos (4º epis.)
- 22.30 - Prémios Grammy 1990



- 00.15 - Cinema da Meia Noite - «Shining», real. Stanley Kubrick (GBret./1980, 115 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Novos Horizontes
- 10.30 - Som da Surpresa
- 11.30 - Caminhos
- 12.00 - Um Lar para Animais (5º epis.)
- 12.40 - Revista Tauromáquia



- 13.05 - Cine-Sábado - «O Bailado do Ciúme», real. Charles Walters, interpr. Ginger Rodgers e Fred Astaire (EUA/1949, 105 min.)
- 15.00 - Estádio
- 19.00 - Arca de Noé (concurso, 1ª sessão)
- 19.45 - Contos Populares Europeus (4º epis.)

- 21.15 - Estádio/2ª Edição
- 23.30 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo ²⁹
RTP1

- 09.00 - Domingão (programa infantil)
- 11.30 - 70x7
- 12.00 - Missa
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Espaço 1999 (13º epis.)
- 14.00 - Napoleão, Meu Amor (5º epis.)
- 14.20 - Peter's Pop Show
- 15.20 - Primeira Matinée - «Flashdance», real. Adrian Lyne (EUA/1983, 94 min.)
- 17.00 - Concurso 1, 2, 3
- 19.00 - McGyver (31º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Querido John (28º epis.)
- 21.05 - Para Além da Guerra (5º epis.)
- 22.45 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - White Lion no Ritz
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Espaço Infantil
- 14.30 - Sobrevivência (5º epis.)
- 15.30 - Troféu
- 18.00 - Quem Sai aos Seus...
- 18.30 - Imagem e Imagens
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Em Busca da Memória (4º epis.)



- 19.40 - A Bela e o Monstro (4º epis.)
- 20.30 - Cineclubes - «O Ladrão de Bagdad», real. Michael Powell, Ludwig Berger e Tim Whelan (Gr.Bret./1940, 106 min.)
- 22.15 - Artes e Letras («As Artes e a Glasnost»)
- 23.05 - Lusitânia Expresso

Segunda ³⁰
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (43º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.50 - Matinée - «Rio sem Regresso»
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.15 - Clube dos Subscritores
- 21.45 - Reencontros (série, 1º epis.)



- 22.45 - Chuva de Maio (série portuguesa, 1º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate
- 00.30 - Cartas de Humor

RTP2

- 14.30 - Primeiro Jornal
- 14.45 - Espaço Infantil
- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha!
- 16.45 - O Jovem Sherlock (7º epis.)
- 17.30 - Os Ícones da Macedónia
- 17.40 - Itália/90 (5º epis.)
- 18.30 - Telemercado
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima



- 19.30 - Espaço Infantil
- 20.00 - Clássicos da TV
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.00 - Teatro Estrangeiro - «A Casa da Boneca», de Ibsen

Terça ¹
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas (81º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto



- 15.50 - Matinée - «O Confronto», real. Paul Newman (EUA)

Música

 Quinta
20.40, RTP-2: Via Rápida

 Sexta
20.40, RTP-2: Via Rápida

 Sábado
10.30, RTP-2: Som da Surpresa
13.10, RTP-1: Saga da Canção Francesa - Gilbert Bécaud
15.20, RTP-1: Vivamúsica
22.30, RTP-1: Grammy Awards 1990

 Segunda
20.40, RTP-2: Via Rápida

 Terça
20.40, RTP-2: Via Rápida

 Quarta
20.40, RTP-2: Via Rápida
23.45, RTP-2: Stanley Jordan: «The Blue Note Concert»

Filmes

«F/X - Efeitos Mortais» - 6ª, 01.05, RTP-1
 «O Bailado do Ciúme» - sáb., 13.30, RTP-2
 «Rio Vermelho» - sáb., 16.10, RTP-1
 «Shining» - sáb., 00.10, RTP-1
 «Flashdance» - dom., 15.20, RTP-1
 «O Ladrão de Bagdad» - dom., 20.30, RTP-2
 «Rio Sem Regresso» - 2ª, 15.50, RTP-1
 «O Confronto» - 3ª, 15.50, RTP-1
 «A Iniciação Sexual de Casanova» - 3ª, 21.50, RTP-2
 «Jerry, Ama-Seca» - 4ª, 15.35, RTP-1
 «Desesperadamente Procurando Susana» - 4ª, 21.30, RTP-1

Teatro

«Casa de Bonecas» - 2ª, 22.00, RTP-2

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.05), 6ª (00.45), 2ª (00.35), 3ª (00.05), 4ª (00.55)
 Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.30
 Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.30
 Domingo Desportivo - RTP-1, 22.45
 Futebol - Juventus-Fiorentina (Taça UEFA)

- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.20 - Primeira Página
- 22.20 - Crónica do Crime (30º epis.)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate
- 00.05 - Cartas de Humor

RTP2

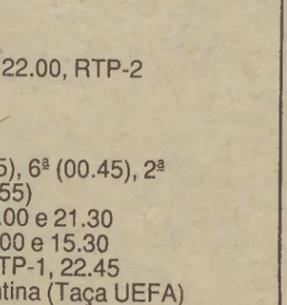
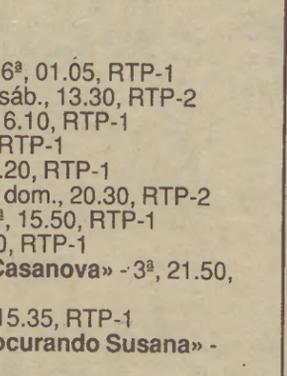
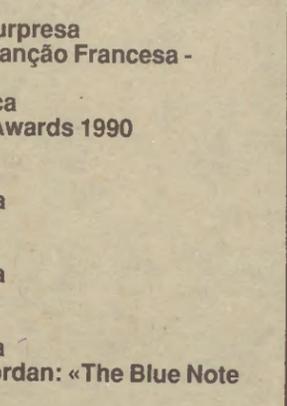
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.40 - Os Novos Caça-Fantasmas (20º epis.)
- 17.05 - Contos Contados - Odemira
- 17.30 - O Homem da Margem (5º epis.)
- 18.30 - Telemercado
- 18.45 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.20 - Espaço Infantil
- 19.50 - Clássicos da TV
- 20.40 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.50 - Cinemadois - «A Iniciação Sexual de Casanova», real. F. Litadini e S. Fiorentini (Itália, 118 min.)

- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Rua Sésamo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada - «Desesperadamente Procurando Susana», real. Susan Seidelman (EUA/1985, 104 min.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate
- 00.30 - Cartas de Humor

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.10 - Agora, Escolha!

Quarta ²
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Fera Radical
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Também os Rios Correm (7º epis.)
- 14.20 - O Mundo Animal
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.35 - Matinée - «Jerry, Ama-Seca», real. Franchlin, interpr. Jerry Lewis (EUA, 107 min.)


RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.10 - Agora, Escolha!



- 16.45 - O Liceu Degrassi (2º epis.)
- 17.10 - Um Mistério Misterioso (4º epis.)
- 17.40 - A Rota Marítima da Seda (9º epis.)
- 18.30 - Telemercado
- 18.45 - Futebol - Juventus-Fiorentina (Final da Taça UEFA - 1ª mão)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 22.05 - O Riso de Calm (2º epis.)
- 22.55 - Século XX - «Os Alemães na 2ª Guerra Mundial» (8º epis.)
- 23.45 - Stanley Jordan - «The Blue Note Concert»

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Heitor.

Chapitô, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klássikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.

Comuna, Pr. de Espanha. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otilite**, de Carlos Paulo.

Primeiro Acto, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **What Happened to Mada-**

Iena Iglesias?, texto e encen. de Filipe La Féria.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. e coreogr. Agueda Sena (até 29/4)

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

ESTORIL
Casino Estoril-Sala de Teatro, Pç. José Teodoro dos Santos. 4ª e 5ª às 21.30, sáb. às 18 e às 21.30, dom. às 17. **Somente Entre Nós**, de Reginaldo Faria, encen. Roberto Frota.

Teatro Mirita Casimiro, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Quero Ser Rei Esta Noite**, de Peter Shaffer, encen. Carlos Avilez.

LOURES
Teatro da Malaposta. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Floresta**, de Alexandre Ostrowsky, encen. José Peixoto, pela companhia do CDIAG.

PORTO

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 108. De 4ª a 6ª às 21.30, sáb. às 20 e 23, dom. às 16 e 21.30. **Ai Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

TEP, Rua do Pinheiro, 4. De 3ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 16.30. **Max e Mila**, de Volker Ludwig, encen. Júlia Correia, pelo Teatro Experimental do Porto.

Para crianças

LISBOA
Os Papa-Léguas, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei**.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

Cinema A seleção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cinema Paraíso	—	★★★	★★★	★★★
B	Clube dos Poetas Mortos	—	★	★★	★★
C	O Cozinheiro, o Ladrão, a Sua Mulher e o Amante Dela	★★★★	★★★★	★★★★	—
D	A Guerra das Rosas	—	★★★	★★★	—
E	Miss Daisy	—	★★	★	—
F	Nascido a 4 de Julho	—	★	★★	★★
G	Sempre	—	★★★★	★★★	★★★★
H	Tempo de Glória	★★★★	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Giuseppe Tornatore — **Plaza/1** (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) **Lisboa**.
- B — Real. Peter Weir — **Amoreiras/10** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **King/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — **Lisboa**.
- C — Real. Peter Greenway — **Forum/2** (14.00, 16.30, 19.15, 22.00), **Quarteto/4** (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — **Lisboa**.
- D — Real. Danny De Vito — **Amoreiras/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15), **Cine Portela** (15.15, 21.15), **Las Vegas/1** (14.00, 16.15, 18.45, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
- E — Real. Bruce Beresford — **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/2** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **S. Jorge/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.
- F — Real. Oliver Stone — **Alfa/4** (13.30, 16.15, 19.00, 21.30, 00.30), **Amoreiras/4** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Mundial/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge/2** (15.15, 18.15, 21.15) — **Lisboa**.
- G — Real. Steven Spielberg — **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/6** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.15) — **Lisboa**.
- H — Real. Edward Zwick — **Amoreiras/9** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24), **Fonte Nova/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), **King/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24) — **Lisboa**.

Agenda

Avante!
Ano 60 - Série VII
N.º 851
19 de Abril de 1990
5.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente.

-
- preparação do XIII Congresso - a partir das 10.00, nas instalações da Assembleia Distrital, com a participação do camarada **Alvaro Cunha**.
- Almoço-convívio em **S. Bartolomeu de Messines** com a presença de **Alvaro Cunha**.
- Reunião nas **Hortas** para debate das Teses, aberta à população - na Escola Primária do Matadouro, às 21.30.
- BRAGA**
Encontro de eleitos da CDU nos órgãos autárquicos do distrito de Braga - a partir das 10.00, no Hotel Fundador, em Guimarães, com a participação do cam. **Luís Sá**.
- Assembleia plenária da organização concelhia de **Guimarães** para debate das Teses e eleição de delegados - a partir das 15.00 no Hotel Fundador.
- VILA DA FEIRA**
Assembleia plenária das organizações de freguesia de **Fiães, Lourosa, S. Jorge, Sanguedo, Lobão, Canedo, Gião, Guizande, Vale e Vila Maior** para discussão das Teses e eleição de delegados - às 9.30, no salão da Junta de Freguesia de **Fiães**.
- MOGADOURO**
Assembleia plenária das organizações concelhias de **Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso** - às 21.00, na Esc. Secundária de Mogadouro.
- ro, com a participação de **Joaquim Brás**.
- STA. MARTA DE PENAGUIÃO**
Assembleia plenária da organização concelhia para discussão das Teses.
- SINTRA**
Almoço-convívio da célula da **Hoechst** - às 13.00.
- CASCAIS**
Debate promovido pela JCP, aberto à juventude de Cascais, com a participação de **Miguel Urbano Rodrigues** - às 15.00, no Centro de Trabalho.
- OEIRAS**
Almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril - A partir das 13.00, no CT de Sto. Amaro, com a participação de **José Casanova**.
- CARCAVELOS**
Assembleia plenária da organização de freguesia para debate das Teses e eleição de delegados - no CT de Carcavelos (Sassoeiros) a partir das 10.00.
- ALCABIDECHÉ**
Reunião da organização local para discussão das Teses - às 16.00, no Centro de Trabalho.
- LOURES**
Assembleia plenária em **Odivelas** para discussão das Teses - às 16.00, com a participação do camarada **Dias Lourenço**.
- Plenário da organização de Reformados de **Camarate** para discussão das Teses - a partir das 15.00.
- TORRES VEDRAS**
Assembleias plenárias das organizações das freguesias para discussão das Teses e eleição de delegados - às 17.00 no Centro de Trabalho do PCP e às 17.30 na Casa do Povo de Runa, às 17.
- QUARTEIRA**
Plenário das organizações das freguesias de **Quarteira e Almansil** para debate das Teses e eleição de delegados - às 15.00, no CT de Quarteira.
- GONDOMAR**
Assembleia plenária da organização de freguesia de **Bagulim do Monte** - às 21.00, na Junta de Freguesia.
- Assembleia plenária da organização local de **Jovim** e das células dos **SMAS e CMG** - às 10, no ponto de encontro do **Café Tâmega**.
- Assembleia plenária da organização de **Foz do Sousa** - na Discoteca Margem, às 10.00.
- SANTO TIROSO**
Assembleia plenária das organizações de freguesia de **Vila das Aves, Roriz, S. Martinho do Campo, S. Salvador do Campo, S. Mamede de Negrelos e Rebordões** e das células de empresa da **Flor do Campo, J.M.Almeida, Rio Vizeira, Sofil, Fiateca, Figueiredo e Maia, Hortex e M.A.Silva** - às 15.00, no CT da Vila das Aves. (Lugar da Ponte, S. Tomé de Negrelos).
- LISBOA**
1º Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas
- das 10.00 às 18.00 na Junta de Freguesia de Alcântara. Participa o camarada **Domingos Abrantes**.
- Segunda**
- ANADIA**
Assembleia plenária da organização concelhia para debate das Teses e eleição de delegados - às 21.30, no Centro de Trabalho.
- Quarta**
- LISBOA**
Plenário das organizações do Min. da Agricultura e Pescas e células do **IROMA, Matedouro e ICEP(FP)** para discussão das Teses - às 18.30, no CT da Av. Duque de Loulé.
- Assembleia plenária do sector Comércio para discussão das Teses e eleição de delegados - às 20.00, no CT da Av. Duque de Loulé, com participação de **Jerónimo de Sousa**.
- LOURES**
Plenário da organização de Reformados de **Camarate** para discussão das Teses - a partir das 15.00.
- Plenário da célula da **Covina** para discussão das Teses - às 17.15, com a participação do camarada **Dias Lourenço**.

Exposições

- LISBOA**
- Andreas Stoclein** - Azulejos. Raton Cerâmicas, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 5/5)
- Manuela Almeida** - Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a sáb. das 16 às 20 (até 10/5)
- Maria Antónia Santos** - «Tapeçarias do suor, do riso e do cansaço». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Lumiar). De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 13/5)
- «90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1.
- Paulo Cardoso** - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.
- Paulo Quintas** - Pintura. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169.
- Rogério Amaral** - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 12/5)
- Sofia Areal** - Pintura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/4)
- Tapeçaria do Sec. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17
- Três Idades do Abstracto Espanhol** - Colectiva (Paulo Gago, Luis Ruiz del Arbol e Angel de la Peña). Galeria Alfama, Rua das Flores, 109. 2ª das 15 às 19, de 3ª a sáb. das 11 às 19.30
- Tintim por tintim** - colectiva de pintura, escultura, fotografia, vídeo e múltiplos inspirados no herói de Hergé (trabalhos de Carlos Ferreira, Caselão, Manuel San Payo e outros). Gal.
- Filipe Remo** - Pintura. Galeria da Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. Das 11 às 22.
- António Inverno** - Pintura. Galeria Arteia, R. Prof. João Barreira, lj. 15 (Telheiras). De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 29/4)
- No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim Abril)
- Colectiva de Gravura** - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30
- Filipe Franco** - Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 2/5)
- Helena Almeida** - Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 19/5)
- Helena Pinto** - Pintura. Galeria Bertrand, Rua Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10 às 18, sáb. das 10 às 13 (até 30/4)
- Isabel Moniz** - Pintura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20
- José Narciso** - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 27/4)
- Manuel Vilarinho** -



Rogério Amaral

- Litoral-Novo Século**, Rua do Século, 4. De 3ª a sáb. das 13 às 19 (até 19/5)
- Parque**, 18. De 4ª a 2ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 14/5) **ESTORIL**
- Laura Cesana** - Pintura. Galeria Espiral, R. Cândido dos Reis, 90. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14 às 19 (até 1/5) **OEIRAS**
- Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 **QUELUZ**
- Escultura Portuguesa Contemporânea** (colectiva). Galeria Municipal, Av. Pedro Victor, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 6/5)
- OUTRAS LOCALIDADES**
- «A censura e o fascismo» - exposição documental. Junta de Freguesia de **ALMADA**
- Hazel Calne** - Pintura. Galeria da Junta de Freguesia (até 3/5) **CASCAIS**
- António Alljó** - Pintura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 6/5) **COLARES**
- COSTA DA CAPARICA**
- Maria Gabriel** - Desenhos. Galeria Arcada, Arcadas do

...e ainda Música, debates, etc.

- Sérgio em palco**
- No auditório do Instituto Franco-Português **Sérgio Godinho** dá hoje à noite início a uma série de quinze espectáculos, a concluir em 19 de Maio.
- Com ele e a sua viola estarão também **Manuel Faria** (piano e sintetizador) e **Nani Teixeira** (baixo).
- O espectáculo «Escritor de Canções» - é constituído pela encenação de 25 canções, algumas inéditas, e começará todos os dias (excepto dia 1) às 21.30.
- Bilhetes a 800\$00 e 1000\$00.
- Stockausen**
- Entretanto, comemoram hoje e prolongam-se até 12 de Maio os **14.ºs. Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea**, cen-
- trados na obra de **Stochausen** - ele próprio em Lisboa, de quem serão interpretadas 32 composições.
- Os primeiros concertos realizam-se no Claustro do Convento do Beato nos próximos domingo, segunda e terça-feira, às 21.30 e constam da interpretação de «Sirius» (música electrónica, trompete, soprano, clarinete-baixo e baixo).
- Os bilhetes (para o Convento do Beato e ainda para o Grande Auditório Gulbenkian, Tivoli e Estufa Fria, onde outros concertos terão lugar) são a 500\$00.
- Shakespeare**
- Oportunidade rara para ver teatro de Shakespeare tal como ele escreveu, levado à cena por uma prestigiosa
- companhia inglesa especializada na interpretação das suas obras: **The Renaissance Theatre Company**.
- O repertório para a digressão em Portugal é constituído por «Sonho de Uma Noite de Verão» e «Rei Lear», encenadas por **Keneth Branagh**.
- Depois dos três espectáculos realizados no Porto, a companhia apresenta-se hoje e amanhã em **Coimbra** (Teatro Gil Vicente, às 21.30).
- A partir de 2 de Maio estará em **Lisboa** no Teatro Municipal de S. Luís: com «Sonhos de Uma Noite de Verão» nos dias 2 e 3 às 21.30 e 4 às 16.00, e com «Rei Lear» nos dias 3 e 5 às 21.30.
- Bilhetes: de 1500\$00 a 3000\$00, com desconto para estudantes e Cartão Jovem.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Tempo

Fim de Semana

Céu geralmente muito nublado. Agua- ceiros e possibilidades de trovoadas em especial no Centro e Sul. Vento fraco a moderado de Leste no sábado, de Sueste no domingo.

aTV

Sinais do Tempo, com apresentação de José Mensurado, trouxe-nos um documentário-biografia de Gorbachov, de origem alemã. Intitulava-se mesmo «Quem é este Gorbachov?»

Preparei-me, com armas e bagagens, para mais uma jornada anticomunista. Claro que, na maior parte dos casos, não é por mal. É por causa dos critérios jornalísticos. Recordo as palavras do Prof. Cavaco Silva na sua entrevista à **Primeira Página**: «Critério de jornalista não coincide com critérios de político. Todos os partidos têm normalmente discordâncias quanto à forma como a televisão os trata»...

(Todos os partidos, estão a ver? Para que conste e fique registado na acta... do fariseísmo...)

Devo dizer que, com isto, não quero atingir directamente o apresentador actual de **Sinais do Tempo**, rubrica onde já tem passado algumas reportagens com real interesse. Mas, de tanto estar de pé atrás, já tenho o calcanhar calejado...

Afinal, não. Afinal não havia ponta de anticomunismo. O documentário transportou-nos à aldeia onde Gorbachov nasceu, o repórter ouviu familiares, vizinhos, antigos companheiros, professores - e daí passou para a escola secundária e para a faculdade, com o testemunho de companheiros e mestres. Entrámos um pouco na intimidade, na humanidade de alguém que é, hoje, peça essencial na política do mundo.

As pessoas gostam de saber. A curiosidade (que, ao que dizem, matou o gato) é sentimento universal. Sou curioso, logo sou bicho.

As pessoas gostaram de conhecer os traços fundamentais do carácter de Gorbachov: a sua firmeza, a sua calma, a sua capacidade de trabalho e de obter consensos e de dialogar, mas também a sua agressividade perante as injustiças. E devem ter seguido com atenção a história de Gorbachov e Raissa - um relâmpago de amor que durou toda a vida.

Teria sido óptimo ficarmos por aqui. Mas...

...Mas o que se seguiu foi uma lástima, uma dor de alma, um mergulho na água gelada do ridículo. Preferível mil vezes uma colher de óleo de ricino.

Aqui, sim, aqui entra a responsabilidade do apresentador, que, quero acreditar, tem mais a ver com a ignorância do que com a má-fé.

Quem foram buscar para comentar o documentário? Um indivíduo apresentado como «expulso do Partido Comunista Português», «uma figura lendária» - esta de «figura lendária» haveria de ser tomada três vezes sem que, no entanto, alguma vez se tivesse tentado explicar onde estava a lenda. O Mensurado, onde está o teu borda d'água mitológico? Onde posso consultar o teu cardápio de deuses criados ao fulgor da lenda?

Mais ainda: o indivíduo foi apresentado como «o último marxista-leninista», uma espécie de último abencerragem. Assim vão as confusões dentro de certas cabeças para dentro de outras cabeças, ao domicílio...

O que é estranho é que, a alguém que foi expulso do PCP, se pergunte: «acha que o PCP»... «pensa que o PCP»... «como é que acha que o PCP devia ter actuado...» O mais cómico de tudo foi quando o entrevistador, em noite verdadeiramente desastrosa, lhe perguntou se não considerava Gorbachov uma espécie de Krensky...

Não vou perder mais tempo com as tontices da entrevista do «último revolucionário», o apresentador agradece «a primeira e memorável presença do lendário»...

Não. Não foi provocação. Acredito sinceramente. Foi canhestrice. Mas quem vai à RTP não deve ter um sentido correcto, ou aproximado, do valor das palavras?..

Palavras a não perder

Dedico esta terceira parte da minha crónica a quantos sonham com o fim do marxismo-leninismo. Dizem eles que no Leste assim, no Leste assado, vamos é pintar a cara de «socialismo democrático» que é o que está a dar, na grande linha dos hipermercados gigantes...

Festevava-se mais um aniversário de Lenine. Palavras de Gorbachov:

Para nós, o leninismo mantém-se como uma força viva e actuante, nas ideias e na moral. Nós estamos agora a restabelecer a leitura autêntica de Lenine e esforçamo-nos por realizar esse trabalho com criatividade. Não foi e não é simples o curso da *perestroika* em virtude dos difíceis caminhos que fez nascer. Nós trabalhamos arduamente nisso. Muito foi feito, mas muito há ainda por fazer, no âmbito do XXVIII Congresso do PCUS e na preparação do novo programa do Partido. O êxito da *perestroika* representará um passo em frente sem precedentes no desenvolvimento de toda a civilização. Ela poderá dar início a uma época de transformações grandiosas. É uma revolução democrática na essência, nos métodos e cujos resultados poderão levar a um mundo cujo sentido, como Lenine sonhou, é a felicidade da Humanidade na Terra.

Passemos agora para a Lituânia, que tem sido pasto de mil e uma elocubrações mais ou menos castróficas. Pela primeira vez, que me lembre, **Teledjornal** dá guarida a uma voz lituana não extremista. Assim:

Quando a Lituânia passou a fazer parte da URSS era a república mais pobre. Hoje, é a que vive melhor. Nunca tive nada, nem tenho, contra o povo lituano, mas acho que o governo de Vilnius conduz o povo a um beco sem saída. Se as ambições do musicólogo são tão grandes que o levam a desprezar o destino do seu próprio povo, então é claro que não haverá conversações. Mas se ele se preocupa, um pouco que seja, com a sua gente, então haverá diálogo.

Palavras de reflexão. Que não devem perder-se.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Significado do veto

Opção

«A hipótese de recorrer ao Tribunal Constitucional estava igualmente eliminada por o actual texto constitucional resultante do acordo entre o PS e o PSD permitir a introdução de uma lei com este conteúdo. Aliás, nas críticas conhecidas do Presidente ao acordo negociado entre os dois maiores partidos, estavam já os fundamentos que faziam prever esta tomada de posição.

Deste modo, Soares teria sempre de adoptar uma atitude de que deixasse ficar clara a sua oposição ao diploma. A solução de o promulgar, enviando conjuntamente à Assembleia da República uma mensagem onde estariam contidos os fundamentos agora aduzidos no veto, chegou a ser ponderada. Apesar da lei receber luz verde, a mensagem seria por si só um facto político que fragilizaria o diploma e marcaria a distância do Presidente relativamente à maioria que tanto se tem empenhado em afastar quaisquer motivos de fricção com ele. Mas Soares optou por uma posição ainda mais radical, apesar de o PSD, com a sua maioria, poder confirmar pela segunda vez a lei no Parlamento.»

(«Público», 24 de Abril)

Possibilidade

«O Presidente da República devolveu à Assembleia da República o decreto que institui a Alta Autoridade para a Comunicação Social — como já ontem foi referido pelo DN —, com a justificação de que, «havendo implicações no exercício de direitos e liberdades fundamentais», a criação desse órgão «deve obedecer a critérios inequívocos de independência e de respeito por esses mesmos direitos.

Na mensagem em que fundamenta o pedido de nova apreciação, pela Assembleia da República, do diploma em causa, Mário Soares, reconhecendo embora que a nova entidade resulta da última revisão constitucional e do acordo político entre os dois maiores partidos que lhe esteve subjacente, salienta que ao órgão legislativo «foi conferida a possibilidade de proceder, no decreto que aprovou, ao reforço das garantias de independência da Alta Autoridade», o que, em seu entender, não veio a suceder, já que «a Assembleia da República ficou aquém daquilo até onde poderia ter ido».

O PR refere que no decreto parlamentar, designadamente através da «adopção do método de cooptação dos quatro elementos representativos da opinião pública, da Comunicação Social e da Cultura», existe um acentua-

do «predomínio tendencial das maiorias parlamentares e do Governo, quaisquer que sejam, na composição da Alta Autoridade».

Por outro lado, «a extinção do Conselho de Imprensa», que, para Mário Soares, «não resulta directamente do novo preceito constitucional, suscita dúvidas pela possibilidade que abre de criação de um certo vazio no tocante à apreciação das matérias de deontologia profissional ou com elas conexas».

Outro ponto tido em consideração respeita à «eliminação, operada pelo diploma, do voto favorável dos Conselhos de Redacção para a designação dos directores de publicações periódicas», o que poderá constituir uma «limitação dos direitos participativos dos jornalistas», resultando daí inconvenientes que, «de algum modo, representam uma regressão numamateria em que justamente o 25 de Abril nos havia posto em situação de vanguarda.»

(«Diário de Notícias», 24 de Abril)

Recusa

«Só o PSD levanta a voz em defesa do figurino proposto para a Alta Autoridade. O que de resto é uma manifestação de coerência, pois foi o PSD, solitariamente, que vez aprovar a lei no Parlamento, insensível às críticas da oposição e dos jornalistas.

Em reacção ao veto exercido por Mário Soares, o PSD anunciou ontem que vai insistir na posição que vem mantendo.

«O PSD não encontra, na mensagem presidencial, argumentos novos, que não tivessem sido já utilizados no debate parlamentar, e que tivessem sido suficientemente poderosos, ao ponto de levar a Assembleia da República a consagrar solução diferente daquela que foi encontrada» — afirmam os social-democratas, em comunicado à imprensa.

A lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social vai ser, em data oportuna, reapreciada pela Assembleia da República. Por força da última revisão da Constituição, «engendrada» pelo PSD e pelo PS, basta uma confirmação por maioria absoluta dos deputados para que o decreto n.º 241/V, ontem vetado pelo Presidente da República, ganhe a força de lei, apesar da crítica de margem substancial de forças parlamentares e da oposição generalizada dos jornalistas.»

(«o diário», 24 de Abril)

Reprovação

«A lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social mereceu a reprovação de várias entidades estrangeiras.

Entre essas, destacam-se as organizações sindicais internacionais dos jornalistas —

a FIJ e a OIJ, o provedor de imprensa da Suécia, o «Press Council» britânico, o «Ontário Press Council», do Canadá, o «Press Council of Índia», e o Conselho de Imprensa da Federação dos Jornalistas Suíços.

A nível nacional, o Sindicato dos Jornalistas tem vindo a protestar contra a lei aprovada pelo Parlamento e a apelar ao seu veto, criticando particularmente a redução de poderes dos conselhos de redacção, a extinção do Conselho de Imprensa e a forma de designação dos representantes da Cultura, da Comunicação Social e da opinião pública. Para aquele sindicato, a Alta Autoridade seria uma «comissão de controlo da informação por parte do Governo e da maioria que o apoia».

Centenas de jornalistas subscreveram também um abaixo-assinado contra a lei e está a correr um abaixo-assinado para subscrição de personalidades do mundo da Cultura, Artes e da Ciência, promovido pelo mesmo sindicato.»

(Jornal de «O Dia», 24 de Abril)

Contas

«Este é o quarto veto político do Presidente a diplomas emanados da AR, anteriormente Soares vetou o estatuto político administrativo dos Açores, o licenciamento das estações de radiodifusão e a alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu. O PR utilizou igualmente este mecanismo constitucional contra dois diplomas do Governo: lei laboral e a dissolução da Câmara de Gondomar.»

(«Público», 24 de Abril)

«Refira-se que o veto da lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social é o primeiro veto político efectuado este ano pelo Presidente da República e o sexto desde que Mário Soares iniciou funções como chefe de Estado. O Presidente da República exerceu até agora 11 vetos por inconstitucionalidade, tendo enviado os respectivos diplomas ao Tribunal Constitucional.»

(«Correio da Manhã», 24 de Abril)

«Com o veto político do decreto da Assembleia da República sobre as atribuições, competências, organização e funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social ontem exarado, enviado ao parlamento e tornado público, sobe a 17 o número de diplomas que o Presidente da República, dr. Mário Soares, vetou desde que se encontra em funções.

Por inconstitucionalidade foram até agora vetados 11 diplomas da Assembleia da República e cinco do Governo e politicamente seis, quatro da Assembleia e dois do executivo.»

(«Diário Popular», 24 de Abril)

Xadrez

CCLI - 27 de Abril de 1990

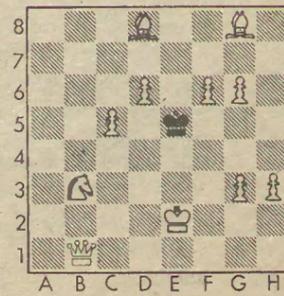
Proposição n.º 251/A (VIII)

Por: Comins Mansfield

«The Problemist», 1959

Pr.: Rex Solus 65

Br.: (11): Ps. c5, d6, f6, g3, g6, h3-C, b3-Bs. d8, g8-Db1-R62.



Mate em 2 lances

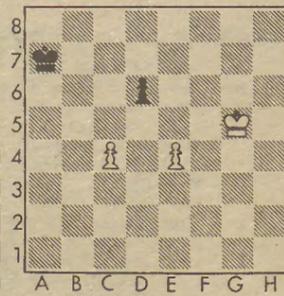
Proposição n.º 251/B

Por: A. Mandler

«Prager Presse», 1929

Pr.: (2): Pd6-Ra7

Br.: (3): Ps. c4, 64-Rg5



Solução do n.º CCLI

N.º 251/A (VIII) - (C.M.): 1.

Df1, R64; 2. Df4++

Nota: Comparem-se estes últimos 8 problemas gémeos!

N.º 251/B (A.M.): 1. Rg6, Ra6; 2. Rg7, Ra7; 3. Rg8, Ra8; 4. c5!

9.

A. de M. M.

Damas

CCLI - 27 de Abril de 1990

Preposição n.º 251

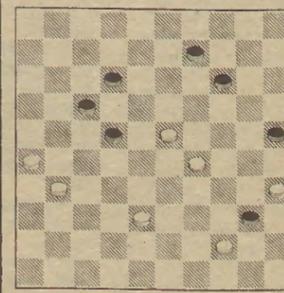
Por: Serge de Groot

«Dame à la Une» N.º 33

Bruxelas, Fev./1990

Pr.: [7]: 9-12-14-17-22-25-40

Br.: [7]: 23-26-29-31-35-38-44



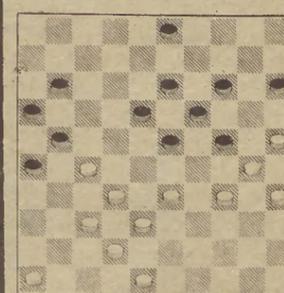
Jogam as Brancas e ganham

Golpe n.º 251

Por: Patrick Fosse

Campeonato de Toulouse, 1980

(Contra: Pelfort)



Pr.: [12]: 3-11-13-14-15-16-18-19-21-23-24-26

Br.: [12]: 25-27-30-32-33-34-35-37-38-42-46-48

Brancas jogam e fazem Dama

Soluções do n.º CCLI

N.º 251 (S. de G.): 26-21 e 29-4 e 35-30 e 24-4=D+

Golpe N.º 251 (P.F.): 27-22 (18x27), 33-29 (24x33), 38x20 (27x47), 20-14 (19x10), 30-24 (47x20), 24x5=D+

A. de M.M.